

2015

RELATÓRIO DE GESTÃO





Relatório de Gestão Exercício 2015
Ministério Público do Estado do Tocantins
Biênio 2014/2015

Clenan Renaut de Melo Pereira

Procurador-Geral de Justiça

José Omar de Almeida Júnior

Subprocurador-Geral de Justiça

Francisco Rodrigues de Souza Filho

Chefe de Gabinete

Uiliton Silva Borges

Diretor-Geral

Equipe Técnica:

Marcos Conceição da Silva

Chefe do Departamento de Planejamento e Gestão

João da Silva Macedo

Analista Ministerial Especializado - Ciências Econômicas

João Ricardo de Araújo Silva

Analista Ministerial Especializado - Ciências Econômicas

Fáustone Bandeira Morais Bernardes

Auxiliar Ministerial

SUMÁRIO

1 Apresentação.....	11
2 Identificação, Competências, Atribuições e Organização do Ministério Público do Tocantins.....	12
2.1 Identificação.....	12
2.2 Competências.....	12
2.3 Atribuições.....	13
2.4 Organização.....	14
3 Planejamento Estratégico Institucional.....	18
3.1 A estratégia.....	18
3.2 Acompanhamento dos indicadores do Mapa Estratégico.....	20
3.3 Situação dos projetos estratégicos.....	27
4 Apresentação Geral da Execução Orçamentária em 2015.....	28
4.1 Contexto fiscal do País em 2015.....	28
4.2 A proposta e o orçamento autorizado em 2015.....	29
4.3 O Orçamento Executado em 2015.....	30
5 Programa Temático: 1030 - Justiça.....	33
5.1 Ações do programa temático 1030: Justiça.....	40
5.1.1 Ação 1017: <i>Aparelhamento das unidades do Ministério Público.....</i>	40
5.1.2 Ação 1064: <i>Construção das promotorias do Ministério Público.....</i>	42
5.1.3 Ação 1098: <i>Estruturação de tecnologia da informação para as unidades do MPE...44</i>	44
5.1.4 Ação 1182: <i>Reforma e ampliação de unidades do Ministério Público.....</i>	49
5.1.5 Ação 2012: <i>Aperfeiçoamento funcional de membros e servidores do Ministério Público.....</i>	50
5.1.6 Ação 2154: <i>Gerenciamento das ações de planejamento e dos programas de qualidade na gestão do MPE.....</i>	57
5.1.7 Ação 2177: <i>Implementação e manutenção das ações de segurança institucional...58</i>	58
5.1.8 Ação 2184: <i>Manutenção da Corregedoria-Geral do Ministério Público.....</i>	60
5.1.9 Ação 2250: <i>Realização das ações da Diretoria de Inteligência.....</i>	66
5.1.10 Ação 2251: <i>Realização das ações de combate às organizações criminosas.....</i>	69

5.1.11 Ação 2252: Realização das ações de comunicação do Ministério Público.....	71
5.1.12 Ação 2253: Realização das ações para defesa do interesse público no processo judicial.....	75
5.1.12.1 Êxitos do Centro de Apoio Operacional do Patrimônio Público e Criminal - CAOPAC.....	79
5.1.12.2 Êxitos do Centro de Apoio Operacional da Cidadania, dos Direitos Humanos e da Mulher - CAOCID.....	83
5.1.12.3 Êxitos do Centro de Apoio Operacional do Consumidor - CAOCON.....	85
5.1.12.4 Êxitos do Centro de Apoio Operacional de Urbanismo, Habitação e Meio Ambiente -CAOMA.....	95
5.1.12.5 Êxitos do Centro de Apoio Operacional da Infância e Juventude - CAOPIJ.....	100
5.1.12.6 Êxitos do Conselho Superior do Ministério Público.....	109
5.1.12.7 Êxitos dos Cartórios de Distribuição de 1ª e 2ª Instâncias.....	111
6 Programa de Gestão, Manutenção e Serviços ao Estado: 1058 – Gestão e Manutenção do Ministério Público.....	113
6.1 Ações do programa 1058 - gestão e manutenção do Ministério Público.....	115
6.1.1 Ação 2294: Manutenção de recursos humanos.....	115
6.1.2 Ação 2306: Manutenção de auxílios a Membros e servidores.....	122
6.1.3 Ação 2333: Coordenação e manutenção dos serviços administrativos gerais.....	124
6.1.4 Ação 2418: Manutenção de serviços de transporte.....	142
6.1.5 Ação 2434: Manutenção dos serviços da área de saúde do Ministério Público.....	147
6.1.6 Ação 6015: Concessão de direitos a membros e servidores do Ministério Público	151
6.1.7 Ação 2380: Manutenção de Serviços de Informática.....	151
7 A busca da Excelência em Gestão: Avanços do GESPÚBLICA em 2015.....	156
8 Destaques na Atuação Finalística do MPTO em 2015.....	170

LISTA DE FIGURAS, GRÁFICOS, QUADROS E TABELAS

Quadro 2.1.1 -Identificação do Órgão.....	12
Figura 2.4.1 Mapa das Promotorias de Justiça em Tocantins.....	15
Figura 2.4.2 – Organograma do Ministério Público do Estado do Tocantins.....	16
Figura 3.1.1 – Mapa Estratégico do Ministério Público – Versão 2014.....	19
Tabela 3.2.1 – Relatório de Acompanhamento dos Indicadores Estratégicos, posição dez/2015.....	22
Quadro 3.3.1 – Situação dos Projetos Estratégicos.....	27
Tabela 4.2.1 – Orçamento Inicial de 2015, em (R\$).....	29
Tabela 4.2.2 – Suplementações Orçamentárias em 2015.....	30
Tabela 4.3.1 – Execução Orçamentária 2015.....	31
Tabela 4.3.2 – Comparativo da Execução Orçamentária (Empenhado), 2014/2015.....	31
Quadro 5.1 - Atributos do Programa.....	33
Tabela 5.1 – Evolução da atuação do MP/TO - Ações Finalísticas.....	34
Tabela 5.2. - Metas do Programa 1030: Justiça em 2015.....	35
Tabela 5.3 - Alterações Orçamentárias do Programa 1030 - Justiça.....	39
Quadro 5.1.1.1 – Resumo da Ação 1017.....	40
Tabela 5.1.1.1 – Aquisição de bens, em 2015.....	41
Quadro 5.1.2.1 – Resumo da Ação 1064.....	42
Tabela 5.1.2.2 – Comparativo de investimento em construção de Promotorias de Justiça, período 2012-2015, em (R\$).....	44
Quadro 5.1.3.1 – Resumo da Ação 1098.....	44
Tabela 5.1.3.1 – Quadro de Pessoal TI.....	46
Tabela 5.1.3.2 – Equipamentos de processamento de dados adquiridos em 2011-2015. .	46
Quadro 5.1.4.1 – Resumo da ação 1182.....	49
Quadro 5.1.5.1 – Resumo da ação 2012.....	50
Tabela 5.1.5.1 – Atividades Consolidadas do Centro de Estudo e Aperfeiçoamento Funcional – CESAF, em 2015.....	51
Tabela 5.1.5.2 – Eventos presenciais sob direta responsabilidade do Cesaf - 2015.....	52
Tabela 5.1.5.3 – Oferta de eventos presenciais de parceiros compartilhados com o Cesaf.	52
Tabela 5.1.5.4 – Eventos à distância realizados pelo Cesaf.....	53
Tabela 5.1.5.5 – Eventos externos de parceiros com a participação de integrantes do Cesaf.....	53
Tabela 5.1.5.6 – Cursos presenciais externos com participação de integrantes do MPTO.	54
Tabela 5.1.5.7 – Cursos à distância em parceria com o Cesaf com participação de integrantes do MPE.....	54

Tabela 5.1.5.8 – Atividades institucionais do MPTO com participação do Cesaf.....	55
Quadro 5.1.5.9 – Participação em eventos de interesse institucional do Cesaf.....	56
Quadro 5.1.6.1 – Resumo da ação 2154.....	57
Quadro 5.1.7.1 – Resumo da ação 2177.....	58
Tabela 5.1.7.1 – Principais despesas 2013-2015, em (R\$).....	60
Quadro 5.1.8.1 – Resumo da Ação 2184.....	60
Quadro 5.1.8.2 – Correções realizadas em 2015.....	61
Tabela 5.1.8.1 – Procedimentos administrativos, em (unid).....	64
Tabela 5.1.8.2 – Fluxo de expedientes, em 2015, em (unid).....	64
Tabela 5.1.8.3 – Atos Extrajudiciais Disciplinares, período de 2014 – 2015, em (unid)....	64
Tabela 5.1.8.4 – Vitorias realizadas em 2015.....	65
Tabela 5.1.8.5 – Outras atividades realizadas em 2014-2015.....	66
Quadro 5.1.9.1 – Resumo da ação 2250.....	66
Tabela 5.1.9.1 – Principais atividades realizadas - Diretoria de Inteligência.....	68
Tabela 5.1.9.2 – Outras atividades realizadas LAB-LD/TO.....	68
Tabela 5.1.9.3 – Outras atividades - Departamento de Operações e Segurança Institucional.....	69
Tabela 5.1.9.4 – Principais despesas 2015 da Ação 2250, em (R\$).....	69
Quadro 5.3.10.1 – Resumo da ação 2251.....	69
Tabela 5.1.10.1 – Resumo de atividades do GAECO, período de 2011/2015.....	70
Quadro 5.1.11.1 – Resumo da ação 2252.....	71
Tabela 5.1.11.1 – Publicações na mídia por área de atuação em 2014/2015.....	72
Tabela 5.1.11.2 – Quantidade de visualizações do portal do MPE – TO 2014/2015.....	73
Tabela 5.1.11.3 – Publicações e serviços.....	73
Quadro 5.1.12.1 – Resumo da ação 2253.....	75
Figura 5.1.12.1 – Ações do MPE em 2015, por esfera.....	77
Figura 5.1.12.2 – Ações do MPE em 2015, nas principais áreas de atuação.....	77
Figura 5.1.12.3 – Ações do MPE em 2015, nas demais áreas de atuação.....	78
Tabela 5.1.12.1.1 – Realizações CAOPAC, em 2013/2015.....	83
Tabela 5.1.12.2.1 – Realizações CAOCID, em 2014-2015.....	85
Tabela 5.1.12.3.1 – Estabelecimentos visitados área consumidor, nos anos de 2012/2015.....	93
Tabela 5.1.12.3.2 – Saldo das apreensões realizadas, nos anos de 2013/2015.....	93
Tabela 5.1.12.3.3 – Termos e autuações área consumidor (Órgãos Parceiros), em 2015.....	93
Tabela 5.1.12.3.4 – Demonstrativo das ações por cidade, em 2015.....	94
Tabela 5.1.12.3.5 – Realizações Centro de Apoio Operacional do Consumidor – CAOPDC, período de 2010/2015.....	94
Tabela 5.1.12.4.1 – Outras autuações realizadas pelo CAOMA, período de 2010/2015... ..	99
Tabela 5.1.12.5.1 – Realizações CAOPIJ, em 2015.....	109

Tabela 5.1.12.6.1 – Atividades do Conselho Superior 2013/2015.....	110
Tabela 5.1.12.7.1 – Atividades do Cartório de Distribuição 2º Instância 2013/2015.....	111
Tabela 5.1.12.7.2 – Atividades do Cartório de Distribuição 1º Instância 2013/2015.....	111
Tabela 5.1.12.7.3 – Diligências no ano de 2015.....	112
Quadro 6.1 – Atributos do Programa 1058.....	113
Tabela 6.2.2 – Alterações Orçamentárias do Programa 1058.....	114
Quadro 6.1.1.1 – Resumo da ação 2294.....	115
Tabela 6.1.1.1 – Revisões anuais de 2009 a 2015, em (%).....	116
Tabela 6.1.1.2 – Carreira de apoio em 31/12/2014.....	117
Gráfico 6.1.1.1 – Quantidade de Cargos em 2015.....	118
Tabela 6.1.1.3 – Distribuição de servidores efetivos por nível de escolaridade 2009 – 2015 (Carreira de apoio), em (unid).....	118
Tabela 6.1.1.4 – Movimentação de servidores 2009 – 2015, em (unid).....	119
Tabela 6.1.1.5 – Distribuição de servidores comissionados 2009 – 2015, em (unid).....	119
Tabela 6.1.1.6 – Movimentação de membros e servidores em 2015, em (unid).....	119
Tabela 6.1.1.7 - Evolução de Despesa de Pessoal 2009-2015.....	120
Tabela 6.1.1.8 – Limites de Gasto de Pessoal com a LRF, em (R\$).....	121
Quadro 6.1.2.1 – Resumo da ação 2306.....	122
Tabela 6.1.2.1 – Evolução do valor auxílio-alimentação 2010-2015.....	123
Quadro 6.1.3.1 – Resumo da ação.....	124
Tabela 6.1.3.1 – Comparativo de despesas 2012 – 2015, em (R\$).....	125
Tabela 6.1.3.2 – Comparativo despesas materiais de consumo 2013–2015, em (R\$)....	125
Tabela 6.1.3.3 – Distribuição espacial dos bens imóveis de uso especial, em 2015.....	126
Tabela 6.1.3.4 – Procedimentos Licitatórios, Dispensas, Inexigibilidades e outros.....	128
Quadro 6.1.3.2 – Autorizações de Atas de Registro de Preços (ARP) a outros órgãos...	129
Tabela 6.1.3.5 – Detalhamento dos procedimentos licitatórios, em 2015.....	130
Tabela 6.1.3.6 - Montante licitado, em (R\$).....	135
Tabela 6.1.3.7 – Contratos e Termos Aditivos firmados, em 2013 - 2015.....	136
Tabela 6.1.3.8 – Contratos de locação de imóveis, em 2015.....	137
Tabela 6.1.3.9 – Despesas por modalidade de contratação 2012-2015.....	137
Tabela 6.1.3.10 – Detalhamento dos Serviços Gerais, em (R\$).....	138
Quadro 6.1.4.1 Resumo da ação 2418.....	142
Tabela 6.1.4.1 – Principais despesas de manutenção de serviços 2012–2015.....	144
Tabela 6.1.4.2 – Informações sobre o uso dos veículos (Média anual de quilômetros rodados e custos associados à manutenção).....	145
Quadro 6.1.5.1 Resumo da ação 2434.....	147
Tabela 6.1.5.1 – Ações de melhoria do clima organizacional – 2012/2015, em (unid)....	148
Tabela 6.1.5.2 – Comparativo de atendimentos – 2012/2015, em (unid).....	149
Tabela 6.1.5.3 – Quantidade de afastamentos de 2012/2015, em (unid).....	150

Quadro 6.1.6.1 – Resumo da ação 6015.....	151
Quadro 6.1.7.1 – Resumo da ação 2380.....	151
Tabela 6.1.7.1 – Comparativo de atos administrativos, em 2010-2012 e 2015.....	152
Tabela 6.1.7.2 – Comparativo de atendimentos em 2012-2015.....	153
Tabela 6.1.7.3 – Despesas da Ação de manutenção dos serviços de informática, período 2012-2015, em(R\$).....	153
Quadro 7.1 – Oportunidades de Melhoria da Gestão no MPTO.....	158
Quadro 8.1 - Destaques da Atuação Finalística.....	170

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ADAPEC - Agência de Defesa Agropecuária
ADI - Ação Direta de Inconstitucionalidade
CAOPs - Centros de Apoio Operacional às Promotorias de Justiça
CETI - Comitê Estratégico de Tecnologia da Informação
Cesaf - Centro de Estudos e Aperfeiçoamento Funcional
CFTV - Circuito Fechado de Televisores
CNMP - Conselho Nacional do Ministério Público
CNJ - Conselho Nacional de Justiça
CRAS - Centro de Referência de Assistência Social
CREAS - Centro de Referência Especializado de Assistência Social
DETRAN - Departamento Estadual de Trânsito do Tocantins
DRACOL – Divisão de Repressão a Crimes contra a Adm. Pública, ao Crime, Organizado e à Lavagem de Dinheiro
DTI - Departamento de Tecnologia da Informação
ESMAT - Escola Superior da Magistratura Tocantinense
ESMPU - Escola Superior do Ministério Público da União
GAECO - Grupo de Atuação Especial de Combate ao Crime Organizado
GECEP - Grupo Especial de Controle Externo da Atividade Policial
GESPÚBLICA - Programa de Nacional de Gestão Pública e Desburocratização
IGEPREV - Instituto de Gestão Previdenciária do Estado do Tocantins
INSS - Instituto Nacional do Seguro Social
IPTU - Imposto sobre a Propriedade Territorial Urbana
ITERTINS - Instituto de Terras do Estado Tocantins
LAB-LD - Laboratório de Tecnologia Contra Lavagem de Dinheiro
LOA - Lei Orçamentária Anual
MPE - Ministério Público Estadual
MPS - Ministério da Previdência Social
MTE - Ministério do Trabalho e Emprego
NEGP - Núcleo Estadual de Excelência na Gestão Pública
PROCON - Programa Estadual de Proteção do Consumidor
PGR - Procuradoria-Geral da República

RFB - Secretaria da Receita Federal do Brasil

SEPLAN - Secretaria Estadual de Planejamento e Modernização da Gestão Pública

SEDUC - Secretaria Estadual de Educação e Cultura do Estado

SECAD - Secretaria Estadual da Administração

TAC - Termo de Compromisso de Ajustamento de Conduta

TJ - Tribunal de Justiça

TRE - Tribunal Regional Eleitoral

1 Apresentação

Movidos por uma fé inabalável em nossas capacidades, não obstante os inúmeros percalços encontrados no cumprimento da missão institucional de “Ser reconhecido como instituição essencial à defesa da ordem jurídica, do regime democrático e dos interesses sociais e individuais indisponíveis”, este Ministério Público do Estado do Tocantins vem apresentar seu Relatório de Gestão referente ao ano de 2015.

A sua elaboração foi balizada pelas orientações constantes da Instrução Normativa nº 006/2003, do Tribunal de Contas do Estado do Tocantins, e tem por aspiração não somente cumprir a obrigação legal de prestar contas, mas, acima disto, evidenciar todo o processo de gestão do órgão neste período. Salientamos a abrangência do presente Relatório, que está em consonância com o Plano Plurianual 2012-2015 e com os programas de gestão não-orçamentários da Instituição.

Preocupamo-nos em disponibilizar esse conhecimento de forma simples e em linguagem acessível para que, além dos técnicos, também a sociedade, por meio de nosso site institucional, possa compreender a gestão do Órgão e auxiliar no controle social a ele inerente.

Por fim, com este documento, reafirmamos nosso compromisso com a transparência, marca indelével das instituições compromissadas com o interesse público. Cientes em reconhecer que ainda temos um longo caminho a percorrer na luta pela promoção da cidadania e transformação social do Estado do Tocantins, as realizações do ano de 2015 foram mais um passo rumo a esse objetivo.

Palmas, 19 de fevereiro de 2016.

CLENAN RENAUT DE MELO PEREIRA

Procurador-Geral de Justiça

2 Identificação, Competências, Atribuições e Organização do Ministério Público do Tocantins

2.1 Identificação

Quadro 2.1.1 – Identificação do Órgão Orçamentário

Nome completo da unidade e sigla:	Procurador- Geral de Justiça - PGJ
Natureza jurídica:	Administração Direta
Normativos de criação, definição de competências e estrutura organizacional e respectiva data de publicação no Diário Oficial do Estado:	Lei nº 51, de 2 de janeiro de 2008 Publicado no Diário Oficial nº 2.562
CNPJ:	01.786.078/0001-46
Nome e código no SIAFEM:	PGJ
Código da Unidade Gestora:	070100
Endereço completo da sede:	202 Norte, Conj. 03 Av. Teotônio Segurado c/ Av. LO 04 – Cep 77.020-494
Endereço da página institucional na internet:	www.mpto.mp.br
Função de governo predominante:	Essencial à Justiça
Tipo de atividade:	Defesa da ordem jurídica, do regime democrático e dos interesses sociais e individuais indisponíveis

2.2 Competências

A Constituição da República Federativa do Brasil definiu que o Ministério Público dos Estados é instituição permanente, essencial à função jurisdicional do Estado, incumbindo-lhe a defesa da ordem jurídica, do regime democrático e dos interesses sociais e individuais indisponíveis (artigo 127, CF), o que é reafirmado pela Constituição Estadual em seu artigo 49.

Em 02 de janeiro de 2008, entrou em vigor a Lei Complementar nº 51 que, além de instituir a Lei Orgânica do Ministério Público, definiu outras providências, revogando a LC nº 12/96.

O artigo 60, da LC nº 51/2008, definiu como funções institucionais do Ministério Público do Estado do Tocantins:

- ✓ promover, privativamente, a ação penal pública;
- ✓ zelar pelo efetivo respeito dos Poderes Públicos e dos serviços de relevância pública aos direitos assegurados nas Constituições Estadual e Federal, promovendo as medidas necessárias à sua garantia;
- ✓ promover o inquérito civil e a ação civil pública para proteção do patrimônio público e social, do meio ambiente e de outros interesses difusos e coletivos;
- ✓ promover a ação de inconstitucionalidade ou de representação para fins de intervenção da União e do Estado, nos casos previstos na Constituição Estadual;
- ✓ expedir notificações nos procedimentos administrativos de sua competência, requisitando informações e documentos para instruí-los;
- ✓ exercer o controle externo da atividade policial;
- ✓ requisitar diligências investigatórias e a instauração de inquérito policial, indicando os fundamentos jurídicos de suas manifestações processuais;
- ✓ exercer outras funções que lhe forem conferidas, desde que compatíveis com sua finalidade, sendo-lhe vedadas a representação e a consultoria jurídica de entidades públicas; defender, judicialmente, os direitos e interesses das populações indígenas.

2.3 Atribuições

A função desempenhada pelos Membros do Ministério Público restou devidamente estabelecida pela LC 51/08 nos seguintes termos:

Os Procuradores de Justiça terão suas atribuições junto aos Tribunais, além de outras estabelecidas pelo Colégio dos Procuradores de Justiça (art. 76);

Os Promotores de Justiça e os Promotores de Justiça Substitutos exercerão

suas atribuições junto ao órgão jurisdicional de primeira instância, e outras fixadas pelo Colégio de Procuradores de Justiça (art. 77).

2.4 Organização

A Procuradoria-Geral de Justiça está sediada na Avenida Teotônio Segurado, em Palmas-TO, local onde também estão localizadas as instalações dos demais Órgãos da Administração Superior, das Procuradorias de Justiça e Órgãos Auxiliares, responsáveis pela manutenção e ampliação da infraestrutura existente, bem como pela prestação dos serviços de apoio aos membros. Funcionam também no prédio as Promotorias que atuam na Capital, com exceção da 20ª Promotoria, com atuação na área da Infância e Juventude, que está sediada no Centro Integrado, na Arse 51, e das Promotorias dos Juizados Especiais, que atuam junto aos respectivos juizados.

As Promotorias de Justiça, dependendo da movimentação e do volume de processos, podem ser divididas por áreas: Família, Criminal, Infância e Juventude, Meio Ambiente, Mulher, Idoso, Saúde, Consumidor, Cidadania, Patrimônio Público, Juizados Especiais Cíveis e Criminais.

O mapa a seguir ajuda a ilustrar a distribuição das Promotorias de Justiça no Estado do Tocantins:

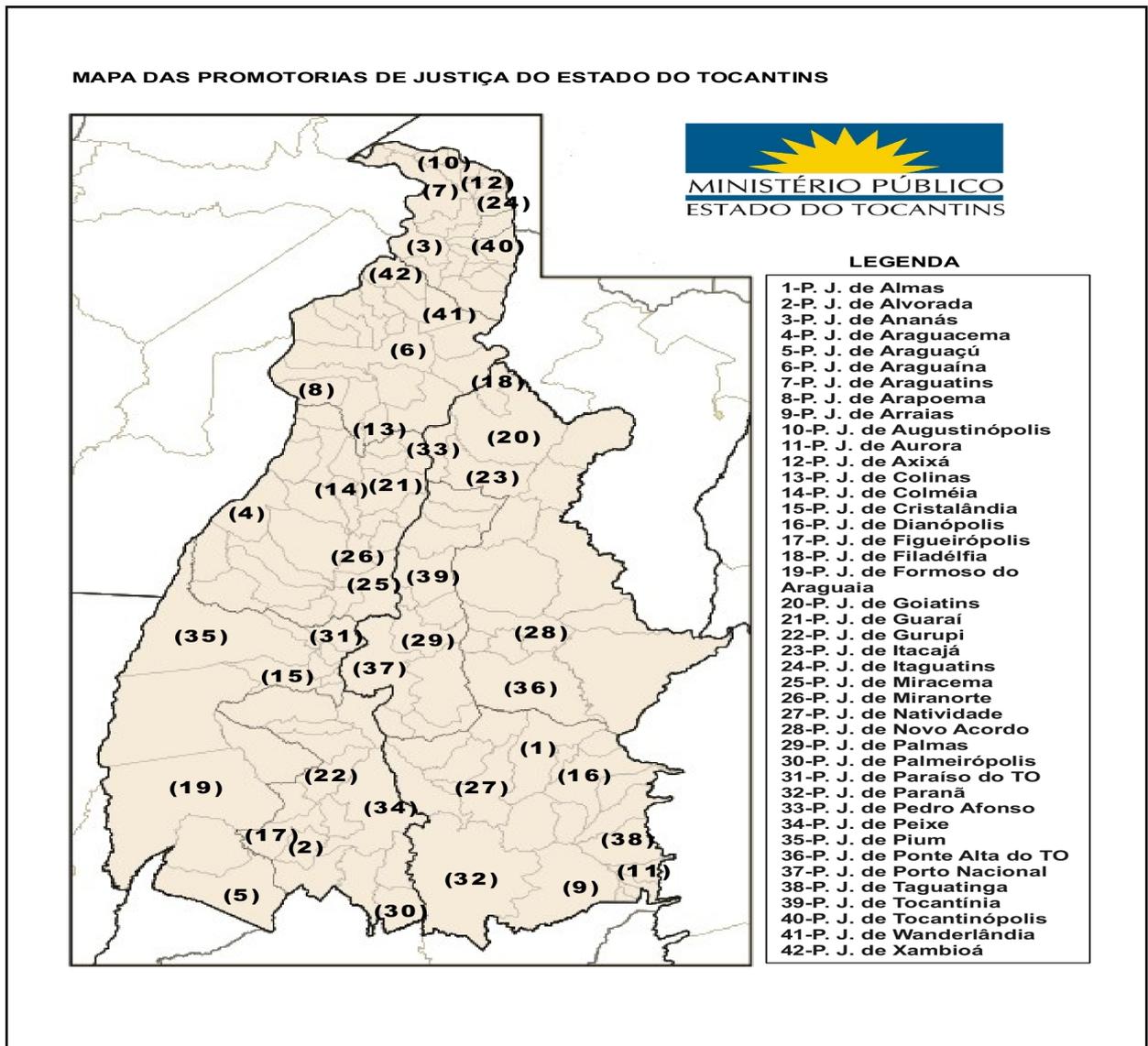


Figura 2.4.1 Mapa das Promotorias de Justiça em Tocantins.

Fonte: Assessoria de Comunicação

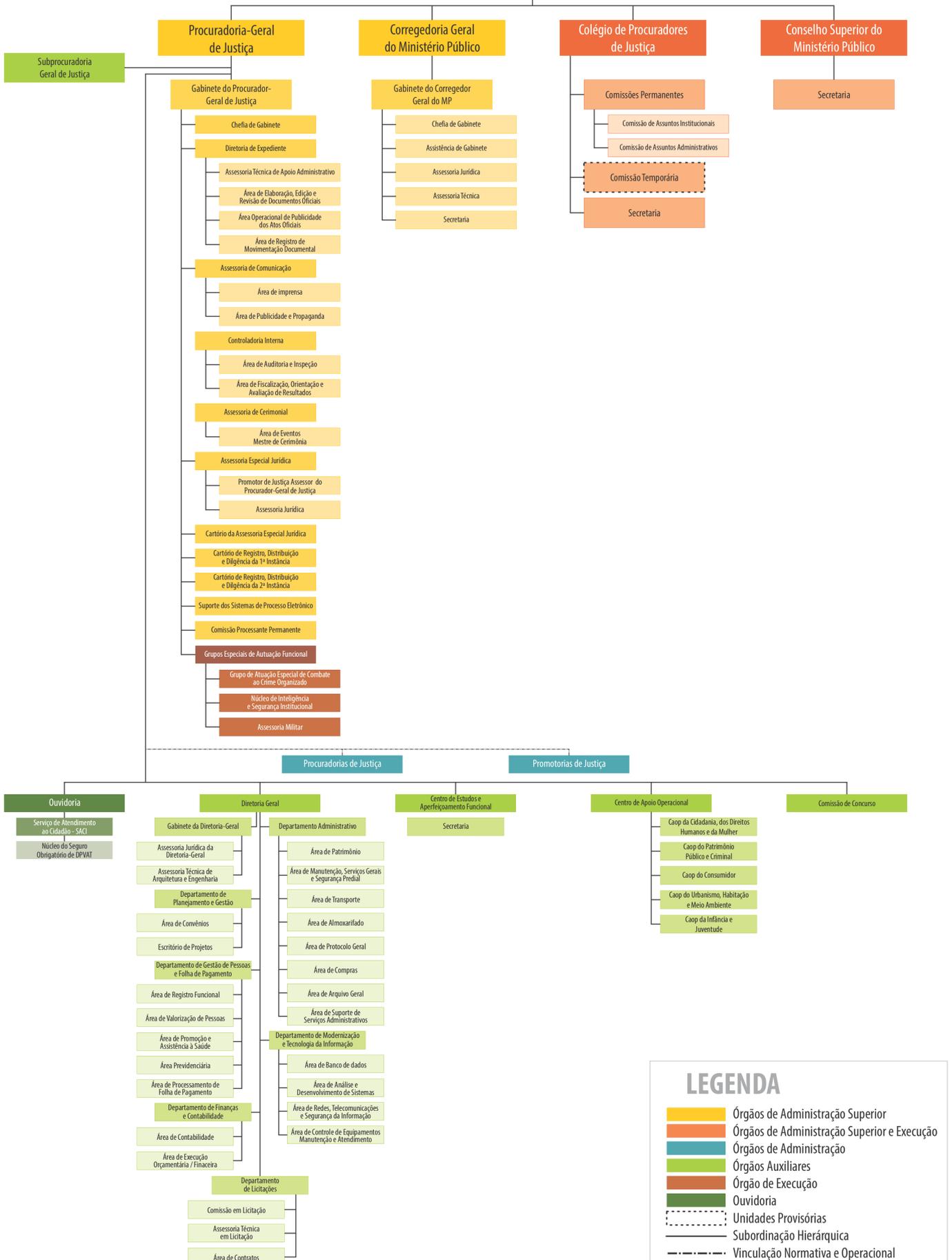
A disposição da Organização Administrativa e das vinculações hierárquicas do Ministério Público do Estado do Tocantins foi normatizada pelo Resolução CPJ nº 008/2015, que aprovou o Organograma da instituição.

A seguir, as imagens que compõem o organograma do Ministério Público do Estado do Tocantins, construído com base na legislação vigente, Regimento Interno do MP/TO:

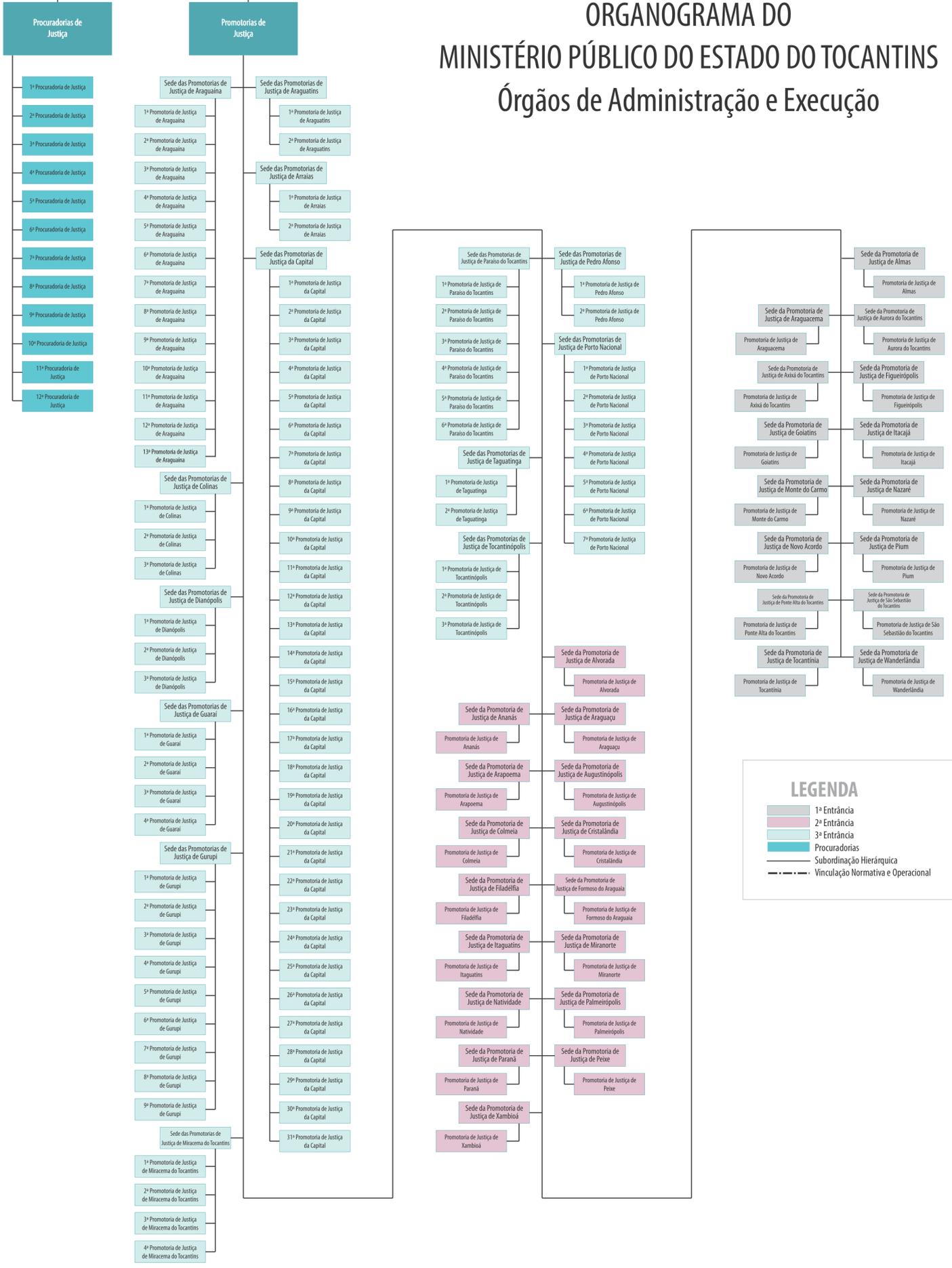
Figura 2.4.2 – Organograma do Ministério Público do Estado do Tocantins

ORGANOGRAMA DO MINISTÉRIO PÚBLICO ESTADUAL DO TOCANTINS

MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO TOCANTINS



ORGANOGRAMA DO MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO TOCANTINS Órgãos de Administração e Execução



3 Planejamento Estratégico Institucional

3.1 A estratégia

Missão:

Ser reconhecido como instituição essencial à defesa da ordem jurídica, do regime democrático e dos interesses sociais e individuais indisponíveis.

Visão:

Ser uma instituição acessível à população, independente, moderna e integrada, reconhecida por sua transparência e atuação eficaz na defesa da cidadania, meio ambiente e no combate à corrupção e toda forma de criminalidade.

Valores:

- Confiável
- Eficaz
- Fiscal da Lei
- Popular
- Independente
- Acessível
- Humanizado
- Transparente

Figura 3.1.1 – Mapa Estratégico do MPTO – Versão do Ano 2014

Missão: Ser reconhecido como instituição essencial à defesa da ordem jurídica, do regime democrático e dos interesses sociais e individuais indisponíveis

Visão: Ser uma instituição acessível à população, independente, moderna e integrada, reconhecida por sua transparência e atuação eficaz na defesa da cidadania, meio ambiente e combate à corrupção e toda forma de criminalidade.

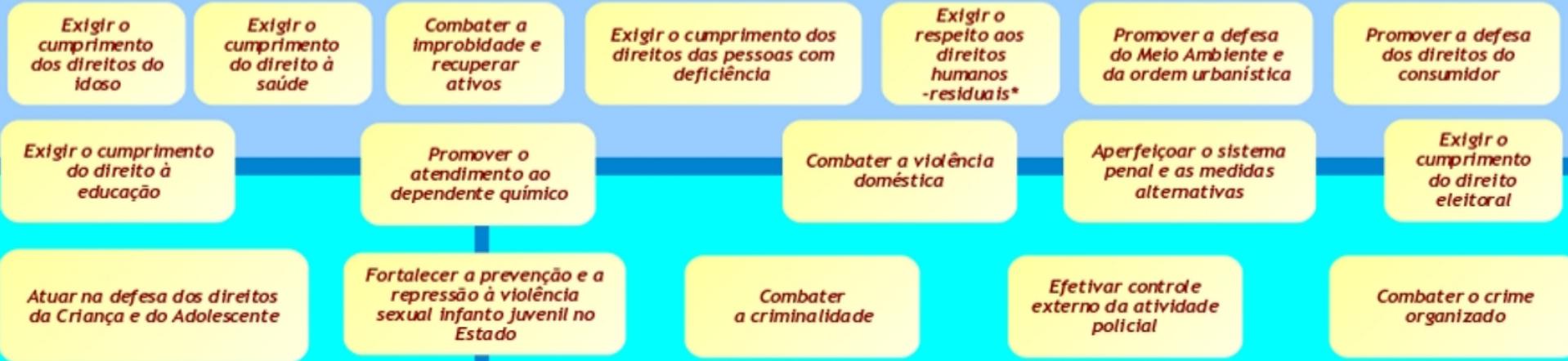
Impacto Social

Ser reconhecido como instituição eficaz na defesa da cidadania e na garantia dos direitos sociais

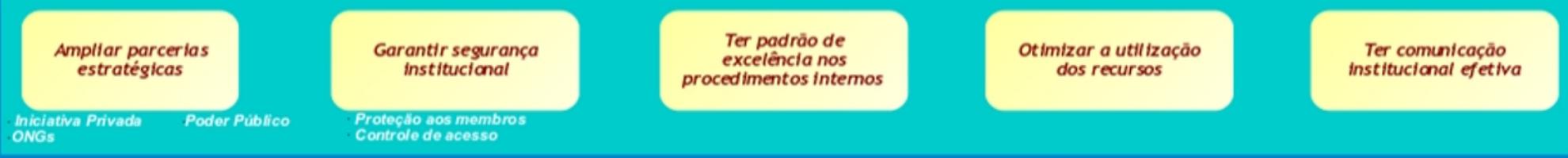
- Confiável
- Eficaz
- Fiscal da Lei
- Independente
- Acessível
- Humanizado
- Popular

Processos Internos

Cidadania



Institucional



Pessoas e Tec.

Pessoas

Infraestrutura

Financeiro



Política Financeira

3.2 Acompanhamento dos indicadores do Mapa Estratégico

O monitoramento e a avaliação da trajetória estratégica do Ministério Público do Tocantins fundamentam-se na apuração dos indicadores estabelecidos pela metodologia do *Balanced Scorecard* (BSC), utilizada na construção do Planejamento Estratégico 2010-2020. Atualmente, 52 indicadores oferecem a visão detalhada do desempenho da Instituição no alcance de seus 30 objetivos traçados no mapa estratégico. As metas de valores anuais dos indicadores são definidas a partir da média móvel do ano anterior mais 8 p.p. Dessa forma, assegura-se a ampliação contínua dos resultados dos anos anteriores até o término do ciclo do Planejamento Estratégico. O cálculo dos indicadores parte das informações do Relatório de Atividades Funcionais – RAF e outros dados dos departamentos da instituição, compilados pelo Departamento de Planejamento e Gestão. Os dados obtidos permitiram apurar o resultado de 39 indicadores em 2015. Os 13 indicadores não calculados serão objeto de reflexão na próxima revisão do Planejamento Estratégico. Entre os indicadores mensurados, 20 superaram as metas estabelecidas, outros 19 ficaram aquém. Os valores históricos, resultados e metas dos indicadores estão expostos na Tabela 3.2.1.

O número total de ações dos membros do Ministério Público Estadual é o principal indicador da dimensão impacto social. Este indicador mede o alcance da missão da Instituição, seu valor no exercício de 2015 superou a meta em 117,43%. Os outros dois indicadores ligados ao objetivo “ser reconhecido como instituição eficaz na defesa da cidadania e na garantia dos direitos sociais” não foram mensurados devido a não conclusão da estruturação do processo de atendimento ao cidadão e devido às restrições de ordem financeira que obrigaram a Instituição a preterir a pesquisa de imagem do MPTO.

Dentro da perspectiva dos processos internos, verifica-se que a atuação extrajudicial e não procedimental na defesa do meio ambiente e da ordem urbanística foi o indicador que superou a meta estabelecida em seu maior valor, em mais de 338,08%, tendo alcançado o *score* de 3.205 ações no ano, sendo o resultado obtido reflexo do trabalho dos órgãos de execução voltados para cumprimento do objetivo estratégico de promover a defesa do meio ambiente e da ordem urbanística. Outro destaque foram as ações extrajudiciais de combate à criminalidade, indicador que superou sua meta em 304,67% e contribuiu para garantir maior segurança os cidadãos tocantinenses. O fato de

haver indicadores não calculados, nesta perspectiva, deve-se a projetos que não puderam ser implementados devido à restrição financeira.

Sob a perspectiva de pessoas e tecnologia, os resultados dos indicadores refletem a restrição financeira a qual a instituição esteve submetida nos últimos anos. Tal restrição acaba por obrigar a Alta Administração a fazer escolhas difíceis, alocando grande parte do orçamento em despesas não-discricionárias. Devido a esta circunstância, com exceção da rotatividade dos servidores, os demais indicadores desta perspectiva ficaram aquém de suas metas.

Por fim, de forma geral, os indicadores sinalizam a continuidade do cumprimento dos objetivos estratégicos estabelecidos. Entretanto, devido à restrição financeira, a Instituição tem priorizado a atuação finalística em detrimento aos processos de apoio. Essa opção, a longo prazo, pode comprometer o avanço no cumprimento da missão Institucional, por estrangulamento da infraestrutura. Dessa forma, urge a busca de outras fontes de recursos.

Tabela 3.2.1 – Relatório de Acompanhamento dos Indicadores Estratégicos, situação em Janeiro de 2016.

Perspectiva	Objetivo Estratégico	Indicador Estratégico	Resultado 2014	Meta 2015	Resultado 2015	Cumprimento Meta 2015	Meta 2020
Impacto Social	1. Ser reconhecido como instituição eficaz na defesa da cidadania e na garantia dos direitos sociais	1.1. Número total de ações dos membros do Ministério Público do Estado do Tocantins	250.509	270.550	317.697	117,43%	397.526
	1. Ser reconhecido como instituição eficaz na defesa da cidadania e na garantia dos direitos sociais	1.2. Grau de satisfação no atendimento do MP/TO	-*	-*	-*	nc	-*
	1. Ser reconhecido como instituição eficaz na defesa da cidadania e na garantia dos direitos sociais	1.3. Pesquisa de imagem do MP/TO, em nível regional	49,37%	53,00%	-*	nc	78,00%
Processos Internos	2. Atuar na defesa dos direitos da Criança e do Adolescente	2.1. Atuação na esfera extrajudicial na defesa dos direitos da criança e do adolescente	1.287	1.390	2.643	190,14%	2.042
	2. Atuar na defesa dos direitos da Criança e do Adolescente	2.2. Atuação na esfera infracional na defesa dos direitos da criança e do adolescente concernente a ações socioeducativas e execução de medidas socioeducativas	12.875	13.905	13.848	99,59%	20.431
	2. Atuar na defesa dos direitos da Criança e do Adolescente	2.3. Atuação na esfera cível na defesa dos direitos da criança e do adolescente	7.587	8.194	15.754	192,26%	12.040
	3. Exigir o cumprimento do direito à educação	3.1. Atuação na esfera extrajudicial na defesa do direito à educação	254	274	560	204,38%	403
	3. Exigir o cumprimento do direito à educação	3.2. Atuação na esfera cível na defesa do direito à educação	119	129	7	5,43%	189
	4. Promover o atendimento ao dependente químico	4.1. Ações voltadas à execução do "Projeto MP contra as drogas, cidadão longe do vício"	-*	-*	-*	nc	-*
	5. Fortalecer a prevenção e a repressão à violência sexual	5.1. Ações voltadas à execução do Projeto "Tocantins contra a exploração	-*	-*	-*	nc	-*

Perspectiva	Objetivo Estratégico	Indicador Estratégico	Resultado 2014	Meta 2015	Resultado 2015	Cumprimento Meta 2015	Meta 2020
	infantojuvenil	sexual infantojuvenil"					
	6. Combater a criminalidade	6.1. Ações Judiciais de Combate à Criminalidade	106.481	114.999	169.527	147,42%	168.972
	6. Combater a criminalidade	6.2. Ações extrajudiciais de Combate à Criminalidade	99	107	326	304,67%	157
	7. Efetivar controle externo da atividade policial	7.1. Ações Judiciais de Controle Externo da Atividade Policial	1.944	2.100	425	20,24%	3.085
	7. Efetivar controle externo da atividade policial	7.2. Ações extrajudiciais de Controle Interno da Atividade Policial	123	133	373	280,45%	195
	8. Aperfeiçoar o Sistema Penal e as Medidas Alternativas	8.1. Ações de Fiscalização da Execução Penal	14.382	15.533	24.213	155,88%	22.822
	8. Aperfeiçoar o Sistema Penal e as Medidas Alternativas	8.2. Inspeções nas unidades prisionais	_*	_*	_*	-	_*
	9. Combater o crime organizado	9.1. Ações de combate ao crime organizado	4.132	4.463	1.619	36,28%	6.557
	10. Combater a violência doméstica	10.1. Ações de combate à violência doméstica	17.388	18.779	23.581	125,57%	27.593
	11. Exigir o cumprimento dos direitos das pessoas com deficiência	11.1. Ações Judiciais de crimes contra pessoas com deficiência	35	38	_*	nc	56
	11. Exigir o cumprimento dos direitos das pessoas com deficiência	11.2. Ações extrajudiciais dos membros em defesa das pessoas com deficiência	205	221	351	158,82%	325
	12. Exigir o cumprimento dos direitos do idoso	12.1. Ações de fiscalização da execução da política do idoso	583	630	586	93,02%	925
	13. Exigir o cumprimento do direito à saúde	13.1. Ações judiciais de cumprimento do direito à saúde	2.403	2.595	4.556	175,57%	3.813

Perspectiva	Objetivo Estratégico	Indicador Estratégico	Resultado 2014	Meta 2015	Resultado 2015	Cumprimento Meta 2015	Meta 2020
	13. Exigir o cumprimento do direito à saúde	13.2. Ações extrajudiciais de cumprimento do direito à saúde	2.025	2.187	3.303	151,03%	3.213
	14. Combater a improbidade e recuperar ativos	14.1. Ações Judiciais de combate à improbidade e recuperação de ativos	2.801	3.025	5.858	193,65%	4.445
	14. Combater a improbidade e recuperar ativos	14.2. Ações extrajudiciais de combate à improbidade e recuperação de ativos	3.309	3.574	6.134	171,63%	5.251
	15. Exigir o cumprimento do direito eleitoral	15.1. Ações de cumprimento do direito eleitoral	7.747	8.367	2.586	30,91%	12.294
	16. Promover a defesa do meio ambiente e da ordem urbanística	16.1. Atuação extrajudicial e não procedimental na defesa do meio ambiente e da ordem urbanística	878	948	3.205	338,08%	1.393
	16. Promover a defesa do meio ambiente e da ordem urbanística	16.2. Atuação judicial cível na defesa do meio ambiente e da ordem urbanística	526	568	405	71,30%	835
	16. Promover a defesa do meio ambiente e da ordem urbanística	16.3. Atuação judicial para responsabilização penal dos envolvidos em crimes ambientais e contra a ordem urbanística	7.925	8.559	4.042	47,23%	12.576
	17. Promover a defesa dos direitos humanos fundamentais – residuais	17.1. Ações voltadas à execução do Projeto "DH" (não contemplados em objetivos estratégicos específicos: saúde, educação, pessoas com necessidades especiais, deficientes e idoso)	-*	-*	-*	nc	-*
	18. Promover a defesa dos direitos do consumidor	18.1. Atuação extrajudicial e não procedimental na proteção dos direitos difusos, coletivos e individuais homogêneos do consumidor	321	347	998	287,61%	509
	18. Promover a defesa dos direitos do consumidor	18.2. Atuação judicial cível na proteção dos direitos difusos, coletivos e individuais homogêneos do consumidor	956	1.032	410	39,73%	1.517

Perspectiva	Objetivo Estratégico	Indicador Estratégico	Resultado 2014	Meta 2015	Resultado 2015	Cumprimento Meta 2015	Meta 2020
	18. Promover a defesa dos direitos do consumidor	18.3. Atuação judicial na responsabilização por crimes contra o consumidor;	1.523	1.645	181	11,00%	2.417
	19. Ampliar parcerias estratégicas	19.1. Parcerias realizadas	24	26	15	57,69%	38
	20. Garantir segurança institucional	20.1. Produtos conclusos do Plano de Segurança Institucional / Total de Produtos do Plano de Segurança Institucional	0/30	-*	8/30	100,00%	30/30
	21. Ter padrão de excelência nos procedimentos internos	21.1. Nota GESPÚBLICA	586	633	586	92,58%	930
	22. Otimizar a utilização dos recursos	22.1. Custo médio por processo (Em R\$)	556	511	507	100,86%	337
	23. Ter comunicação institucional efetiva	23.1. Número de acessos ao portal do MPE	1.253.814	1.354.119	1.427.295	105,40%	1.989.645
	23. Ter comunicação institucional efetiva	23.2. Número de matérias publicadas e veiculadas na mídia	4.569	4.935	4.415	89,46%	7.250
	23. Ter comunicação institucional efetiva	23.3. Percentual de matérias positivas/negativas/neutras	-*	-*	-*	nc	-*
Pessoas e Tecnologia	24. Promover, de forma contínua, o aperfeiçoamento dos integrantes do Ministério Público do Estado do Tocantins	24.1. Quantidade média de horas de aperfeiçoamento realizadas por membros e servidores	15,86	17	9,24	54,35%	25
	24. Promover, de forma contínua, o aperfeiçoamento dos integrantes do Ministério Público do Estado do Tocantins	24.2. Percentual de membros e servidores que participaram dos cursos de capacitação patrocinados ou apoiados pela instituição dividido pelo número total de membros e servidores em exercício	-*	-*	-*	nc	-*
	25. Atrair e reter talentos	25.1. Rotatividade (apenas desligamentos voluntários de servidores/membros efetivos)	4,36%	4,00%	2,40%	166,67%	3,00%

Perspectiva	Objetivo Estratégico	Indicador Estratégico	Resultado 2014	Meta 2015	Resultado 2015	Cumprimento Meta 2015	Meta 2020
	25. Atrair e reter talentos	25.2. Concorrência nos Concursos Públicos	-*	-*	-*	nc	-*
	25. Atrair e reter talentos	25.3. Mensuração da intenção de evasão dos servidores efetivos e membros.	-*	-*	-*	nc	-*
	26. Garantir clima organizacional favorável	26.1. Pesquisa de satisfação do Clima Organizacional - anual	-*	-*	-*	nc	-*
	26. Garantir clima organizacional favorável	26.2. Número de ações internas voltadas para a melhoria do clima organizacional	3.903	4.215	3.939	93,45%	6.194
	27. Ter comunicação interna efetiva	27.1. Pesquisa qualitativa e quantitativa (avaliação de imagem, de relacionamento, dos meios de comunicação)	-*	-*	-*	nc	-*
	27. Ter comunicação interna efetiva	27.2. Número de acessos às áreas da intranet	-*	-*	-*	nc	-*
	28. Garantir Infraestrutura física adequada	28.1. Percentual de Execução de infraestrutura = (% de Infraestrutura imobiliária adequada [peso 45%] + % de frota de veículos adequada [peso 20%] + % de Infraestrutura mobiliária adequada [peso 25%] + % de Infraestrutura adequação predial realizada [peso 10%])	49,71%	54,00%	48,91%	90,57%	79,00%
	29. Assegurar sistemas de Tecnologia da Informação adequados para os órgãos de execução e unidades administrativas	29.1. Integração dos Sistemas do MPE = (nº de sistemas integrados / (nº de sistemas existentes + nº de novas demandas)) * 100	61,30%	66,00%	58,50%	88,64%	97,00%
	30.1 Garantir a sustentabilidade e o crescimento institucional	30.1. Participação orçamentário-financeira do MP/TO em relação à Receita Líquida de Impostos	2,81%	3,00%	2,99%	99,67%	4,00%

Fonte: Departamento de Planejamento e Gestão, Relatório de Atividades Funcionais (RAF), SIAFEM e dados dos Departamentos.

3.3 Situação dos projetos estratégicos

Conforme será detalhado em cada ação constante do PPA, os projetos estratégicos deste MPTO encontram-se conforme descrito abaixo:

Quadro 3.3.1 – Situação dos Projetos Estratégicos

PROJETO	SITUAÇÃO
Convênio SRJ/MJ nº SICONV 749684/2010 – Implementação de Núcleo Maria da Penha	Concluído (Prestação de Contas sob análise)
Projeto Promotores em Ação (Planejamento Estratégico)	Concluído
Projeto Guardião: GECOC e Inteligência (Planejamento Estratégico)	Concluído
Projeto RECICLAMP (Planejamento Estratégico)	Em andamento
Projeto de Infraestrutura Administrativo e Tecnológico (Planejamento Estratégico)	Atrasado
Projeto de Informatização de Sistemas (Planejamento Estratégico)	Atrasado
Projeto de Comunicação Institucional (Planejamento Estratégico)	Concluído
Projeto de Segurança Institucional (Planejamento Estratégico)	Em andamento
Projeto de Desenvolvimento de Recursos Humanos (Planejamento Estratégico)	Em andamento
Projeto GESPÚBLICA (Planejamento Estratégico)	Em andamento
Construção das Promotorias de Justiça do Ministério Público	Atrasado
Ampliação da frota de veículos do Ministério Público	Atrasado

Cumprido ressaltar que, no exercício de 2015, não houve transferências voluntárias para a Instituição na modalidade Convênio.

4.1 Contexto fiscal do País em 2015

O contexto econômico de 2015 foi turbulento. No decurso do ano, assistiu-se à contínua deterioração dos indicadores econômicos, levando o País ao que se considera a pior crise econômica desde a década de 90. A expectativa é que o Produto Interno Bruto (PIB) tenha se reduzido em (-3,7%) no ano, deslocando a taxa de desemprego (PME) de 5,3% em janeiro para atingir 7,5% em novembro, levando aproximadamente 8,4 milhões de pessoas a terminarem 2015 sem trabalho. Além disso, apesar da elevação da taxa básica de juros (SELIC) em 16,3%, (saiu de 12,25% a.a. em janeiro para 14,15% a.a. em dezembro), e do contingenciamento de mais de 30% das despesas discricionárias do Governo Federal (69,9 bilhões), a inflação se mostrou persistente durante todo o ano, fazendo com que o Índice de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) atingisse 10,67% a.a. no acumulado, acima da meta (4,5% a.a.) em mais de 137%.

A ruína dos indicadores econômicos afetou diretamente as finanças públicas dos entes federativos. O Governo Federal fechou o ano com o maior déficit primário da série histórica em 119,9 bilhões, decorrente da frustração de arrecadação em mais de R\$ 114 bilhões em suas receitas e da dificuldade em reduzir as despesas obrigatórias, que cresceram quase R\$ 74 bilhões. Consequentemente à frustração das receitas do Governo Federal, as transferências aos governos estaduais, principalmente do fundo de participação dos estados (FPE), sofreram redução de (-7,3%) em relação à previsão inicial. No caso do Estado do Tocantins, altamente dependente dos repasses do Governo Federal, os recursos do FPE ficaram R\$ 211,5 milhões a menor, o impacto só não foi mais drástico sobre as finanças estaduais porque o Governo obteve excesso de arrecadação em algumas outras receitas.

Com a crise atingindo as contas, o governo do Estado viu-se em dificuldades para honrar suas obrigações financeiras em 2015. Devido ao desequilíbrio orçamentário, houve atrasos no pagamento de fornecedores, adiamento na quitação da folha de pagamento, paralisação de obras, reformas administrativas e flutuações nos repasses duodecimais aos outros poderes e ao Ministério Público Estadual. Ao associarmos as

oscilações nos repasses do duodécimo ao reduzido valor do Orçamento aprovado, temos o quadro no qual se encontrou inserida a gestão do Ministério Público no exercício de 2015.

4.2 A proposta e o orçamento autorizado em 2015

A proposta orçamentária de 2015 do Ministério Público do Tocantins aprovada pelo Colégio de Procuradores de Justiça propunha R\$ 188 milhões como valor necessário para a continuidade das atividades e realização de projetos da Instituição. Entretanto, o cenário econômico adverso influenciou a decisão do Poder Executivo, que reduziu a proposta apresentada em R\$ 47,0 milhões. Diante disso, o orçamento aprovado de 2015 ficou estabelecido em R\$ 141,0 milhões. Considerando que o orçamento autorizado (recursos do tesouro) em 2014 foi de R\$ 140,5 milhões, a proposta orçamentária de 2015 cresceu apenas 0,33% em relação ao ano anterior.

A distribuição desse orçamento inicial por grupo de despesa e fonte está na Tabela 4.2.1. Verifica-se que maior parte dos recursos (77,98%) foi destinado ao grupo de despesa 31-Pessoal e Encargos Sociais (R\$111.049.948,00). Os recursos destinados ao grupo 33-Outras Despesas Correntes vêm em seguida, com R\$ 29.793.737,00, que representaram 20,92% do total. O grupo 44-Investimentos, mesmo com o aporte de recursos da fonte de 0104-Emenda Parlamentar no valor de R\$ 1.430.000,00, significou apenas 1,09% do orçamento total. Os valores aprovados por grupo de despesa em 2015 ficaram a menor para todos os grupos de despesas em relação ao orçamento autorizado em 2014, exceto para o grupo de pessoal que se elevaria em 3,22%, valor insuficiente para garantir a reposição salarial dos integrantes da instituição.

Tabela 4.2.1 – Orçamento Inicial de 2015, em (R\$)

Fonte	31-Pessoal e Encargos Sociais	33-Outras Despesas Correntes	44- Investimentos	Total
0100 – Recursos do Tesouro	111.049.948	29.793.737	127.000	140.970.685
0104 – Emenda Parlamentar	-	-	1.430.000	1.430.000
Total	111.049.948	29.793.737	1.557.000	142.400.685

Fonte: SIAFEM

Os valores aprovados inicialmente foram visivelmente insuficientes para manter o funcionamento do MPTO durante o ano de 2015. Para tornar mais grave o cenário, devido ao corte orçamentário em anos anteriores, a Instituição vinha acumulando dívidas e postergando o pagamento de direitos a seus integrantes. Os cálculos indicavam a necessidade de suplementação de ao menos R\$ 20 milhões para permitir o desempenho mínimo da Unidade.

Essa situação exigiu atuação enérgica do Procurador-Geral de Justiça junto ao Poder Executivo para que houvesse suplementações e repasses tempestivos do duodécimo orçamentário, assegurando a continuidade das ações do Órgão. Os resultados desse esforço estão na Tabela 4.2.2, que demonstra as suplementações ao orçamento inicial do órgão na fonte 0100-Recursos do Tesouro. Foram adicionados R\$ 8.231.700,00 à despesa com pessoal, valor equivalente à folha de pagamento do 13º salário. O grupo 33-Outras Despesas Correntes foi suplementado em R\$ 12.113.645,00, permitindo a continuidade de pagamento dos auxílios e quitação de dívidas junto aos integrantes. Ao final do exercício, foi contabilizado o acréscimo total de R\$ 20.345.345,00 ao orçamento inicial do Órgão.

Tabela 4.2.2 – Suplementações Orçamentárias em 2015

Grupo de Despesa	Valor
31 – Pessoal e Encargos Sociais	8.231.700
33 – Outras Despesas Correntes	12.113.645
Total	20.345.345

Fonte: SIAFEM

4.3 O Orçamento Executado em 2015

Ao agregarmos as suplementações ao valor inicialmente aprovado, obtemos o orçamento autorizado para o Ministério Público do Tocantins, ou seja, os valores efetivamente disponíveis para utilização em 2015. A Tabela 4.3.1 expõe, unificadamente, os valores empenhados por grupo de despesas do orçamento autorizado. Observa-se que após as suplementações, o orçamento autorizado da fonte 0100-Recursos Próprios ficou em R\$ 161.316.030,00, e que o mesmo alcançou 99,78% de execução, demonstrando a eficiência da gestão das finanças da Instituição, visto que as organizações públicas

setoriais não visam ao superavit orçamentário. Já os recursos da fonte 0104 – Emendas Parlamentares atingiram apenas 0,33% de execução, devido ao descompasso no processo de liberação dos recursos entre a SEPLAN e a Assembleia Legislativa, fato que prejudicou o índice geral de execução do orçamento do MPTO, reduzindo-o a 98,94%.

Tabela 4.3.1 – Execução Orçamentária 2015

Fonte de Recursos	Grupo de Despesas	Orçamento Autorizado	Orçamento Empenhado	% Executado
0100 – Recursos Próprios	31 – Pessoal e Encargos Sociais	R\$ 119.281.648	R\$ 119.047.364	99,80%
	33 – Outras Despesas Correntes	R\$ 41.914.124	R\$ 41.793.599	99,71%
	44 – Investimentos	R\$ 120.258	R\$ 117.994	98,12%
	Subtotal	R\$ 161.316.030	R\$ 160.958.958	99,78%
0104 – Emenda Parlamentares	44 – Investimentos	R\$ 1.365.000	R\$ 4.500	0,33%
	Subtotal	R\$ 1.365.000	R\$ 4.500	0,33%
Total		R\$ 162.681.030	R\$ 160.963.458	98,94%

Fonte: SIAFEM

A trajetória adotada pelo Ordenador na condução da gestão provocou alterações na composição das despesas da Unidade, conforme visualizamos na Tabela 4.3.2. A despesa total empenhada em 2015 se ampliou em 17,5% quando comprada com o ano de 2014, possível apenas devido às suplementações já comentadas. O grupo 31-Pessoal e Encargos Sociais em 2015, embora tenha crescido 13,2% em relação a 2014, reduziu sua participação no total da despesa, saindo de 76,8% para 74,0%. A diminuição do investimento, embora prevista desde a proposta inicial, foi mais significativa devido à não liberação dos recursos da fonte 0104-Emendas Parlamentares (R\$ 1.430.00,00 não repassados pela SEFAZ). Por último, o grupo 33-Outras Despesas Correntes ampliou sua participação na despesa total anual, saindo de 21,3% em 2014 para 26,0% em 2015, sendo que seu valor anual em 2015 subiu 43,3% em relação a 2014.

Tabela 4.3.2 – Comparativo da Execução Orçamentária (Empenhado), 2014/2015 (R\$)

Grupo Despesa	Executado 2014	(%) Participação	Executado 2015	(%) Participação	Varição Δ , em (%)
Pessoal e Encargos Sociais	105.211.229	76,8%	119.047.364	74,0%	13,2%

Grupo Despesa	Executado 2014	(%) Participação	Executado 2015	(%) Participação	Varição Δ, em (%)
Outras Despesas Correntes	29.159.979	21,3%	41.793.599	26,0%	43,3%
Investimento*	2.628.482	1,9%	122.494	0,1%	-95,3%
Total	136.999.690	100,0%	160.963.458	100,0%	17,5%

Fonte: SIAFEM

* Considerou-se a soma da fonte 0100 e 0104 no grupo 44 – Investimento

Em termos gerais, a execução orçamentária de 2015 privilegiou o atendimento das demandas dos integrantes que se encontravam reprimidas devido aos sucessivos cortes orçamentários de anos anteriores. Este bloqueio afetava diretamente os rendimentos dos servidores e membros, comprometendo o clima organizacional da Instituição. Por esse motivo, ao ser empossado no cargo, o Exmo. Procurador-Geral de Justiça priorizou a valorização dos integrantes do Órgão, optando pela manutenção do reajuste anual da data-base e o aumento do valor do auxílio-alimentação aos servidores administrativos, além de iniciar o pagamento do auxílio-moradia e regularizar atualização da Parcela Autônoma de Equivalência - PAE aos membros. Estas escolhas eram intensivas em despesas de custeio e conseqüentemente elevaram a participação do grupo 33-Outras Despesas Correntes no orçamento da Instituição.

Concluído este resumo geral dos números do orçamento de 2015, passemos à apresentação dos resultados alcançados pelos instrumentos de gestão do planejamento: os programas e ações orçamentários da Instituição.

5 Programa Temático: 1030 - Justiça

O formato do planejamento instituído pelo Plano Plurianual 2012-2015, que trouxe nova estrutura de Programa Temático e Iniciativas, substituindo o antigo binômio Programa e Ações Orçamentárias, foi vantajoso para esta Instituição à medida que possibilitou o alinhamento de nosso Planejamento Estratégico 2010-2020 ao instrumento de gestão da estratégia quadrienal.

Nesse sentido, o programa temático “1030: Justiça” materializa planificadamente a missão constitucional desta instituição. A realidade problematizada na essência do programa parte do pressuposto de que o interesse coletivo é vulnerável e se encontra quase sempre sob ameaça, necessitando da atuação ministerial para defendê-lo. Além disso, vez que a disponibilização de infraestrutura física e tecnológica adequada para suporte às atividades está ligada à melhoria da atuação ministerial, inseriu-se lhe no escopo da problematização. Os demais componentes que permitem caracterizar o programa estão expostos no quadro 5.1, adiante exposto.

Quadro 5.1- Atributos do Programa 1030

Denominação:	Justiça			
Objetivo	Promover a defesa da ordem jurídica, do regime democrático e dos interesses sociais e individuais indisponíveis por meio de fiscalização das políticas públicas nas áreas de educação, saúde, direitos humanos, medidas socioeducativas e protetivas, voltadas aos dependentes químicos, pessoas com deficiência, além do combate à criminalidade, exploração sexual infantojuvenil, violência doméstica, aos crimes eleitorais, aos crimes contra os consumidores e aos desvios de recursos públicos.			
Público-Alvo	Membros, Servidores e Sociedade Tocantinense			
Dotação Orçamentária do Exercício 2015	Inicial: R\$ 5.442.800,00	Autorizada: R\$ 5.608.411,00	Empenhada: R\$ 4.228.025,00	
Indicadores				
Indicador	Resultado 2013	Resultado 2014	Índice desejado 2015	Resultado 2015
Ações dos membros do Ministério Público do Estado do Tocantins	231.048	250.509	172.000	317.697

Fonte: SIAFEM

O quadro 5.1 também apresenta o resumo do ocorrido no programa “1030: Justiça” em 2015. Observa-se que a execução parcial do orçamento autorizado (75,38% do total autorizado foi empenhado) não impediu o alcance dos resultados pretendidos, pois o número de ações dos membros do Ministério Público, indicador do programa, atingiu a cifra de 317.697 ações, ficando 84% acima do resultado esperado. Deduzimos, com isso, que a produtividade dos integrantes da instituição continua a elevar-se, haja vista a ampliação em 26,8% no indicador no período de 2014/2015, sem que houvesse qualquer acréscimo da força de trabalho durante o exercício (a nomeação de cinco novos Promotores ocorreu como reposição dos que solicitaram exoneração no acumulado dos últimos anos e ocorreu no mês de dezembro).

O resultado obtido em 2015 é consistente com a série histórica para o indicador no último lustro. Os dados da Tabela 5.1 demonstram a evolução contínua na produção finalística no período de 2011 a 2015, explicada pelos retornos crescentes de escala dos investimentos em tecnologia da informação, melhorias da infraestrutura e alterações nos métodos de trabalho (adoção do sistema e-proc).

Tabela 5.1 – Evolução da atuação do MP/TO - Ações Finalísticas

Ano 2011	Ano 2012	Ano 2013	Ano 2014	Ano 2015
119.592	140.754	231.048	250.509	317.697

Fonte: Deplan – Relatório de Atividades Funcionais (RAF)

A partir do objetivo do programa, foram propostas 28 metas, conforme apresentado na Tabela 5.2. Deste total, utilizando o Relatório de Atividade Funcional – RAF e relatórios setoriais de acompanhamento, foi possível apurar o resultado de 24 dessas metas. As 4 metas restantes, que não puderam ser calculadas devido a falha de preenchimento no RAF, serão objeto de revisão na elaboração do próximo Plano Plurianual.

Ainda conforme a Tabela 5.2, percebe-se que 12 metas alcançaram resultado superior ao estabelecido para o exercício. O principal destaque foi a meta “ações de fiscalização da execução da política pública da saúde” que foi superada em mais 3.572% em relação ao previsto, evidenciando a preocupação ministerial com o que a sociedade tocantinense avalia como principal problema atualmente: a saúde pública. Outras metas que se destacaram em 2015 por terem alcançado resultado acima do planejado foram: “ações de fiscalização das penas e das medidas de segurança” (2.849%), “medidas

socioeducativas e medidas de proteção” (2.744%), “ações de fiscalização de regularidade de aplicação dos recursos públicos” (2.607%).

Em relação às 12 metas que não atingiram os valores planejados, o principal obstáculo para sua realização tem sido os sucessivos cortes orçamentários impostos à Instituição. A proposta orçamentária inicial de recursos do tesouro (fonte 0100) para o exercício de 2015 previa R\$ 188 milhões, que após ajustes durante a tramitação do Projeto de Lei Orçamentária Anual, foi reduzida para R\$ 141,0 milhões, um corte de R\$ 47 milhões. Tal redução dificultou o alcance de algumas das metas, que acabaram ficando aquém do desejado, principalmente as intensivas em despesas de capital e projetos finalísticos novos.

Tabela 5.2 - Metas do Programa 1030: Justiça em 2015

Descrição da meta	Regionalização	Meta (A)	Realizado (B)	% (B/A)
Ações de combate à criminalidade (unidade)	Estadual	130.000	169.853	131
Ações de combate à exploração sexual infantil juvenil (unidade)*	Estadual	30	-	-
Ações de combate à violência doméstica (unidade)	Estadual	3.026	23.581	779
Ações de combate ao crime organizado (unidade)	Estadual	216	1.619	750
Ações de conscientização político-eleitoral (unidade)*	Estadual	22	-	-
Ações de conservação e preservação do meio ambiente (unidade)	Estadual	308	3.610	1.172
Ações de cumprimento dos direitos humanos (unidade)*	Estadual	20	-	-
Ações de fiscalização da execução da política do idoso	Estadual	100	586	586
Ações de fiscalização da execução da política pública da saúde (unidade)	Estadual	220	7.859	3.572

Descrição da meta	Regionalização	Meta (A)	Realizado (B)	% (B/A)
Ações de fiscalização da execução da política pública de educação (unidade)	Estadual	1.175	567	48
Ações de fiscalização da execução da política pública voltada ao dependente químico (unidade)*	Estadual	85	-	-
Ações de fiscalização das penas e das medidas de segurança (unidade)	Estadual	850	24.213	2.849
Ações de fiscalização de regularidade de aplicação dos recursos públicos (unidade)	Estadual	460	11.992	2.607
Ações de fiscalização eleitoral (porcentagem)	Estadual	6.600	2.586	39
Adequar e manter adequadas as ações de comunicação (porcentagem)	Estadual	100	100	100
Atuação social relativa ao direito do consumidor (unidade)	Estadual	308	1.589	516
Garantir a realização da adequação da segurança institucional (porcentagem)*	Estadual	90	26,66	29,62
Garantir infraestrutura física adequada ao Ministério Público (porcentagem)	Estadual	90	48,91	54,34
Medidas socioeducativas e medidas de proteção	Estadual	1.175	32.245	2744,26
Número de pontos a ser alcançado na avaliação do Programa Gespública (unidade)	Estadual	750	586	78
Percentual de sistemas de tecnologia da informação do Ministério Público integrado (porcentagem)	Estadual	76		-

Descrição da meta	Regionalização	Meta (A)	Realizado (B)	% (B/A)
Reduzir a rotatividade de servidores e membros ao percentual desejado (porcentagem)	Estadual	1	2,4	240
Sedes de promotorias a serem construídas (porcentagem)	Região Administrativa Dianópolis	100	0	-
	Região Administrativa Goiatins	0	0	-
	Região Administrativa Gurupi	0	0	-
	Região Administrativa Arraias	0	0	-
	Região Metropolitana de Palmas	0	0	-
	Região Administrativa Paraíso do Tocantins	100	0	-
	Região Administrativa Taguatinga	0	0	-
	Região Administrativa Guaraí	0	0	-
	Região Administrativa Augustinópolis	0	0	-
	Região Administrativa Pedro Afonso	0	0	-
	Região Administrativa Natividade	0	0	-
	Região Administrativa Palmas	0	0	-
	Região Administrativa Xambioá	0	0	-

Descrição da meta	Regionalização	Meta (A)	Realizado (B)	% (B/A)
Sedes de promotorias a serem reformadas (unidade)	Região Administrativa Taguatinga	0	0	-
	Região Administrativa Arraias	0	0	-
	Região Metropolitana de Palmas	0	0	-
	Região Administrativa Paraíso do Tocantins	1	0	-
	Região Administrativa Goiatins	0	0	-
	Região Administrativa Gurupi	0	0	-
	Região Administrativa Dianópolis	1	0	-
	Região Administrativa Palmas	0	1	-
	Região Administrativa Xambioá	0	0	-
	Região Administrativa Natividade	0	0	-
	Região Administrativa Guaraí	0	0	-
	Região Administrativa Augustinópolis	0	0	-
	Região Administrativa Pedro Afonso	0	0	-
	Somatório das ações de controle externo da atividade policial (unidade)	Estadual	1.500	798

Descrição da meta	Regionalização	Meta (A)	Realizado (B)	% (B/A)
Somatório do total de ações dos Membros do Ministério Público do Estado do Tocantins (unidade)	Estadual	172.000	317.697	185
Total de horas de capacitação por membros e servidores (unidade)	Estadual	25	9,24	37
Total de parcerias estratégicas a serem implementadas (unidade)	Estadual	38	15	39

Fonte: Departamento de Planejamento e Gestão e PPA 2012 – 2015

Em relação às alterações orçamentárias ocorridas no programa, créditos adicionais (art. 32 da LDO 2015) e transferências de dotações (art. 34 da LDO 2015), as mesmas estão detalhadas na Tabela 5.3. Percebe-se que o saldo final no fluxo de créditos recebidos e concedidos ficou positivo em R\$ 165 mil (oriundos do programa 1058 – Gestão e Manutenção), resultado obtido a partir do confronto dos grupos outras despesas correntes (R\$ 237.353,00) e investimentos (R\$ -71.742,00).

Entre os créditos recebidos, o maior valor foi contabilizado na ação “03.091.1030.2177”, codificação correspondente à atividade de implementação e manutenção das ações de segurança institucional, no valor de R\$ 402.027,00, sendo estes utilizados na ampliação dos postos de vigilância armada e de monitoramento com equipamento eletrônico para as sedes de promotorias de justiça do interior. Em seguida vem a ação “03.091.1030.2250”, que corresponde à atividade de realização das ações da diretoria de inteligência, no valor de R\$ 101.754,00, que foram aplicados em despesas com os softwares do laboratório de tecnologia contra lavagem de dinheiro (LAB-LD) do Núcleo de Inteligência e Segurança Institucional (NIS).

Tabela 5.3 - Alterações Orçamentárias do Programa 1030 - Justiça

Natureza da Movimentação de Crédito		Classificação da Ação	Grupo de Despesas		
			Pessoal e Encargos Sociais	Outras Despesas Correntes	Investimentos
Movimentação	Concedidos	03.091.1030.1064	-	-	-66.000,00
		03.091.1030.1098	-	-54.117,00	-

Natureza da Movimentação de Crédito		Classificação da Ação	Grupo de Despesas		
			Pessoal e Encargos Sociais	Outras Despesas Correntes	Investimentos
		03.091.1030.1188	-	-	-40.000,00
		03.091.1030.2154	-	-5.000,00	-
		03.091.1030.2177	-	-	-2.064,00
		03.091.1030.2251	-	-69.000,00	-
		03.091.1030.2252	-	-88.478,00	-
		03.091.1030.2253	-	-107.551,00	-
		03.128.1030.2012	-	-25.166,00	-
	Subtotal	-	0,00	-349.312,00	-108.064,00
	Recebidos	03.091.1030.1017	-	-	23.238,00
		03.091.1030.1098	-	-	13.084,00
		03.091.1030.1182	-	77.884,00	-
		03.091.1030.2177	-	402.027,00	-
		03.091.1030.2184	-	5.000,00	-
		03.091.1030.2250	-	101.754,00	-
	Subtotal	-	0,00	586.665,00	36.322,00
	Total	-	0,00	237.353,00	-71.742,00

Fonte: SIAFEM

Apresentado o programa, o desempenho de suas metas e as alterações de seu orçamento, passemos ao detalhamento das ações que o compõem. É por meio destas que o Ministério Público do Estado do Tocantins manifesta seu empenho no sentido de alcançar seus objetivos estratégicos. O programa é formado por 13 ações, sendo 5 delas classificadas como projetos e 7 como atividades.

5.1 Ações do programa temático 1030: Justiça

5.1.1 Ação 1017: Aparelhamento das unidades do Ministério Público

Quadro 5.1.1.1 – Resumo da Ação 1017

Título	1017 – Aparelhamento das unidades do Ministério Público
Descrição:	Estruturação do Ministério Público do Estado do Tocantins mediante a aquisição de equipamentos de informática, móveis, eletrodomésticos e outros equipamentos necessários para execução dos trabalhos, tendo como etapas:

análise de demanda, abertura de licitação, recebimento de equipamentos e distribuição nas unidades demandantes.				
Meta Física				
Produto	Unidade de medida	Planejado (A)	Executado (B)	% (B/A)=C
Unidade aparelhada	%	54	48,91	90,57
Meta Financeira (Valor em R\$ 1,00)				
Dotação inicial (A)	Dotação autorizada (B)	Empenhado (C)	Liquidado (D)	%(C/B)= E
32.000,00	55.238,00	52.975,00	52.975,25	95,90%

Fonte: SIAFEM

Nos últimos anos, foram empreendidos esforços pela Administração Superior do Ministério Público nas áreas de inovação institucional, infraestrutura física e valorização de membros e servidores, que tiveram uma única finalidade: tornar mais efetivo o trabalho prestado aos cidadãos tocantinenses, tão necessitados do manto de proteção ministerial.

Visando atender ao objetivo estratégico “Garantir infraestrutura física adequada”, a Procuradoria-Geral de Justiça investiu em novos equipamentos, entretanto em volume inferior ao de anos anteriores devido à restrição financeira, já comentada, imposta ao órgão em 2015.

Apresentamos, a seguir, Tabela demonstrativo das aquisições de bens adquiridos no exercício 2015:

Tabela 5.1.1.1 – Aquisição de bens, em 2015.

Descrição	Quantidade
06 - Aparelho e equipamentos para comunicação	
Aparelho telefônico/PABX/básico telefônico	04
Ti-terminal inteligente	03
Telefone headset.	05
12 - Aparelhos e utensílios domésticos	
Fogão 04 bocas	01
Purificador de água	07

Descrição	Quantidade
Condicionador de ar	03
Frigobar 120 l	01
Vasilhames de gás GLP	04
33 - Equipamentos p/ áudio, vídeo e foto	
Flash NIKON SB-910	01
36 - Máquinas, instalações e utensílios de escritório	
Carimbo numerador	01
39 - Equipamentos hidráulicos e elétricos	
inversor de tensão 1500w	01
42 - Mobiliário em geral	
Armário suspenso	02
Estação de trabalho	07
Mesa de trabalho linear, dimensões 1200x600x730-750	01
Jogo de mesa redondo para cozinha	01
45 - Aparelhos e instrumentos técnicos de medição, teste e controle	
Esfigmomanômetro aneroide	01
Oxímetro de pulso	01
Aparelho de pressão arterial com pedestal	01
Esfigmômetro aneroide (adulto)	01

Fonte: SIAFEM

5.1.2 Ação 1064: Construção das promotorias do Ministério Público

Quadro 5.1.2.1 – Resumo da Ação 1064

Título	1064 – Construção das Promotorias do Ministério Público			
Descrição	Construção das unidades do Ministério Público tendo como etapas: Contratação de empresa especializada para elaboração de projeto arquitetônico, quando necessário; elaboração de projetos básicos; processo licitatório; contratação de empresa especializada para construção; acompanhamento e recebimento final da obra.			
Meta Física				
Produto	Unidade de medida	Planejado (A)	Executado (B)	% (B/A)=C
Promotorias construídas	Porcentagem	P-1= 100 P-2= 100	P-1= 0 P-2= 0	P-1= 0,00 P-2= 0,00
Meta Financeira (Valor em R\$ 1,00)				

Dotação inicial (A)	Dotação autorizada (B)	Empenhado (C)	Liquidado (D)	%(C/B)= E
1.431.000,00	1.365.000,00	4.500,00	4.500,00	0,33

Legenda: P-1: Sede das Promotorias de Justiça de Araguacema; P-2: Sede das Promotorias de Justiça de Almas.

O ano de 2015 trouxe um cenário desafiador na área de investimentos, tanto que, dos R\$ 1.365.000,00 de recursos autorizados por meio do orçamento do Ministério Público, em função da falta de repasses financeiros, foi possível executar apenas R\$ 4.500,00.

O restante do recurso tinha origem em emendas parlamentares cujo repasse financeiro não foi efetuado, tornando impossível sua execução.

Graças aos recursos existentes e ao trabalho da equipe deste MPE, foi possível completar a fase de projetos e contratações de algumas sedes, conforme a seguir informado:

Sede das Promotorias de Justiça de Porto Nacional: Foram elaborados os projetos arquitetônico (revisão e adaptações), estrutural, fundações, hidrossanitário, elétrico, cabeamento estruturado, SPDA, e combate a incêndio, além do planejamento e orçamento da obra, tendo sido licitada e contratada ao final de dezembro de 2015, estando atualmente em andamento com recursos do Orçamento 2016, com fiscalização da Área Técnica de Arquitetura e Engenharia.

Sede das Promotorias de Justiça de Augustinópolis: Foram elaborados os projetos arquitetônico, estrutural, fundações, hidrossanitário, elétrico e cabeamento estruturado, além do planejamento e orçamento da obra. A obra também foi licitada e contratada ao final de dezembro de 2015, estando atualmente em andamento com recursos do Orçamento 2016, com fiscalização da Área Técnica de Arquitetura e Engenharia.

Sede da Promotoria de Justiça de Goiatins: Foi elaborado apenas o Projeto de Arquitetura;

Sede da Promotoria de Justiça de Araguacema: Foi elaborado apenas o Projeto de Arquitetura;

Os recursos da ação foram aplicados para execução dos serviços de sondagem à percussão para subsidiar a elaboração dos projetos de construção da sede das Promotorias de Justiça de Augustinópolis, no valor total de R\$ 4.500,00, conforme o processo administrativo nº 2015/0701/00206.

Cumpra também justificar a escolha dos projetos a serem priorizados, uma vez que, apesar da previsão em 2015 de início dos trabalhos em Almas e Araguacema, a falta de recursos nos orçamentos dos anos anteriores, atrasou o cronograma de execução das obras, sendo as que foram inicializadas e/ou projetadas neste exercício de 2015 já constavam previamente sua execução no Plano Plurianual 2012-2015.

Para se ter uma ideia do impacto nos investimentos do MPE na ação de construção de promotorias provocado, principalmente, pela redução do ritmo de crescimento da economia brasileira, cujo impacto se refletiu em proporção semelhante no crescimento do orçamento do Estado nos anos do PPA 2012-2015, apresentamos a tabela a seguir:

Tabela 5.1.2.2 – Comparativo de investimento em construção de Promotorias de Justiça, período 2012-2015, em (R\$).

Descrição	Ano 2012	Ano 2013	Ano 2014	Ano 2015
Total	3.725.107,90	915.289,79	580.612,83	4.500,00

Fonte: SIAFEM

5.1.3 Ação 1098: Estruturação de tecnologia da informação para as unidades do MPE

Quadro 5.1.3.1 – Resumo da Ação 1098

Título	1098 – Estruturação de tecnologia da informação para unidades do MPE
Descrição:	Estruturação das Unidades do MPE para atender aos projetos e demandas de Tecnologia da Informação, como novos sistemas, projeto de videoconferência, projeto de telefonia por IP, serviços on line e outros projetos que vierem a ser desenvolvidos; estruturação da rede lógica; estruturação da segurança eletrônica dos dados; disponibilização de novos hardwares para atender às demandas das Unidades do MPE, com a aquisição de computadores, impressoras, scanner ou qualquer outro equipamento de informática necessário para cumprimento dos objetivos.

Meta Física				
Produto	Unidade de medida	Planejado (A)	Executado (B)	% (B/A)=C
Sector de Tecnologia Estruturado e Desenvolvido	Percentual	66	58,50	88,64
Meta Financeira (Valor em R\$ 1,00)				
Dotação inicial (A)	Dotação autorizada (B)	Empenhado (C)	Liquidado (D)	%(C/B)= E
128.000,00	86.967,00	86.966,52	80.100,00	100

Fonte: SIAFEM

O Ministério Público do Tocantins vem se destacando nos últimos anos pela crescente estrutura de Tecnologia da Informação, tanto com equipamentos de ponta e constantemente atualizados, quanto na elaboração de modernos sistemas para seus processos meio e finalístico.

Ressaltamos que os equipamentos adquiridos e os sistemas desenvolvidos obedecem à rígida normatização, tanto interna quanto por meio de Resoluções do Conselho Nacional do Ministério Público, que buscam orientar para o cumprimento das diretrizes e objetivos traçados nos Planejamentos Estratégicos Institucional e Nacional.

Para cumprimento dos ditames legais e normativos, a instituição conta com um moderno Plano Diretor de Tecnologia da Informação, o PDTI, além de um Comitê Estratégico de Tecnologia da Informação – CETI, instituído por meio do ato n.º 072/2011, com caráter deliberativo, objetivando o estabelecimento de políticas e diretrizes de Tecnologia da Informação no âmbito desta PGJ.

Prosseguindo, passamos a apresentar os avanços ocorridos no ano de 2015 na ação de Estruturação de tecnologia da informação para as unidades do MPE:

Recursos Humanos em Tecnologia da Informação

A análise dos dados de Recursos Humanos disponíveis para execução das atividades e projetos de Tecnologia da Informação no Ministério Público, no ano de 2015, apresenta os seguintes números:

Tabela 5.1.3.1 – Quadro de Pessoal TI

Item	Departamento / Área	Tipo de contratação	Quantidade
01	Chefia do Departamento de T.I.	Efetivo/Comissionado	01
02	Área de Manutenção e Atendimento a usuários	Comissionados em Palmas	01
03		Efetivos em Palmas	04
04		Efetivos em Gurupi	01
05		Efetivos em Araguaína	01
06		Terceirizados em Palmas	01
07	Área de Desenvolvimento de Sistemas	Comissionados em Palmas	04
08		Efetivos em Palmas	06
09	Seção de Redes e Segurança	Efetivos em Palmas	03
Total de Servidores em Tecnologia da Informação			22

Fonte: Departamento de Tecnologia da Informação – DTI

Esse efetivo de pessoal, apesar de ter sido incrementado ao longo dos anos, ainda se mostra insuficiente frente às demandas, em especial, no que se refere ao desenvolvimento dos sistemas, cujos pedidos em produção vêm sofrendo atrasos e as novas solicitações acabam por se acumular.

Nesse sentido, para o exercício de 2016, vislumbra-se a convocação de todos os quadros disponíveis no concurso público já realizado e a seleção de um novo programa de estágio, a fim de fortalecer esta importante atuação.

Contratação e gestão de bens e serviços de TI

Em 2015, conforme o quadro abaixo, foram adquiridos apenas computadores e switches para compor o parque tecnológico do MPE, dada a restrição orçamentária na ação de estruturação de tecnologia da informação:

Tabela 5.1.3.2 – Equipamentos de processamento de dados adquiridos em 2011-2015.

Item	Descrição	Ano				
		2011	2012	2013	2014	2015
01	Computadores	83	80	189	75	04
02	Monitor LCD	82	80	378	174	-
03	Nobreaks	80	80	259	105	-
04	Nobreak de 8KVA para servidores de rede	-	01	-	-	-

Item	Descrição	Ano				
		2011	2012	2013	2014	2015
05	Estabilizadores	60	40	68	40	-
06	Impressora a laser	41	03	-		-
07	Impressora multifuncional	10	-	58	50	-
08	Scanner profissional	08	24	15	10	-
09	Switch 48 portas 10/100/1000	02	02	-	-	04
10	Suporte monitor	-	-	264	100	-
11	Datashow	08	-	-	-	-
12	Servidores de rede	-	-	-	03	-
13	Servidores micro torre	-	-	-	12	-
14	Storage com capacidade de 30 TB	-	-	-	01	-
15	Token	40	130	-	-	-
16	Unidade de backup robotizada	-	-	-	01	-
Total		406	440	1.231	571	08

Fonte: Departamento de Tecnologia da Informação – DTI

Esse pequeno número de aquisições foi parcialmente compensado pela gestão, por meio de termo de cooperação em que foram doados ao MPE 32 (trinta e dois) kits de computadores e monitores, obtidos junto à Secretaria de Estado da Segurança Pública.

Desenvolvimento e produção de sistemas

O desenvolvimento de novos sistemas é parte fundamental da estratégia do MPE para reduzir seu custo processual, ampliar sua produtividade e integrar suas diversas áreas.

Para o alcance dos resultados traçados na estratégia, foram delineadas, por meio do Plano Diretor de Tecnologia da Informação, as prioridades no âmbito do desenvolvimento de sistemas.

Essas prioridades são amplamente debatidas em todas as reuniões do Comitê Estratégico de Tecnologia da Informação e, se necessário, reavaliadas e repriorizadas.

Após as definições estratégicas, entra em cena o trabalho da Área de Desenvolvimento de Sistemas do Departamento de Tecnologia da Informação, cuja tarefa

consiste em estudar, elaborar o projeto do sistema e a análise de seu custo-benefício, e, em caso de viabilidade, desenvolvê-lo.

Em síntese, dentre as atividades e sistemas que foram desenvolvidas no ano de 2015, cumpre mencionar:

Sistema de atendimento ao cidadão – GESPÚBLICA;

Sistema de enquetes para o sítio do MPE;

Processo de Implantação do Sistema Extrajudicial virtual e implementação de novas funcionalidades e necessidades;

Funcionalidades e implantação para utilização definitiva do Sistema E-doc;

Desenvolvimentos de funcionalidades para atender o E-Social;

Contraste e zoom no portal de transparência para atender as solicitações do CNMP;

Sistema Gestor de Aposentadorias;

Novo método de geração de relatórios no Sistema Athenas, para ganho de performance;

Sistema de controle do diário oficial do MPE;

Distribuição automática no Sistema E-proc e novos relatórios e funcionalidades;

Migração do banco de dados oracle no ATHENAS para o POSTGRESQL;

Portal de acompanhamento de Extrajudicial para o cidadão;

Implantação do GPWEB para acompanhamento de projetos;

Diversos novos relatórios no Athenas;

Implementações em sistemas já existentes e suas devidas manutenções, sendo elas nos módulos: RH, Folha de pagamento, Sistema de atendimento a usuário, Sistema de contratos, E-PADM, E-DOC, Sistema de Patrimônio, Sistema de estágio probatório, Sistema RDIR membros, Gestor de progressões, Sistema de diárias, Sistema do Portal de Transparência.

5.1.4 Ação 1182: Reforma e ampliação de unidades do Ministério Público

Quadro 5.1.4.1 – Resumo da ação 1182

Título	1182 – Reforma e ampliação de unidades do Ministério Público			
Descrição:	A reforma e a ampliação do ambiente físico das unidades do Ministério Público, obedecendo aos padrões de qualidade, tiveram como etapas: Avaliação da estrutura física atual, elaboração do projeto básico, elaboração de edital, abertura de processo licitatório, contratação de empresa para realização da reforma.			
Meta Física				
Produto	Unidade de medida	Planejado (A)	Executado (B)	% (B/A)=C
Reformada/ampliada	unidade	2	1	50,00%
Meta Financeira (Valor em R\$ 1,00)				
Dotação inicial (A)	Dotação autorizada (B)	Empenhado (C)	Liquidado (D)	%(C/B)= E
20.000,00	97.884,00	96.523,26	57.043,26	98,61%

Fonte: SIAFEM

No decorrer de 2015, foi empenhado o montante de R\$ 93.523,26, em reformas e ampliação de unidades do Ministério Público, designadas para a Assessoria Técnica de Arquitetura e Engenharia, que buscou atuar em todas as etapas dos Projetos e Obras, sejam reformas necessárias para a manutenção dos espaços existentes ou novas construções de ambientes ligados à área meio ou finalística da instituição, desde a concepção dos projetos, fiscalização e execução dos orçamentos das obras, até a entrega ao usuário em perfeitas condições de uso.

Em virtude do visível crescimento operacional da instituição e do consequente aumento no número de servidores, tornou-se necessária a otimização dos espaços no prédio sede da Procuradoria-Geral de Justiça. Sendo assim, foram elaborados Projetos de Arquitetura de modificação e layout para adequação de espaços, cuja execução foi feita com gesso acartonado instalado e pintado e demais materiais necessários.

No prédio sede da Procuradoria-Geral de Justiça foram realizadas diversas

melhorias visando a reestruturação dos seguintes departamentos: Subprocuradoria-Geral de Justiça, Centro de Apoio Operacional de Urbanismo, Habitação e Meio Ambiente, Centro de Apoio Operacional às Promotorias da Infância e Juventude, Conselho Superior do Ministério Público, 2º Cartório de Distribuição, Centro de Estudos e Aperfeiçoamento Funcional, Ouvidoria, NIS/Diretoria de Inteligência, Assessoria Militar, DPVAT, Atendimento ao Cidadão, Almoxarifado, Departamento de Planejamento e, ainda, o Núcleo Maria da Penha.

As reformas realizadas têm por objetivo promover a melhoria das instalações existentes e adequar os espaços tanto para o cidadão usuário quanto para os membros e servidores do Ministério Público.

5.1.5 Ação 2012: Aperfeiçoamento funcional de membros e servidores do Ministério Público

Quadro 5.1.5.1 – Resumo da ação 2012

Título	2012 – Aperfeiçoamento funcional de membros e servidores do Ministério Público			
Descrição:	Elaboração do planejamento anual de cursos, congressos, seminários e encontros; contratação de empresas especializadas e pessoas físicas de notório saber para ministrar cursos, seminários e outros assuntos relacionados a capacitação; Implementação do programa de formação e aperfeiçoamento funcional dos Membros e Servidores; Definição de sistemática de controle e acompanhamento de resultados das capacitações realizadas; Apoio a realização das Oficinas de Trabalho (divulgação, logística, estrutura, material, palestrante) e proporcionar subsídios para a graduação de servidores.			
Meta Física				
Produto	Unidade de medida	Planejado (A)	Executado (B)	% (B/A)=C
Servidores capacitados	Porcentagem	86	100	116,28%
Financeiro (Valor em R\$ 1,00)				
Dotação inicial (A)	Dotação autorizada (B)	Empenhado (C)	Liquidado (D)	%(C/B)= E
57.000,00	31.834,00	31.679,64	31.519,64	99,52%

Fonte: SIAFEM

O ano de 2015, em razão das dificuldades em relação ao quadro de pessoal e aos recursos financeiros, foi de ajuste no cenário das atividades de Aperfeiçoamento Funcional no Ministério Público.

O Centro de Estudos e Aperfeiçoamento Funcional – Cesaf, é o órgão responsável por promover as atividades de aperfeiçoamento no âmbito do MPE, além de sugerir parcerias para que os membros e servidores do órgão possam participar de atividades realizadas por outros órgãos.

Apresentamos, a seguir os quadros resumidos e detalhados da atuação do Cesaf no ano de 2015:

Tabela 5.1.5.1 – Atividades Consolidadas do Centro de Estudo e Aperfeiçoamento Funcional – Cesaf, em 2015.

Descrição das atividades	Quantidade
1.1 Eventos presenciais sob responsabilidade direta do Cesaf	3
1.2 Eventos presenciais em parceria compartilhados com o Cesaf	11
1.3 Eventos à distância realizados pelo Cesaf	3
1.4 Eventos externos de parceiros com participação de integrantes do Cesaf	7
1.5 Cursos presenciais externos com a participação de integrantes do MPE	3
1.6 Cursos à distância em parceria com o Cesaf com participação de integrantes	11
1.7 Atividades institucionais do MPE realizadas com a participação do Cesaf	193
1.8 Declarações/Certificados expedidos	332
1.9 Editais publicados	05
1.10 Planos de cursos elaborados para aprovação pelo CSMP	3
1.11 Pareceres emitidos	13
1.12 Ofícios expedidos	48
1.13 Ofícios Circulares expedidos	03
1.14 Memorandos expedidos	133
1.15 Participação em eventos de interesse institucional do Cesaf	5
1.16 Acordos de Cooperação firmados	2
1.17 Propostas de alterações normativas	2
1.18 Ações de estruturação	3
1.19 Publicações (Revista Jurídica do MPE)	1
Total	781

Fonte: Cesaf

Tabela 5.1.5.2 – Eventos presenciais sob direta responsabilidade do Cesaf - 2015.

Nº	Atividade	Objetivo	Inscritos/ Concluintes	Carga Horária	Período
1	I Ciclo de Estudos sobre o Novo Código de Processo Civil	Promover o conhecimento e a reflexão das principais alterações do novo CPC pela importância da sua aplicabilidade visando especificamente o Ministério Público	119	16	26 e 27/11/2015
2	I Ciclo de Estudos sobre o Novo Código de Processo Civil	Promover o conhecimento e a reflexão das principais alterações do novo CPC pela importância da sua aplicabilidade visando especificamente o Ministério Público	41	24	26 e 27/11/2015
3	IV Curso de Preparação para a Carreira do Ministério Público do Tocantins Obs.: 1ª Etapa	Aprofundar, junto aos novos Promotores de Justiça empossados, o conhecimento e o funcionamento das estruturas e do <i>modus operandi</i> do MPE.	5	84	10 a 30/12/2015

Fonte: Cesaf

Tabela 5.1.5.3 – Oferta de eventos presenciais de parceiros compartilhados com o Cesaf.

Nº	Atividade	Instituição	Inscritos/ Concluintes	Carga Horária	Período
1	III Congresso Internacional de Direitos Humanos	ESMAT/ Cesaf	6	20	22/04 a 24/04/2015
2	Atualização e principais alterações do Novo Código de Processo Civil – Turma I	ESMAT	8	80	17/08 a 19/10/2015
3	Curso de Elaboração de Termos de Referência	TCE	5	20	06/04 a 10/04/2015
4	Curso de Licitação: Teoria e Prática	TCE	5	20	13/04 a 17/04/2015
5	Curso de Fiscalização de Contratos	TCE	5	20	22/06 a 26/06/2015
6	Palestra “Justiça Pela Paz”	ESMAT	4	4	30/04/2015

Nº	Atividade	Instituição	Inscritos/ Concluintes	Carga Horária	Período
7	Palestra “Processo e Curso Procedimentos no Novo Código de Processo Civil (CPC)”	ESMAT/ Cesaf	1	4	07/06/2015
8	Curso Direito Administrativo	ESMAT/ Cesaf/	3	45	17/08 a 30/10/2015
9	IV Congresso Internacional de Direitos Humanos	ESMAT/ Cesaf	1	21	04/11 a 06/11/2015
10	Palestra Judicialização da Saúde	ESMAT/ Cesaf	1	2	04/06/2015
11	Workshop “Mecanismo de Transposição e Bioacústica”	UFT/ Cesaf	1	8	16/11/2015

Fonte: Cesaf

Tabela 5.1.5.4 – Eventos à distância realizados pelo Cesaf.

Nº	Atividade	Instituição	Inscritos/ Concluintes	Carga Horária	Período
1	Curso Sobre Improbidade Administrativa	Cesaf	13	24	28/08 a 23/10/2015
2	I Ciclo de Estudos sobre o Novo Código de Processo Civil	Cesaf	43	16	26/11 a 27/11/2015
3	I Ciclo de Debates sobre Educação Infantil e atuação do MP.	Cesaf/CAOPIJ	25 – MPE 160 - Externo	7	18/09/2015

Fonte: Cesaf

Tabela 5.1.5.5 – Eventos externos de parceiros com a participação de integrantes do Cesaf.

Nº	Evento	Instituição	Representação Cesaf	Período
1	III Congresso Internacional em Direitos Humanos	ESMAT/UFT	Prof. Dr. Geraldo da Silva Gomes	22/04 a 24/04/3015
2	III Congresso Internacional em Direitos Humanos	ESMAT/UFT	Exmo Procurador de Justiça, José Maria da Silva Júnior	22/04 a 24/04/2015
3	Participação em Banca de Defesa de Dissertação	ESMAT/UFT	Prof. Dr. Geraldo da Silva Gomes	06/04/2015
4	Participação em Banca de Defesa de Dissertação de Dissertação	ESMAT/UFT	Prof. Dr. Geraldo da Silva Gomes	16/04/2105
5	Participação em Banca de Exame de Qualificação (Murilo Braz Vieira)	ESMAT/UFT	Prof. Dr. Geraldo da Silva Gomes	25/08/2015

Nº	Evento	Instituição	Representação Cesaf	Período
6	Participação em Banca de Exame de Qualificação (Nilson Afonso da Silva)	ESMAT/UFT	Prof. Dr. Geraldo da Silva Gomes	25/08/2015
7	Participação em Banca Defesa de Dissertação	ESMAT/UFT	Prof. Dr. Geraldo da Silva Gomes	09/12/2015

Fonte: Cesaf

Tabela 5.1.5.6 – Cursos presenciais externos com participação de integrantes do MPE.

Nº	Atividade	Instituição	Inscritos/ Concluintes	Carga Horária	Período
1	Curso de LIBRAS - Iniciante	SEDUC	3	120	17/08/2015 à 19/11/2015
2	Curso de Braille	SEDUC	1	120	17/08 à 19/11/2015
3	Curso a Nova Contabilidade Aplicada ao Setor Público	Onix Capacitação	1	24	24/06 a 26/06/2015

Fonte: Cesaf

Tabela 5.1.5.7 – Cursos à distância em parceria com o Cesaf, com participação de integrantes do MPE.

Nº	Atividade	Instituição	Inscritos/ Concluintes	Carga Horária	Período
1	Arquivologia	ILB – Instituto Legislativo Brasileiro	1	50	06/02 à 20/03/2015
2	Introdução ao Direito do Constitucional	ILB – Instituto Legislativo Brasileiro	1	40	12/03 à 01/04/2015
3	Modalidades, Tipos e Fases da Licitação	ILB	1	40	30/03 à 22/03/2015
4	Introdução à Gestão de Projetos	ENAP	1	20	28/04 à 18/05/2015
5	Gestão Estratégica de Pessoas e Planos de Carreira	ENAP	1	20	05/05 à 25/05/2015
6	A Previdência Social dos Servidores Públicos	ENAP	3	30	02/06 à 29/06/2015
7	Gestão por Competência	FGV	3	30	08/06 à 10
8	Atendimento ao Cidadão	ENAP	1	20	24/02 à 16/03/2015

Nº	Atividade	Instituição	Inscritos/ Concluintes	Carga Horária	Período
9	Consumo Sustentável	ENDC	2	60	25/09 13/11/2015
10	Gestão de Informação	ENAP	1	20	27/10/2015 a 16/11/2015
11	Introdução ao Direito do Consumidor	ENDC	1	40	28/01/15 a 17/02/2015

Fonte: Cesaf

Outras atividades realizadas:

Tabela 5.1.5.8 – Atividades institucionais do MPTO com participação do Cesaf.

Nº	Evento	Atuação Cesaf	Quantidade	Carga Horária
1	Transmissões on-line das Sessões do Colégio dos Procuradores	Captação, transmissão e registro das imagens das Sessões	18	22
2	Transmissões on-line das Sessões do Conselho Superior do Ministério Público	Captação, transmissão e registro das imagens das Sessões	15	19
3	Apoio ao DTI no treinamento do Sistema e-Doc	Controle de frequência e emissão de declarações em 27/08/2015, com 76 participantes	01	
		Controle de frequência e emissão de declarações em 28/08/2015, com 62 participantes	01	
4	Gravação do programa “MP Entrevistas”	Produção, Filmagem e pós-produção	06 Programas	48
5	Gravação do programa “MP Cidadão” da Assessoria de Comunicação	Cessão das Instalações e equipamentos do Laboratório de Múltiplos Meios	08 Programas	20
6	Gravação do programa MP Notícias da Assessoria de Comunicação “Dia a dia MP”	Cessão das instalações para gravação	191 Programas	10
7	1º Ciclo de Debates de Educação Infantil	Transmissão e pós-produção	01	58
8	Audiência Pública Bioma Cerrado (CNMP/CAOMA)	Transmissão e pós-produção	01	66
9	Curso Sobre Improbidade	Pós-produção	01	52

Nº	Evento	Atuação Cesaf	Quantidade	Carga Horária
	Administrativa			
10	Gravação do Programa “Justiça seja Feita” (TV Justiça - STF)	Coprodução	01	2

Fonte: Cesaf

Quadro 5.1.5.9 – Participação em eventos de interesse institucional do Cesaf.

Nº	Eventos de interesse Institucional	Objetivo	Período
1	1ª Reunião do Colégio de Diretores de Escola e Centro de Estudos e Aperfeiçoamento Funcional em Vitória-ES.	Aprovação de Ata da 5ª Reunião de 2014, apresentação da minuta do Regimento Interno e apresentação de projetos	12 e 13/03/2015
3	Cerimônia de assinatura do Termo de Cooperação pelo Procurador-Geral de Justiça do Estado do Tocantins e o Diretor da Escola Superior do Ministério Público da União - ESMPU,	Assinatura do Termo de Cooperação celebrado pelo MPTO com a Escola Superior do Ministério Público da União - ESMPU	25/05/ 2015
4	Reunião de trabalho com o Secretário de Planejamento (SEPLAN/ESMPU), Prof. Volker.	Sistemática da disponibilização dos cursos presenciais e à distância decorrente do Acordo de Cooperação celebrado entre a ESMPU e a MPE.	25/05/2015
5	Participação na 2ª Reunião Ordinária do Colégio de Diretores de Escolas e Centros de Estudos e Aperfeiçoamento Funcional dos Ministérios Públicos do Brasil - CDEMP, na Cidade de João Pessoa-Paraíba.	Aprovação de Ata da 1ª Reunião de 2015, Reunião de trabalho das Comissões do CDEMP e apresentação de projetos locais	02 e 03/06/2015

Fonte: Cesaf

No âmbito da ampliação da cooperação interinstitucional para formação profissional dos integrantes do MPE e Estágios, o Cesaf propôs, em 2015, as seguintes parceiras:

- Acordo de Cooperação com a Escola Superior do Ministério Público da União (ESMPU);
- Acordo de Cooperação com a Faculdade Católica Dom Orione – Araguaína-TO;
- Termos de Convênio para fins de Estágio propostos:
 - UNIRG, em Gurupi;
 - UNEST, em Paraíso do Tocantins;
 - Faculdade de Guaraí;
 - FECOLINAS, em Colinas do Tocantins;
 - Faculdade Serra do Carmo em Palmas;

CEULP/ULBRA, em Palmas;

IEP/FAPAL, em Palmas.

5.1.6 Ação 2154: Gerenciamento das ações de planejamento e dos programas de qualidade na gestão do MPE

Quadro 5.1.6.1 – Resumo da ação 2154

Título	2154 – Gerenciamento das ações de planejamento e dos programas de qualidade na gestão do MPE			
Descrição:	Realização de atividades dos programas de gestão do Ministério Público do Tocantins, abrangendo: reuniões, eventos, deslocamentos e serviços necessários ao desenvolvimento dos Programas Gespública, Planejamento Estratégico e RECICLAMP.			
Meta Física				
Produto	Unidade de medida	Planejado (A)	Executado (B)	% (B/A)=C
Pontos no GESPÚBLICA	Unidade	750	586	78,13%
Meta Financeira (Valor em R\$ 1,00)				
Dotação inicial (A)	Dotação autorizada (B)	Empenhado (C)	Liquidado (D)	%(C/B)= E
5.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00

Fonte: SIAFEM

Apesar da não execução de iniciativas de cunho financeiro, o Ministério Público do Tocantins continuou firme em busca de seus objetivos estratégicos nas áreas de planejamento e melhoria da gestão. Bons exemplos dessa busca foram a manutenção e ampliação das ações do Programa GESPÚBLICA e da busca incessante por melhorias na Governança do Planejamento Estratégico 2010-2020.

O Programa GESPÚBLICA, no ano de 2015, teve seus esforços concentrados na busca por difundir a prática e realizar as Oportunidades de Melhoria, um esforço que se refletiu em um dos principais avanços da gestão do Ministério Público no ano de 2015: A Aprovação de uma Nova Resolução do Regimento Interno do Ministério Público.

O novo Regimento Interno do Ministério Público vem ao encontro de diversas oportunidades de melhoria elencadas nas Autoavaliações da Gestão ao longo de 3 ciclos,

o que corrobora a importância deste trabalho para o avanço em outras áreas, como o mapeamento, redesenho e melhoria de processos internos, por exemplo.

Também cumpre mencionar a realização de eventos para disseminação do GESPÚBLICA a todo o corpo de servidores da instituição, bem como a participação nas reuniões para elaboração a Carta de Serviços ao Cidadão.

Ainda no contexto de disseminação do trabalho do GESPÚBLICA, o Ministério Público, como instituição âncora no Estado do Tocantins, continuou seu trabalho de visitas e convencimento aos outros órgãos da administração federal, estadual e municipal, visando novas adesões.

Já no que tange ao Planejamento Estratégico institucional, o resultado dos trabalhos realizados em 2015 culminou com a extensão do prazo de vigência do Plano para 2020. Além dessa importante mudança, foram elaborados novos projetos estratégicos, definidas metas e novos indicadores para acompanhar todos os objetivos estratégicos.

No que se refere à transparência na gestão, em recente pesquisa realizada pelo Conselho Nacional do Ministério Público, o MPE saltou da 28ª para a 7ª posição em apenas um ano, o que reflete as melhorias constantes que vêm sendo realizadas no Portal e a adequação à Legislação pertinente.

5.1.7 Ação 2177: Implementação e manutenção das ações de segurança institucional

Quadro 5.1.7.1 – Resumo da ação 2177

Título	2177 – Implementação e manutenção das ações de segurança institucional
Descrição:	Aquisição de equipamentos de segurança e vigilância; gerenciamento das medidas de segurança orgânica dos membros e servidores do Ministério Público; levantamento dos pontos de fragilidade no sistema de segurança; estruturação das unidades do MPE com equipamentos de segurança e vigilância; e realização de segurança física das instalações, mediante a contratação de vigilância armada.
Meta Física	

Produto	Unidade de medida	Planejado (A)	Executado (B)	% (B/A)=C
Adequação em segurança	Porcentagem	85	85	100
Meta Financeira (Valor em R\$ 1,00)				
Dotação inicial (A)	Dotação autorizada (B)	Empenhado (C)	Liquidado (D)	%(C/B)= E
2.867.800,00	3.267.763,00	3.267.761,98	3.046.653,69	100,00

Fonte: SIAFEM

Após a aprovação do Plano de Segurança Institucional do Ministério Público - PSI em 2014, o ano de 2015 serviu para que a estrutura interna de segurança fosse readequada de forma a dar pleno suporte à implementação das ações previstas no plano.

Dessa forma, foi aprovada a criação do Núcleo de Inteligência e Segurança Institucional - NIS, regulamentado pelo Colégio de Procuradores de Justiça por meio da Resolução nº 004/2015 e legalmente instituído pela Lei Complementar nº 096/2015.

Em sua composição, o NIS tornou-se o responsável pelas áreas de inteligência, contrainteligência e segurança institucional, de forma a propiciar uma atuação dinâmica e integrada entre esses setores, considerados estratégicos, para que a informação seja tratada com o devido sigilo, buscando uma atuação efetiva e melhorias sistemáticas.

No campo do custeio da ação em tela, o ano de 2015, seguindo o planejamento efetuado, contou com os serviços constantes de vigilância armada e monitoramento por meio de circuito de câmeras e alarmes, os quais serviram para resguardar a segurança dos prédios das promotorias de justiça e da Procuradoria-Geral de Justiça.

Ainda no cumprimento das ações do PSI, cumpre ressaltar:

- ✓ melhorias de segurança realizadas no prédio da PGJ;
- ✓ efetivação dos controles para a entrada nos prédios do Ministério Público;
- ✓ elaboração de guia de procedimentos de segurança pessoal a membros, servidores e familiares;
- ✓ criação de procedimentos operacionais padrão para o acesso de membros e servidores;
- ✓ implementação do indicador de risco operacional;

- ✓ elaboração de minuta de ato sobre o sigilo de documentos e acesso a arquivos e áreas;
- ✓ elaboração de minuta de ato que dispõe sobre a entrega de declaração de bens de membros e servidores;
- ✓ minuta de ato que dispõe sobre o ingresso e desligamento de servidores e membros de forma a garantir a segurança dos dados no MPE;
- ✓ elaboração de guia padronizada para requisição de barreiras perimétricas para eventos;
- ✓ elaboração de proposta de fluxo de procedimentos para os casos de incidentes de segurança;
- ✓ proposta de regulamentação por ato para segurança nos processos seletivos do MPE;
- ✓ minuta de nova ficha de informações individuais;
- ✓ minuta de projeto de lei para garantir a segurança no processo de seleção de membros e servidores;
- ✓ elaboração de procedimento operacional padrão para o ingresso de autoridades;
- ✓ apresentação de proposta de alteração do ato que dispõe sobre o ingresso nos prédios do MPE.

Diante do exposto, apresentamos, por meio do quadro abaixo, os recursos disponibilizados para consecução dos objetivos da presente ação:

Tabela 5.1.7.1 – Principais despesas 2013-2015, em (R\$).

Tipo de Serviço	Ano 2013	Ano 2014	Ano 2015
Vigilância Armada	2.942.996,07	R\$ 3.098.757,87	2.917.266,74
Monitoramento por câmeras e alarmes	-	61.590,00	346.559,57
Materiais Permanentes	-	-	3.935,67

Fonte: SIAFEM

5.1.8 Ação 2184: Manutenção da Corregedoria-Geral do Ministério Público

Quadro 5.1.8.1 – Resumo da Ação 2184

Título	2184 – Manutenção da Corregedoria Geral do Ministério Público
Descrição:	Realização de Correição, inspeção, atos pertinentes a processo disciplinar, mediante deslocamento do Corregedor-Geral e servidores da Corregedoria, bem como realização das atividades inerentes a avaliação de estágio probatório, avaliação de metas de desempenho das atividades e deveres funcionais do Ministério Público, cadastro dos dados da avaliação, elaboração de relatório de vitaliciamento e apuração das infrações disciplinares.

Meta Física				
Produto	Unidade de medida	Planejado (A)	Executado (B)	% (B/A)=C
Corregedoria mantida	Unidade	1	1	100%
Financeiro (Valor em R\$ 1,00)				
Dotação inicial (A)	Dotação autorizada (B)	Empenhado (C)	Liquidado (D)	%(C/B)= E
51.000,00	56.000,00	55.095,70	55.095,70	98,38

Fonte: SIAFEM

A Corregedoria-Geral, na forma da Lei Complementar Estadual nº 51/08, integra a estrutura do Ministério Público do Tocantins e, ao lado da Procuradoria-Geral de Justiça, do Colégio de Procuradores de Justiça e do Conselho Superior do Ministério Público, compõe a administração superior da Instituição.

As atividades desempenhadas pela Corregedoria-Geral, mediante as correições ordinárias realizadas junto às Promotorias e Procuradorias de Justiça, têm um papel relevante no aperfeiçoamento da prestação de serviços e no desempenho eficiente das ações do Ministério Público. As correições têm buscado verificar a regularidade dos serviços das Promotorias de Justiça e o cumprimento dos deveres funcionais por parte de seus titulares.

As atividades de inspeção estão previstas na Lei Complementar nº 51, de 02 de Janeiro de 2008, que dispõe: “A Corregedoria-Geral do Ministério Público é o Órgão da Administração Superior do Ministério Público encarregado da orientação e fiscalização das atividades funcionais e da conduta dos membros do Ministério Público.”

Quadro 5.1.8.2 – Correições realizadas em 2015.

Item	Período	Local	Cidade
1	21, 22 e 23/01/2015	4ª Promotoria de Justiça de Paraíso do Tocantins	Paraíso do Tocantins
2	06/02/2015	4ª Promotoria de Justiça de Porto Nacional (Correição Extraordinária)	Porto Nacional
3	09/02/2015	Promotoria de Justiça Araguaçu	Araguaçu

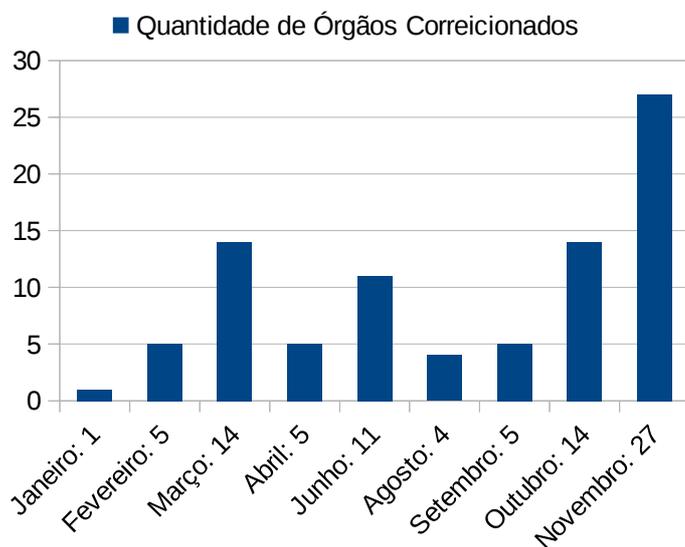
Item	Período	Local	Cidade
4	10/02/2015	Promotoria de Justiça de Alvorada	Alvorada
5	23/02/2015	Promotoria de Justiça de Cristalândia	Cristalândia
6	24/02/2015	Promotoria de Justiça de Pium	Pium
7	02/03/2015	2ª Promotoria de Justiça de Dianópolis (Inspeção)	Dianópolis
8	12/03/2015	GAECO	Palmas
9	13/03/2015	Diretoria de Inteligência	Palmas
10	16 a 20/03/2015	1ª a 12ª Procuradoria de Justiça	Palmas
11	13 e 14/03/2015	Promotoria de Justiça de Miranorte	Miranorte
12	14 e 15/04/2015	1ª a 3ª Promotoria de Justiça de Miracema	Miracema do Tocantins
15	16/04/2015	Promotoria de Justiça de Tocantínia	Tocantínia
16	15 a 17/06/2015	1ª a 9ª Promotoria de Justiça de Gurupi	Gurupi
17	18/06/2015	Promotoria de Justiça de Peixe	Peixe
18	16/06/2015	Promotoria de Justiça de Formoso do Araguaia	Formoso do Araguaia
19	03 e 04/08/2015	1ª a 2ª Promotoria de Justiça de Dianópolis	Dianópolis
21	05/08/2015	Promotoria de Justiça de Almas	Almas
22	06/08/2015	Promotoria de Justiça de Natividade	Natividade
23	21/09/2015	Promotoria de Justiça de Filadélfia	Filadélfia
24	22/09/2015	Promotoria de Justiça de Goiatins	Goiatins
25	23/09/2015	Promotoria de Justiça de Itacajá	Itacajá

Item	Período	Local	Cidade
26	24/09/2015	Promotoria de Justiça de Pedro Afonso	Pedro Afonso
27	19 a 22/10/2015	1ª a 13ª Promotoria de Justiça de Araguaína	Araguaína
28	23/10/2015	Promotoria de Justiça de Wanderlândia	Wanderlândia
29	03 a 18/11/2015	1ª a 30ª Promotorias de Justiça da Capital	Palmas

Fonte: Corregedoria -Geral

No decorrer de 2015 foram realizadas 87 correições, em consonância com o cronograma de correições aprovado e amplamente divulgado no sítio: <https://mpto.mp.br/web/corregedoria/2015/01/07/cronograma-2015#page>, divididas entre as Promotorias da Capital e interior do Estado do Tocantins, onde se verificou a regularidade dos trabalhos desenvolvidos pelos órgãos de Execução, conforme, quadro 5.1.8.2 – Correições realizadas em 2015. A seguir, a quantidade de Promotorias de Justiça correicionadas em 2015, conforme ilustrado no gráfico 5.1.8.1

Gráfico 5.1.8.1 –Quantidade de Promotorias Correicionadas, em 2015.



Foram, também, autuados diversos procedimentos disciplinares no decorrer de 2015, pela Corregedoria-Geral, destacados por classe processual:

Tabela 5.1.8.1 – Procedimentos administrativos (em unid.)

Espécie	Remanescentes	Instaurados	Arquivados	Súmula de acusação	Em andamento
Reclamação	13	5	17	1	-
Sindicância	18	10	16	9	3
Inquérito Administrativo	1	-	-	1	-
Solicitação	1	-	11	-	-
Autos	Autos	-	48**	32	-
Requerimento	-	2	2	-	-

Fonte: Corregedoria -Geral

Tabela 5.1.8.2 – Fluxo de expedientes, em 2015 (em unid.)

Espécie	Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov	Dez	Total
Atos CGMP	-	-	-	02	-	-	-	-	-	-	-	01	02
Atos CGMP/PGJ	-	-	01	-	-	-	-	-	-	-	-	-	01
Expedientes Recebidos	50	150	66	48	62	59	67	80	45	40	34	25	726
Memorandos Circulares Expedidos	02	03	-	01	02	02	03	-	01	-	-	-	14
Memorandos Expedidos	42	36	73	35	53	34	28	37	13	79	14	17	461
Ofícios Expedidos	61	29	32	24	39	22	35	08	24	28	08	03	313

Fonte: Corregedoria -Geral

Tabela 5.1.8.3 – Atos Extrajudiciais Disciplinares, período de 2014 – 2015 (em unid.)

Descrição	Ano	
	2014	2015
Mandado de Notificação	55	45
Mandado de Intimação	15	28
Mandado de Cientificação	61	62
Decisão	54	126
Despacho	66	55
Oitiva	22	-
Portaria	25	28
Ata	23	10
Recomendação	3	34

Total	324	388
-------	-----	-----

Fonte: Corregedoria -Geral

Levantamento de procedimentos extrajudiciais

Tendo em vista as atribuições do Corregedor, bem como outras solicitações da Corregedoria Nacional, procedimento investigatório e pedido de participação no Projeto Auxiliar de Tutela Coletiva, no afã de verificar a regularidade dos procedimentos extrajudiciais, foram vistoriadas as seguintes Promotorias de Justiça em 2015:

Tabela 5.1.8.4 – Vitorias realizadas em 2015.

Local	Quantidade	Recomendação
5ª PJ de Porto Nacional	36	Relatório mensal, por 12 meses, acerca da tramitação e providências dos procedimentos extrajudiciais.
23ª PJ de Palmas	210	Sindicância nº 11/2014 – arquivada.
2ª PJ de Colinas do Tocantins	101	Sindicância nº 16/2014 – arquivada.
4ª PJ de Paraíso do Tocantins	1105	Sindicância nº 12 e 13/2014 – em processamento.
28ª PJ de Palmas	610	Item 16.24 do Relatório Conclusivo de Inspeção da Corregedoria Nacional foi integralmente cumprido – arquivado.
2ª PJ de Miracema do Tocantins	60 265 (arquivados)	Sindicância nº 20/2014 – Súmula de Acusação com pedido de afastamento do cargo
2ª PJ de Dianópolis	139	Revisão de todos documentos não autuados, prazo para cadastramento e impulsionamento dos procedimentos extrajudiciais, enviando relatório mensal das providências tomadas.

Fonte: Corregedoria-Geral

Aprovação do novo Regimento Interno da Corregedoria-Geral

Foi aprovado na 161ª Sessão Ordinária do Conselho Superior do Ministério Público, em 18/11/2015 o novo Regimento Interno da Corregedoria-Geral, atualizado de acordo com a Lei Complementar Estadual nº 51/2008, e consoante com alguns atos da administração interna e orientações do Conselho Nacional do Ministério Público, trazendo como destaque a celeridade do fluxo processual dos procedimentos administrativos disciplinares, como também a proximidade com os Promotores em estágio probatório, orientando-os e fiscalizando-os mais ativamente, mantendo a confidencialidade dos

expedientes internos, a regularização dos Relatórios estatísticos e a fiscalização permanente das atividades funcionais.

Em relação às atividades, no período de 2014-2015, foram realizados:

Tabela 5.1.8.5 – Outras atividades realizadas em 2014-2015.

Especie	2014	2015
Processos de acompanhamento de estágio Probatório	08	07
Relatórios de avaliação de estágios Probatórios	39	73
Cursos Preparatório para Carreira do Ministério Público	03	01
Elaboração de Guia de Boas Práticas na Atividade Ministerial	01	-
Prontuários individuais de Concurso Promoção/Remoção - Antiguidade	172	84
Prontuários individuais de Concurso Promoção/Remoção - Merecimento	190	102
Participação em Sessões do Colégio de Procuradores	29	11
Participação em Sessões do Colégio Superior do Ministério Público	14	24

Fonte: Corregedoria-Geral

5.1.9 Ação 2250: Realização das ações da Diretoria de Inteligência

Quadro 5.1.9.1 – Resumo da ação 2250

Título	2250 – Manutenção da Sala de Inteligência
Descrição:	Criação, implantação, gerenciamento e difusão da doutrina e do sistema de inteligência do Ministério Público; Disponibilização de recursos financeiros para atender às atividades de inteligência; Deslocamentos de Integrantes da Diretoria de Inteligência para a realização de atividades de inteligência; Ampliação da Plataforma de Interceptação de Monitoramento de Sinais – Guardiã e de outros sistemas de inteligência e contrainteligência do MPE; Atuação de forma integrada e funcionamento em instalações próprias, contando com pessoal, equipamentos, mobiliário, armamento e veículos necessários à preservação da segurança institucional e ao desempenho de suas atribuições.
Meta Física	

Produto	Unidade de medida	Planejado (A)	Executado (B)	% (B/A)=C
Sala Mantida	Unidade	1	1	100
Meta Financeira (Valor em R\$ 1,00)				
Dotação inicial (A)	Dotação autorizada (B)	Empenhado (C)	Liquidado (D)	%(C/B)= E
94.000,00	195.754,00	194.583,28	180.202,83	99,40

Fonte: SIAFEM

O Núcleo de Inteligência e Segurança Institucional – NIS, órgão auxiliar do Procurador-Geral de Justiça, foi instituído pela Resolução nº 004/2015/CPJ, em 24 de abril de 2015, haja vista a premente necessidade de criar, definir e disciplinar as atividades do serviço de inteligência, contrainteligência e segurança institucional no âmbito do Ministério Público do Estado do Tocantins.

O Núcleo conta com a seguinte estrutura organizacional: I- Coordenação; II- Diretoria de Inteligência; III- Assessoria Jurídico Administrativa; IV- Departamento de Análise de Dados e Informações – LAB-LD/TO; V- Departamento de Processamento de Dados e Tecnologia da Informação– LAB-LD/TO; VI- Departamento de Operações e Segurança Institucional; VII- Secretaria.

Tal estrutura, no ano de 2015, veio a substituir o formato das ações de inteligência, contrainteligência e segurança institucional fracionados em diversos órgãos/áreas por um sistema integrado, onde a informação terá capacidade de ser otimizada e os objetivos do plano de segurança Institucional poderão ser mais facilmente alcançados.

Nesse sentido, passamos a apresentar o Núcleo de Segurança Institucional e sua atuação durante o exercício de 2015:

Coordenação

A Coordenação do NIS é exercida, desde a sua instituição, pelo Promotor de Justiça Célio Sousa Rocha. As atribuições do Coordenador estão, basicamente, previstas no art. 5º da Resolução nº 004/2015/CPJ.

Diretoria de Inteligência

A Diretoria de Inteligência é dirigida pelo também Promotor de Justiça Nilomar

dos Santos Farias, desde 1º de setembro de 2015, e dentre as principais atividades realizadas no ano de 2015, apontam-se:

Tabela 5.1.9.1 – Principais atividades realizadas - Diretoria de Inteligência

Atividade	Quantidade
Processos (Operações)	05
Pessoas investigadas	56
Relatório emitidos (Operações)	37
Relatórios emitidos (geral)	15

Fonte: Diretoria de Inteligência

Departamento de Análise de Dados e Informações, Departamento de Processamento de Dados e Tecnologia da Informação – LAB-LD/TO

Preconiza o art. 8º da Resolução nº 004/2015/CPJ que o Laboratório de Tecnologia de Combate aos Crimes de Lavagem de Dinheiro (LAB-LD) é integrado pelos Departamentos de Análise de Dados e Informações e de Processamento de Dados e Tecnologia da Informação, cujas atribuições respectivas se encontram delineadas nos arts. 10, 11 e 12, da Resolução em comento. As suas principais atividades desenvolvidas no ano de 2015, foram compiladas e restam demonstradas abaixo:

Tabela 5.1.9.2 – Outras atividades realizadas LAB-LD/TO

Atividade	TOTAL
Pedido de Cooperação Técnica ¹	10
Relatórios de Análise ²	12
Relatórios de Inteligência ³	4
Relatório de Pesquisas ⁴	59
Notas Técnicas ⁵	36
Notas de Informação ⁶	26
Pesquisas Realizadas	2.401

1 Refere-se a pedido de afastamento de sigilo bancário junto ao Sistema Simba, a fim de receber e validar as transmissões oriundas das Instituições Financeiras.

2 Refere-se às análises de dados fiscais, bancários, telefônicos e vínculos.

3 Refere-se às informações de cunho investigativo.

4 Refere-se às pesquisas em todos os Sistemas e Base de Dados disponíveis neste Laboratório. Consta ainda informar que surgiu a partir de 1º de Agosto de 2015, em substituição às extintas Notas Técnicas e Notas de Informação.

5 Refere-se às pesquisas em todos os Sistemas e Base de Dados disponíveis neste Laboratório. Consta ainda informar que foi extinta em 31 de Julho de 2015, onde a partir daí deu início aos Relatórios de Pesquisa.

6 Refere-se às pesquisas específicas, utilizando-se apenas alguns dos sistemas disponíveis. Consta ainda informar que foi extinta em 31 de Julho de 2015, onde a partir daí deu início aos Relatórios de Pesquisa.

Fonte: Departamento de Processamento de Dados e Tecnologia da Informação – LAB-LD/TO

Tabela 5.1.9.3 – Outras atividades - Departamento de Operações e Segurança Institucional

Atividades	Quantidade
Ordem de missão ⁷	10
Viagens ⁸	03

Fonte: Departamento de Operações e Segurança Institucional

No que concerne ao detalhamento dos recursos aplicados na ação de manutenção da Diretoria de Inteligência, apresentamos o quadro de detalhamento abaixo:

Tabela 5.1.9.4 – Principais despesas 2015 da Ação 2250, em (R\$).

Tipo de Serviço	Ano 2015
Manutenção do Sistema Guardião	149.553,28
Diárias para deslocamento pessoal civil	38.751,75
Diárias para deslocamento pessoal militar	5.078,25

Fonte: SIAFEM

5.1.10 Ação 2251: Realização das ações de combate às organizações criminosas

Quadro 5.3.10.1 – Resumo da ação 2251

Título	2251 – Realização das Ações de Combate às Organizações Criminosas
Descrição:	Realização de atividades de combate ao crime organizado e investigações complexas mediante o deslocamento de Membros e Servidores e outras atividades necessárias; realização de convênio com os órgãos envolvidos no combate ao crime organizado, polícias civil, militar, federal e rodoviária federal, com vistas a criar um sistema de informação que contenha registros criminais unificados; controle de grupos organizados nos presídios; promoção de reuniões conjuntas com todos os órgãos de execução da instituição envolvidos com a criminalidade e também com instituições externas, a fim de trocarem experiências e adequarem planos de ações que

7 As Ordens de Missão resultaram em diligência, sendo 08 (oito) nesta Capital e (01) uma no interior do Estado do Tocantins. Ao final de cada diligência foi confeccionado Relatório de Missão contendo as informações solicitadas. Foram produzidos diversos meios de provas como fotos, dados jurídicos, operacionais de empresas entre outros.

8 As viagens foram no interior do Estado e tiveram como intuito prestar apoio/segurança a membros do MPE no exercício de suas funções.

envolvam o controle regional da atividade policial.				
Meta Física				
Produto	Unidade de medida	Planejado (A)	Executado (B)	% (B/A)=C
Ações de combate ao crime organizado	Unidade	216	1.619	749,54%
Meta Financeira (Valor em R\$ 1,00)				
Dotação inicial (A)	Dotação autorizada (B)	Empenhado (C)	Liquidado (D)	%(C/B)= E
83.000,00	14.000,00	12.206,25	12.206,25	87,19%

Fonte: SIAFEM

A divisão dos serviços de inteligência, advinda da criação do Núcleo de Inteligência e Segurança Institucionais – NIS, por meio da Resolução nº 004/2015 do Colégio de Procuradores de Justiça, veio impactar sobremaneira as ações do Grupo de Atuação Especial de Combate ao Crime Organizado, uma vez que possibilitou a este Órgão apenas a atuação específica de órgão de execução.

Já os serviços de apoio e inteligência, que antes estavam vinculados ao GAECO, passaram a compor o NIS e sua estrutura, ampliando seu alcance pelos demais membros e investigações. Essa alteração nas funções impactou sobremaneira os gastos na ação de forma a reduzi-los.

A produção finalística do GAECO, como órgão de execução, entretanto, manteve-se forte e é apresentada de forma detalhada na tabela a seguir:

Tabela 5.1.10.1 – Resumo de atividades do GAECO, período de 2011/2015

Tipo de atividade	Quantidade				
	2011	2012	2013	2014	2015
Notícia de Fato	-	-	-	-	13
Atendimento ao Público	-	-	-	-	25
Atuação conjunta com Promotorias do Interior	-	-	-	-	06
Memorandos	108	108	256	145	238
Ofícios	150	141	234	219	241
Oitivas	46	18	33	47	47
Reunião	20	47	290	310	1001

Tipo de atividade	Quantidade				
	2011	2012	2013	2014	2015
Procedimento Investigatório Criminal	-	-	06	03	08
Requerimento	-	-	02	-	-
Viagens Institucionais	-	-	09	16	04
Denúncia	-	-	01	01	02
Representação Criminal – Pedidos de Prisão	-	-	01	10	23
Carta Precatória	-	-	01	01	03
Recomendação	-	-	01	01	-
Requisição de instauração de inquérito policial	-	-	04	03	-
Afastamento de sigilo bancário	-	-	-	-	03
Afastamento de sigilo de dados e telefônico	-	-	-	-	05
Recurso	-	-	-	01	-

Fonte: Grupo de Atuação Especial de Combate ao Crime Organizado – GAECO

Os principais gastos nesta ação foram relativos aos deslocamentos de membros e servidores no exercício da função.

5.1.11 Ação 2252: Realização das ações de comunicação do Ministério Público

Quadro 5.1.11.1 – Resumo da ação 2252

Título	2252 – Realização das ações de comunicação do Ministério Público			
Descrição:	Ampla divulgação das ações constitucionais do Ministério Público mediante a utilização de veículos de comunicação como TV, rádio, jornal, outdoor, revistas, sites e outros; contratação de empresa especializada para produção de clipping eletrônico, material técnico, folders, banners, cartazes, cartilhas, revistas, faixas, documentários, vts, jingles e spots.			
Meta Física				
Produto	Unidade de medida	Planejado (A)	Executado (B)	% (B/A)=C
Adequação da comunicação institucional	%	100	99,99	99,99
Meta Financeira (Valor em R\$ 1,00)				
Dotação inicial (A)	Dotação autorizada	Empenhado (C)	Liquidado (D)	%(C/B)= E

	(B)			
144.000,00	55.522,00	55.520,70	50.123,20	99,99%

Fonte: SIAFEM

No ano de 2015, além das atividades de rotina, a Assessoria de Comunicação do MP/TO implantou novos produtos, que visam atender aos objetivos estratégicos do Planejamento Estratégico “Ter Comunicação Institucional efetiva” e “Ter Comunicação Interna Efetiva”. O trabalho contou com a equipe da Assessoria de Comunicação composta por quatro (4) jornalistas, um (1) fotógrafo, um (1) cinegrafista, um (1) designer, um (1) revisor e um (1) administrativo.

A Assessoria de Comunicação divulga conteúdos vinculados a objetivos sociais de interesse público, que possuam caráter educativo, informativo, de mobilização ou de orientação social, ou ainda que contenham uma orientação à população que a habilite ao usufruto de bens ou serviços públicos e que expresse essa intenção, com objetividade e clareza, mediante a utilização de linguagem de fácil entendimento para o cidadão.

Portanto, o Ministério Público tem procurado facilitar o acesso a informações relativas a suas atividades e resultados obtidos, utilizando, para isso, diferentes instrumentos e mecanismos. Podemos visualizar os resultados destes serviços, durante o ano de 2015, por meio da análise das tabelas a seguir:

Tabela 5.1.11.1 – Publicações na mídia por área de atuação em 2014/2015

Área de atuação	2014					2015				
	Web	Jornais	TV	Rádio	Total	Web	Jornais	TV	Rádio	Total
Cidadania	164	49	145	21	379	279	66	64	57	466
Consumidor	302	52	75	57	486	304	49	61	32	446
Criminal	198	83	92	22	395	308	49	61	37	455
Educação	99	49	39	14	201	165	26	40	22	253
Eleitoral	175	171	184	86	616	108	19	11	13	151
Execuções penais	80	23	67	14	184	99	16	21	4	140
Infância	161	46	39	26	272	220	37	32	20	309
Institucionais	906	39	61	65	1071	270	78	60	36	444
Meio ambiente	56	29	56	39	180	288	45	59	38	430
Probidade administrativa	101	53	58	64	276	494	119	103	97	413

Área de atuação	2014					2015				
	Web	Jornais	TV	Rádio	Total	Web	Jornais	TV	Rádio	Total
Saúde	203	21	71	65	360	261	52	65	20	398
Outros	25	14	80	30	149	337	75	60	38	510

Fonte: Assessoria de Comunicação

Tabela 5.1.11.2 – Quantidade de visualizações do portal do MPE – TO 2014/2015

Área de visualização	2014	2015
	Quantidade	Quantidade
Acesso à informação	3.697	4.867
Concurso	483	13.643
Gestão estratégica	545	1.442
Institucional	-----	204.067
Licitação	-----	-----
Mapa da corrupção	52	-----
Ouvidoria	-----	897
Portal da Transparência	13.134	15.454
Procuradoria e Promotorias	15.789	16.504
Outros	1.020.114	1.170.421
TOTAL	1.253.814	1.427.295

Fonte: Depto. de Tecnologia da Informação

Tabela 5.1.11.3 – Publicações e serviços

Descrição	Quantidade de exemplares	Quantidade de edições
Revista MP	2.000	02
Comunica MP	2.400	08
Cartões de visita	-	03
Cartazes A3	1.000	07
Cartões de cumprimento	-	02
Jornal mural	55	11
Modelos de certificado	-	03
Envelope/Encarte para CD/DVD	-	02

Descrição	Quantidade de exemplares	Quantidade de edições
Faixas em lona	-	02
Prisma de mesa	-	11
Adesivos	-	02
Convites	-	04
Panfleto	-	01
Camiseta	-	04
Folder	-	02
Banner lona	-	04
Anúncio	-	07
Botões Portal	-	14
Carteiras funcionais de membros e servidores	-	06
Artes para relatório e logomarcas	-	06
Revista Jurídica	500	01
Banner para internet/ pop-up e topo	-	28
Informativo Caopij Digital	-	05
Cartilha	-	02
Arte Colete Gaeco	-	01
Releases	-	625
Ensaio Fotográfico	-	01
Eventos fotografados	3.920	328
Exposição Fotográfica	-	03
Entrevistas "MPE Cidadão"	-	08
Dia a Dia MPE	382	191
Produção de Vts e Spots	-	05

Fonte: Assessoria de Comunicação

Nesta perspectiva, além das atividades de rotina da equipe, outros serviços foram disponibilizados, bem como novos projetos foram executados, conforme podemos observar:

Programa de Rádio: Dia a Dia MPE

No ar desde fevereiro de 2015, no sistema interno de som da sede da Procuradoria-Geral de Justiça, o Dia a Dia MPE é programa de rádio diário direcionado aos servidores e membros da Instituição. Reúne informações sobre o cotidiano do MPE, além de agenda cultural e aniversariantes do dia. Como apresentado nas tabelas, em

2015 foram ao ar 191 programas, totalizando 392 veiculações, uma vez que o Programa é gerado no sistema de som duas vezes ao dia. O rádio tem se tornado um dos principais veículos de comunicação interna da PGJ, atingindo também o interior do Estado com o envio de e-mails. Para o ano de 2016, serão disponibilizados na *intranet*.

MPE Cidadão

No ano de 2015, a Ascom deu início à gravação de uma série de entrevistas com os membros da Instituição, que discorreram sobre diversos temas de interesse público, focados na atuação do MPE. As entrevistas, após edição, resultaram no MPE Cidadão, vídeos de 3 minutos, que serão veiculados na TV Assembleia e disponibilizados nas redes sociais do Ministério Público, a partir deste ano 2016. As entrevistas foram gravadas no estúdio do Centro de Estudos e Aperfeiçoamento Funcional (Cesaf).

Cartinhas de Natal

Há 10 anos, o MPE participa ativamente da campanha Natal dos Correios, como parceiro. O Projeto é coordenado pela Assessoria de Cerimonial, no entanto, em 2015 a organização ficou a cargo da Assessoria de Comunicação, quando foram atendidas cerca de 500 cartinhas da Escola Municipal Paulo Freire.

A campanha foi divulgada por meio do sistema interno de som da Procuradoria-Geral de Justiça, com a veiculação de um *spot*. Além de cartazes afixados pelo prédio, foram realizadas visitas em cada departamento da PGJ. As novidades na Campanha 2015 foram a adoção de cartinhas dos trabalhadores da empresa de serviços gerais terceirizada na Instituição, e a parceria com a Associação de Membros do Ministério Público (ATMP), que sensibilizou membros da capital e do interior a adotarem cartinhas.

Além dos projetos executados, a Assessoria de Comunicação dispôs dos serviços terceirizados de clipping, bem como, da contratação da impressão de cartilhas, relatórios e folders.

5.1.12 Ação 2253: Realização das ações para defesa do interesse público no processo judicial

Quadro 5.1.12.1 – Resumo da ação 2253

Título	2253 – Defesa do Interesse Público no Processo Judiciário
--------	---

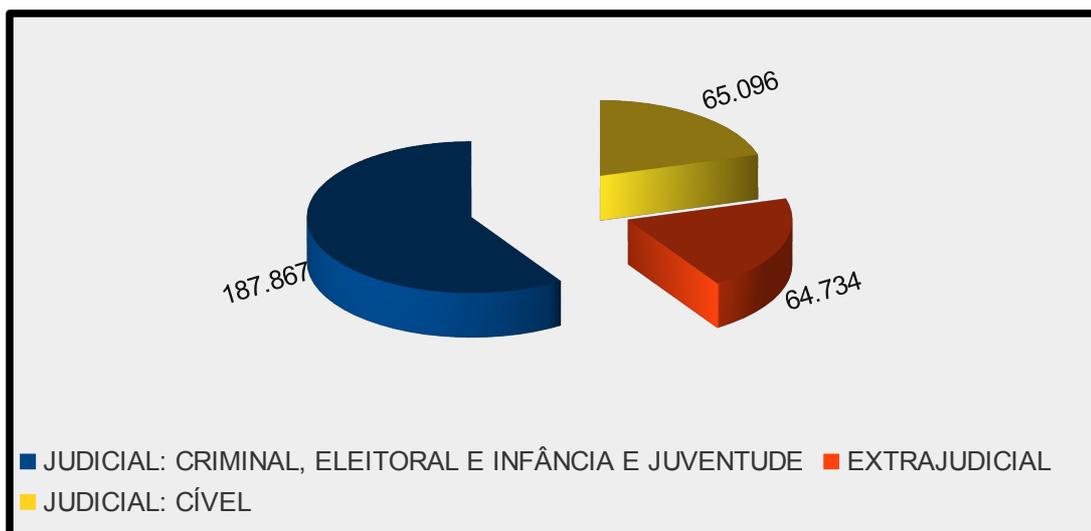
Descrição:	Realização de serviços para a sociedade mediante a atuação finalística dos membros do Ministério Público do Estado do Tocantins, através da manutenção das atividades e dos deslocamentos dos membros e servidores das Promotorias e Procuradorias de Justiça no exercício de suas funções; realização de efetivo apoio operacional à atuação institucional do Ministério Público do Estado do Tocantins, mediante o custeio das atividades e dos deslocamentos de membros e servidores dos Centros de Apoio Operacional; e a realização de ações, por meio de convênios, acordos ou instrumentos congêneres, para criação, estruturação e manutenção de novos serviços de apoio operacional.			
Meta Física				
Produto	Unidade de medida	Planejado (A)	Executado (B)	% (B/A)=C
Ação do MPE realizada	Unidade	240.000	317.697	132,37
Financeiro (Valor em R\$ 1,00)				
Dotação inicial (A)	Autorizada (B)	Empenhado (C)	Liquidado (D)	%(C/B)= E
490.000,00	382.449,00	370.212,47	364.212,47	96,80

Fonte: SIAFEM

Com o objetivo de garantir ao cidadão um atendimento finalístico de qualidade, os membros e servidores do Ministério Público do Tocantins vêm se esforçando para ampliar o volume de atuação do órgão. Esse esforço, conforme demonstrado na análise do programa Justiça, produziu efeitos positivos sobre o volume de ações dos membros do Ministério Público, superando, inclusive, sua meta para o exercício 2015, com o total de 317.697 ações, um crescimento de 26,82% em relação ao ano de 2014.

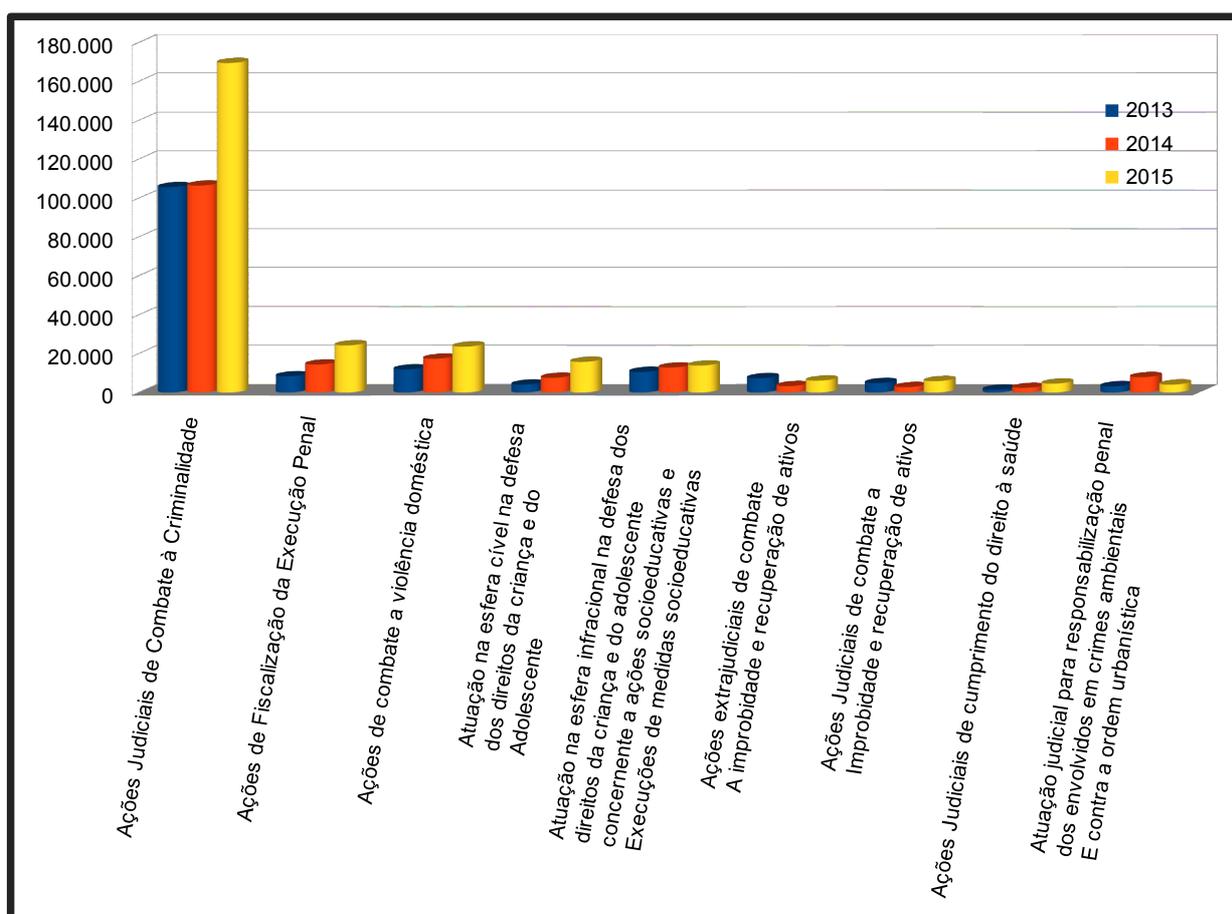
Para um melhor entendimento, apresentamos, a seguir, a divisão do volume total de ações do Ministério Público, através de figuras de gráficos, que permitem a visualização por esfera e, em seguida, por área de atuação:

Figura 5.1.12.1 – Ações do MPE em 2015, por esfera:



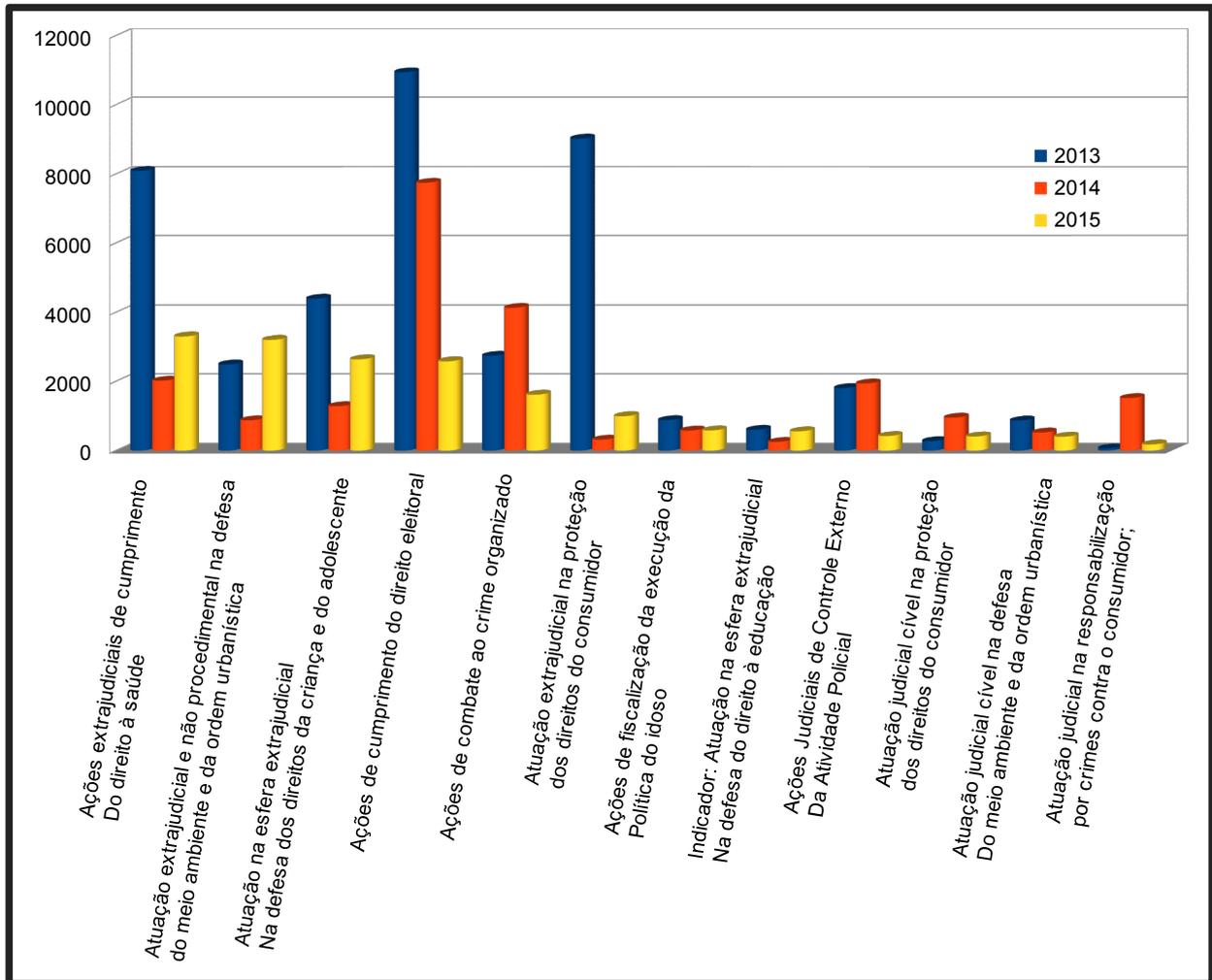
Fonte: RAF

Figura 5.1.12.2 – Ações do MPE em 2015, nas principais áreas de atuação:



Fonte: RAF

Figura 5.1.12.3 – Ações do MPE em 2015, nas demais áreas de atuação:



Fonte: RAF

Em primeira análise, os dados da atuação, por esfera, mostram que uma grande parcela da atuação do Ministério Público está concentrada nas áreas judicial criminal, eleitoral e da infância e juventude, enquanto a seção cível e a atuação extrajudicial possuem volumes semelhantes de ações.

A atuação judicial na área criminal mostrou-se crescente e continua sendo a principal demandante de ações, sendo que, com o crescimento agudo registrado em 2015, alcançou 169.527 ações, o que corresponde a 53,36% do total de atuação do órgão no ano. Esse número reflete a grande preocupação do Ministério Público em combater a criminalidade em todas as suas formas.

Em consonância com o aumento das ações de combate à criminalidade,

também tiveram significativa ascensão as ações de fiscalização da execução penal, chegando a um número de 24.213 ações no ano de 2015, com evolução de 68% em relação ao ano de 2014.

As ações de Combate à Violência Doméstica, que também são parte integrante da estratégia institucional, alcançaram um total de 23.581 ações, com destaque para a atuação do Núcleo Maria da Penha e do CAOP da Mulher.

Também foram destaque ações nas áreas da infância e juventude e combate à improbidade administrativa e recuperação de ativos.

Em outra esfera, houve significativa redução no número de ações de cumprimento do direito eleitoral e de controle externo da atividade policial.

Nas ações que dizem respeito a área de saúde e meio ambiente e ordem urbanística, houve significativa recuperação em relação a 2014, quando a produção havia reduzido.

Exemplos de ações bem sucedidas do MPE podem ser conferidos na seção “2. Sinopse das Realizações no Exercício de 2015” do presente Relatório, bem como no sítio eletrônico do órgão: www.mpto.mp.br.

Prosseguindo, passamos a apresentar os resultados da atuação dos Centros de Apoio Operacional, órgãos que têm por objetivo fornecer apoio técnico e científico aos órgãos de execução, elaborar estudos, pareceres, perícias, vistorias e outros documentos solicitados pelos membros necessários à instrução da atividade finalística, diligenciar em sua área de atuação, participar de forma proativa da estratégia institucional e fomentar a integração da atuação institucional.

5.1.12.1 Êxitos do Centro de Apoio Operacional do Patrimônio Público e Criminal - CAOPAC

No decorrer do ano de 2015, o Centro de Apoio Operacional do Patrimônio Público e Criminal – CAOPAC, dentro de suas limitações materiais e de pessoal, procurou cumprir o disposto no artigo 2º do ATO n. 046/2014, que descreve a finalidade dos Centros de Apoio Operacional.

Buscando promover a integração, o intercâmbio e a uniformização dos procedimentos entre os órgãos de execução do Ministério Público, o CAOPAC confeccionou e disponibilizou aos Promotores de Justiça kits de atuação, contendo, cada um, minutas de portaria de instauração do inquérito civil público, recomendação, termo de ajustamento de conduta e ação civil pública, material referente a dois temas de grande relevância e ao mesmo tempo recorrente na grande maioria das cidades do Estado: portais da transparência e a instituição de procuradorias jurídicas municipais com provimento por concurso público. A formulação desses kits foi precedida da coleta de peças de outros Ministérios Públicos Estaduais.

O apoio técnico aos órgãos de execução foi a principal atividade desenvolvida pelo CAOPAC no ano de 2015.

Na esfera Criminal, o apoio técnico consistiu principalmente nos serviços de localização de endereços de pessoas envolvidas nas demandas Ministeriais.

No exercício dessa atividade, o CAOPAC valeu-se de diversos sistemas de pesquisa, abaixo listados:

a) INFOSEG - A Integração das Informações de Segurança Pública, Justiça e Fiscalização, conhecido como Infoseg, reúne informações de sistemas referentes a indivíduos, CNJ, Desaparecidos, Veículos, Condutores, Armas e Receita.

b) SERPRO – Acesso à base de dados da Receita Federal, pessoa física e pessoa jurídica, onde complementa as informações obtidas junto ao INFOSEG.

c) SIEL – Informações Eleitorais do cidadão brasileiro, atualmente é a base de dados mais atualizada em relação à localização e endereço do indivíduo pesquisado.

Buscando aprimorar e obter maior exatidão na localização de endereços, o CAOPAC solicitou ao Procurador-Geral de Justiça a celebração de convênio com o DETRAN, a ENERGISA e a SANEATINS, para que seja viabilizado o acesso à base de dados dos assinantes dos respectivos entes.

Na área do Patrimônio Público, o apoio técnico desenvolveu-se da seguinte maneira: como regra, os Promotores de Justiça enviam os procedimentos preliminares e inquéritos civis públicos onde investigam condutas de agentes públicos, ordenadores de

despesas, detentores de cargos eletivos ou não, para que sejam apuradas eventuais irregularidades em contas prestadas, licitações deflagradas, execução de obras públicas, enfim, tudo o quanto se refere ao manejo das verbas de origem pública.

Considerando as dificuldades de atuação nessa seara, posto que, na maioria das vezes, os agentes investigados omitem informações propositadamente, o CAOPAC realiza consultas nos seguintes sistemas:

a) SIAFEM: sistema integrado de administração financeira para Estados e Municípios;

b) SICAP-Contábil: sistema integrado de controle e auditoria pública - destinado a extrair e gerar a partir dos registros contábeis dos órgãos públicos jurisdicionados, os demonstrativos complementares da Lei Federal no 4.320/64;

c) ComprasNET: sistema virtual de aquisição de bens e serviços que funciona como um leilão às avessas. Permite pesquisas sobre o preço médio de determinado produto ou serviço.

As pesquisas aos sistemas acima relacionados complementam as informações existentes nos procedimentos e permitem ao CAOPAC prestar o assessoramento técnico mais eficiente.

Além das atribuições descritas no artigo 2º do ATO n. 046/2014, o CAOPAC desempenhou outras funções:

a) realização de levantamento em todas as Promotorias de Justiça do Estado, para atender à solicitação do Conselho Nacional de Ministério Público, tendo como objetivo angariar informações sobre boletins de ocorrência, inquéritos policiais e ações penais envolvendo crimes de abuso e exploração sexual, torturas, maus-tratos e tráfico de crianças e adolescentes.

b) apoio físico e de pessoal ao Grupo Especial de Controle Externo da Atividade Policial no Estado do Tocantins - GECEP, mediante a cessão provisória de servidora para auxiliar o referido grupo especial;

c) acompanhamento da execução do Acordo de Cooperação Técnica celebrado

entre o Ministério Público Estadual do Tocantins e a União, por intermédio do Ministério do Desenvolvimento Agrário, que tem como objeto estabelecer a realização de ações destinadas à proteção dos bens, valores e direitos relativos às máquinas e equipamentos doados às prefeituras no âmbito do Programa de Aceleração do Crescimento.

d) coleta e cadastramento de dados no Sistema de Registro de Mortes Decorrentes de Intervenção Policial – SRMAR, sistema que se destina a cadastrar todas as mortes decorrentes de intervenção policial, inclusive aquelas onde o agente de segurança está no seu horário de folga.

Importante atuação do CAOPAC, o FOCCO/TO atua no sentido de articular esforços e formar parcerias para o combate à corrupção. De regra, são realizadas reuniões bimestrais, nas quais são elaboradas as estratégias que buscam a proteção do patrimônio público e a defesa da probidade administrativa. A estruturação e funcionamento da rede de relacionamento entre os órgãos encarregados de fiscalizar a aplicação de recursos públicos facilita a definição de diretrizes comuns ao trabalho de identificação dos casos, em razão da agilidade na troca de informações e viabilização de ações conjuntas.

Participam do FOCCO, além do Ministério Público Estadual (MPE/TO), representantes do Tribunal de Contas da União (TCU), Tribunal de Contas do Estado (TCE), Ministério Público de Contas do Estado, Advocacia-Geral da União (AGU), Controladoria Geral no Estado (CGE), Controladoria Geral da União (CGU), Tribunal de Justiça (TJ), Polícia Federal (PF), Ministério Público Federal (MPF), Delegacia da Receita Federal e Caixa Econômica Federal.

A atuação do Ministério Público Estadual, através do CAOPAC, foi de vital importância para o efetivo funcionamento do FOCCO, uma vez que todas as reuniões foram realizadas na sede na Procuradoria-Geral de Justiça, secretariadas por servidores do CAOPAC e conduzidas pelo seu coordenador.

Em 2015, o FOCCO realizou 04 (quatro) reuniões ordinárias para tratar de assuntos diversos. A fiscalização dos Portais da Transparência dos entes públicos foi a principal preocupação do FOCCO no ano de 2015, tendo predominado a pauta de discussões e ações do referido Fórum.

No dia 09 de dezembro de 2015, Dia Internacional de Combate à Corrupção, um novo Termo de Cooperação Técnica e Estratégica foi subscrito pelos entes integrantes do FOCCO/TO. As instituições se comprometeram atuar de forma mais integrada e efetiva no diagnóstico e no combate dos casos de corrupção, no incentivo ao controle social das contas públicas e no compartilhamento de informações.

Em relação às atividades desenvolvidas, este órgão exerce várias vertentes de trabalho, as quais detalhamos a seguir:

Tabela 5.1.12.1.1 – Realizações CAOPAC, em 2013/2015

Atividades Finalísticas	2013	2014	2015
Consulta de endereço, investigação de pessoas jurídicas e antecedentes criminais	4.690	9.752	5.155
Processos de acompanhamentos	2	2	-
Relatórios técnicos	41	25	28
Pesquisas / atendimentos	67	98	-
Vistorias	6	4	4
Sistema de pesquisa	3	6	-
Promoção de Eventos	-	-	1
Reuniões	2	2	4
Audiências Públicas	2	-	-
Seminários	6	2	-
Cursos	1	3	-
Atividades Meio			
Ofícios			
Expedidos	91	98	34
Recebidos	46	51	42
Memorandos			
Expedidos	-	-	45
Recebidos	-	-	17
E-mail			
Expedidos	186	202	469
Recebidos	252	266	318

Fonte: CAOPAC

5.1.12.2 Êxitos do Centro de Apoio Operacional da Cidadania, dos Direitos Humanos e da Mulher - CAOCID

Após as mudanças nas atribuições dos órgãos de Apoio Operacional, realizadas pelo Colégio de Procuradores de Justiça no ano de 2014, passou a competir ao CAOCID, conforme elencado nos artigos 8º e 9º, do Ato 46/2014, o seguinte:

"Art. 8º São matérias de atuação do Centro de Apoio Operacional da Cidadania, dos Direitos Humanos e da Mulher:

§1º Na área da Cidadania:

- I - direitos sociais assegurados na Constituição Federal;
- II direitos dos idosos;
- III direitos das pessoas com deficiência; e
- IV demais direitos relacionados ao exercício pleno da cidadania;

§2º Na área dos Direitos Humanos:

- I - inclusão social;
- II - igualdade racial;
- III - saúde pública;
- IV - serviços de relevância pública; e
- V - demais matérias relacionadas à área dos direitos humanos.

§3º Na área da Mulher:

- I - violência contra a mulher;
- II - políticas de proteção à mulher; e
- III - demais matérias correlatadas.

Art. 9º Compete ao Centro de Apoio Operacional da Cidadania, dos Direitos Humanos e da Mulher:

I opinar e oferecer sugestões sobre questão envolvendo suas matérias específicas;

II organizar e viabilizar o acesso a banco de dados referentes à legislação, serviços, entidades e outras áreas atinentes às suas matérias específicas, com o apoio do Departamento de Informática do Ministério Público;

III - coordenar atividades de divulgação ou debate público referente às suas matérias específicas;

IV - coordenar os grupos de trabalho e estudo para análise e sugestão de solução de problemas envolvendo suas matérias específicas;

V - participar da discussão e do acompanhamento de projetos de lei relacionados ao exercício das atribuições ministeriais na defesa das garantias dos direitos humanos, no que se refere às suas matérias específicas;

VI - fomentar e acompanhar programas junto a órgãos governamentais e não governamentais de apoio aos idosos, às pessoas com deficiência e de combate à violência contra mulher;

VII - participar do gerenciamento interno dos projetos e atividades realizados em parceria com outras instituições, relativos às suas matérias específicas.”

Com essas novas atribuições, o órgão alavancou sua produtividade, passando de um total de 161 atividades em 2014 para 372 no ano de 2015, o que representa um crescimento de 131%.

Em relação às atividades desenvolvidas, este órgão exerce várias vertentes de trabalho, as quais detalhamos a seguir:

Tabela 5.1.12.2.1 – Realizações CAOCID, em 2014-2015

Especificação	Quantidade, em 2014	Quantidade, em 2015
Atendimentos a membros	10	43
Atendimentos ao público	45	60
Reuniões realizadas	7	3
Vistorias/Inspeções realizadas	-	-
Participações em cursos, seminários, oficinas, conferências	3	19
Participações em eventos	2	3
Participações em eventos	2	22
Recomendações emitidas	-	-
Pareceres Técnicos emitidos	2	11
Projetos em execução*	-	1
Ofícios/Memorando/Circulares	78	181
Palestras	1	4
Coleta de exames para DNA	11	25
Total	161	372

Fonte: Centro de Apoio Operacional da Cidadania – CAOCID

* Projeto em execução na área de reconhecimento de paternidade por meio da realização de exames de DNA a custo reduzido.

5.1.12.3 Êxitos do Centro de Apoio Operacional do Consumidor - CAOCON

Neste ano, o Centro de Apoio Operacional do Consumidor – CAOCON, driblando as dificuldades orçamentárias decorrentes da crise financeira nacional,

conseguiu desenvolver as atividades relativas à defesa dos direitos dos consumidores, cujas principais realizações são voltadas:

- combate à revenda clandestina de gás liquefeito de petróleo – GLP;
- alimentação do sítio “Consumidor Vencedor”, que entrou em funcionamento em dezembro/2014, no qual se inserem informações sobre TACs firmados entre as partes interessadas, bem como as ações propostas pelas Promotorias de Justiça, em benefício do consumidor;
- elaboração e assinatura de Termos de Cooperação, o que fortalece a realização das ações;
- publicação do informativo do CAOCON;
- acompanhamento dos resultados decorrentes das análises de resíduos de agrotóxicos, conforme Termo de Ajustamento de Conduta, relativo ao Programa de Análise de Resíduos de Agrotóxicos em Alimentos – PARA;
- ações de combate à venda de carne clandestina;
- ações de combate à venda de produtos impróprios para o consumo;
- ações para melhoria das estruturas dos estabelecimentos comerciais e observância das boas práticas que regem o comércio; ações de combate à venda de leite e seus derivados sem procedência.

A Operação Pró-Consumidor é articulada, organizada e coordenada pelo CAOCON, sendo sua principal atividade, pois, além de causar grande repercussão, a operação tem sido eficaz ao longo desses anos em que é realizada. Essa força-tarefa envolve uma equipe de trabalho oriunda de vários órgãos, voltados aos interesses dos consumidores e prontos para realizar as fiscalizações.

O foco de atuação da Operação Pró-Consumidor é determinado pelo Promotor de Justiça, que na solicitação da ação informa a área de interesse, podendo ser os supermercados, açougues, padarias, farmácias, postos de vendas de gás, postos de combustíveis, venda clandestina de leite *in natura*, entre outros.

Nem todos os Promotores de Justiça solicitantes participam diretamente das operações, em conjunto com o CAOCON e os demais parceiros, mas, na qualidade de órgão de execução, possui autonomia para determinar o caráter pedagógico e/ou repressivo que a equipe deve implementar na atuação.

Dentre os parceiros que estiveram presentes nas Operações, pode-se mencionar os seguintes: Procon, Vigilância Sanitária Estadual, Vigilância Sanitária dos Municípios fiscalizados, Corpo de Bombeiros, Polícia Militar, Agência de Defesa Agropecuária do Tocantins e Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis.

Durante o ano de 2015 foram realizadas 06 Operações Pró-Consumidor nas seguintes cidades:

1- Natividade-TO: a fiscalização foi feita no comércio em geral, contou com a participação da Vigilância Estadual e Municipal;

2 – Palmeirópolis-TO: foi realizada vistoria técnica no laticínio da cidade, esteve presente na fiscalização a ADAPEC;

3 - Pedro Afonso-TO: a fiscalização ocorreu no comércio geral da cidade e foi acompanhada pelo PROCON e pelas Vigilâncias Estadual e Municipal;

4 - Colinas-TO: Juarina-TO e Palmeirante-TO: a ação foi voltada para o comércio de combustíveis e GLP, realizada em conjunto com a ANP;

5 – Cristalândia-TO: o foco foi o frigorífico da cidade, com a participação do CAOP do Consumidor, da Adapec e do Secretário Municipal da Agricultura;

6 – Formoso do Araguaia-TO: foi promovida uma vistoria no matadouro da cidade e nos açougues, o trabalho foi feito em conjunto com a ADAPEC.

Não há dúvida do efeito positivo que essas operações deflagram nas cidades onde elas ocorrem, haja vista a apreensão de grande quantidade de produtos impróprios para consumo, além de diversos termos e autuações que são lavrados pelos órgãos parceiros e até interdição de estabelecimentos.

Já no que diz respeito às demais áreas de atuação do CAOCON, podemos

citar as seguintes atividades desenvolvidas:

- Combate às irregularidades nos estabelecimentos comerciais, nos laticínios, nos frigoríficos e combate à venda e ao transporte irregular de GLP.

Em 2015 o CAOCON iniciou suas atividades, atendendo às solicitações de fiscalizações no comércio geral, onde se detectaram irregularidades prejudiciais aos consumidores. Essas operações têm como objetivo principal, conscientizar os comerciantes da importância de oferecer aos consumidores um tratamento justo e honesto, colocando a sua disposição produtos próprios para o consumo, conforme determina a legislação consumerista. Sob esse foco, Natividade-TO foi a primeira cidade fiscalizada, Pedro Afonso-TO, a segunda. Outro ponto de destaque são os laticínios e frigoríficos que têm demandado atenção dos órgãos de execução e, por isso, foram, também, alvo de investigações durante esse ano. Em Palmeirópolis-TO, a fiscalização foi voltada ao laticínio, vindo a seguir Cristalândia-TO e Formoso-TO, que tiveram como foco os frigoríficos. Essa questão é tão recorrente pelo Estado que o CAOCON já possui solicitação de representante ministerial, aguardando que a agenda do CAOCON seja definida para realização de vistoria em frigorífico.

Outra situação que está sempre sob a atenção das operações pró-consumidor é a questão do GLP. O objetivo é promover campanhas de esclarecimentos e conscientização, incentivando os comerciantes de combustíveis e GLP a deixarem à clandestinidade e agirem respeitando o que determina a Lei. Em Colinas-TO e região, a fiscalização foi realizada em conjunto com a ANP – Agência Nacional de Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis. É de suma importância o trabalho de conscientização e até repressivo na questão do GLP, pois, as operações, em conjunto com a ANP, obtiveram grande avanço no Estado do Tocantins, e, por essa razão, ele deve ser permanente, tendo em vista as vendas irregulares e o transporte dos botijões, que, por se tratar de um produto perigoso, deve obedecer legislação específica, relativa ao serviço de entrega.

Atendimentos do Núcleo DPVAT

O Núcleo DPVAT esteve , até o ano de 2015 ligado ao CAOCON, sendo alterado com o novo Regimento Interno, que o situou no âmbito da Ouvidoria/Serviço de Atendimento ao Cidadão. Todavia, até alteração serão lançadas as informações referentes ao setor. O fato de o Ministério Público Estadual está envolvido na prestação

de assistência às vítimas de acidentes de trânsito traz segurança e tranquilidade a população, pois evita-se o assédio de intermediários e as reiteradas fraudes ao segurado.

Vale elencar algumas das atribuições do DPVAT: orientar as vítimas de trânsito sobre seus direitos; receber, conferir e analisar os documentos necessários para requerer o seguro DPVAT, tanto os que são requeridos diretamente na sede do Ministério Público, quanto os que são enviados pelas Promotorias de Justiça do interior e encaminhá-los para a seguradora Líder; promover visitas aos hospitais e delegacias, divulgando os procedimentos necessários para dar entrada no seguro e alertar sobre o assédio de intermediários e sobre possíveis fraudes que podem ocorrer; dar suporte aos servidores das Promotorias de Justiça do interior que atendem aos cidadãos; acompanhar processos referentes a pendências e pagamentos, iniciados pelo Ministério Público; intermediar palestras e treinamentos, em parceria com a Seguradora Líder, para capacitação e aperfeiçoamento de profissionais que atuam diretamente com vítimas de acidente de trânsito, relativos aos procedimentos adotados para requisição do seguro.

No decorrer do ano, foram realizadas 28 (vinte e oito) visitas pela equipe do DPVAT, dentre elas, 24 (vinte e quatro) foram no Hospital Geral de Palmas, 03 (três) ao IML de Palmas e 01 (uma) à Delegacia de Trânsito.

A demanda registrada no Núcleo DPVAT, de janeiro a dezembro de 2015, ficou assim registrada:

Total de Processos Iniciados: 386

Total de Processos Pagos: 264

Total de Processos Pendentes: 122

Os documentos complementares recebidos de janeiro a dezembro de 2015, tanto pela Procuradoria-Geral de Justiça quanto pelas Promotorias de Justiça do interior, totalizaram o quantitativo de 336 documentos.

Os atendimentos realizados pelo Núcleo DPVAT na Procuradoria-Geral de Justiça totalizaram 432 procedimentos.

Projeto Consumidor Vencedor

O Consumidor Vencedor é um link situado no site do Ministério Público Estadual, que dá ao cidadão acesso às informações sobre vitórias obtidas na defesa coletiva dos consumidores.

Em 2013, o MPE assinou Termo de Cooperação Técnica com o MPE/RJ viabilizando o intercâmbio de informações sobre ações coletivas ajuizadas, decisões judiciais, provisórias ou definitivas e termos de ajustamento de conduta obtidos na atuação do Ministério Público na defesa do consumidor.

No ano de 2014, quando o sítio foi ao ar no estado do Tocantins, as informações foram disponibilizadas no endereço www.consumidorvencedor.mp.br mantido pelo MPE/RJ para acesso do público em geral.

Em 2015, o Termo de Cooperação Técnica foi renovado, dada a relevância que ele possui, não só para os consumidores, mas também para os Promotores de Justiça, que terão suas medidas divulgadas e conhecidas por um número muito maior de consumidores. Atualmente, depois de passar por uma modificação para facilitar o acesso, a página encontra-se em pleno funcionamento.

Assinatura de Termos de Cooperação

O Termo de Cooperação Técnica do Programa Pro-Consumidor, formalizado por um projeto ligado ao Planejamento Estratégico e firmado com os órgãos parceiros em 2014, para atender às demandas oriundas das promotorias de justiça, funcionou satisfatoriamente no ano de 2015. Em todas as situações em que esses órgãos são convidados pelo CAOCON para participarem das operações, estão sempre prontos para cooperarem na defesa dos direitos dos consumidores, ajudando a tornar as operações um sucesso. A colaboração dos órgãos parceiros é de fundamental importância na realização das operações, tanto que a coordenadoria do CAOCON objetiva expandir mais ainda essa parceria.

Todos os representantes dos órgãos reconhecem a importância das ações desenvolvidas e os avanços alcançados pelo trabalho realizado em conjunto.

Manutenção do sítio eletrônico de notícias do CAOCON

O CAOCON mantém um link no portal do MPE, que é regularmente atualizado

pela equipe do Centro de Apoio, com informações voltadas aos interesses dos consumidores, como por exemplo: iniciais e decisões de ações civis públicas; notas técnicas oriundas da SENACON – Secretaria Nacional do Consumidor; notícias das operações realizadas nos municípios, etc. O objetivo da manutenção desse endereço eletrônico, devidamente atualizado, é prestar informações aos cidadãos/consumidores e aos Promotores de Justiça que atuam na esfera consumerista.

Acesso às informações do SINDEC

Foi elaborado proposta de minuta visando a celebração de Acordo de Cooperação Técnica entre o Ministério Público / CAOCON e a Secretaria Estadual de Defesa e Proteção Social / PROCON Tocantins, o que permitirá aos Promotores de Justiça com atuação na área do consumidor, acesso ao SINDEC.

O SINDEC (Sistema Nacional de Informações de Defesa do Consumidor) é um sistema informatizado que integra processos e procedimentos, relativos ao atendimento aos consumidores nos Procons, visando proporcionar um instrumento de gestão adequado ao dinamismo que é típico de seus setores de atendimento.

Ele é resultado de um trabalho integrado, produto da parceria, constituindo-se em um instrumento que permite amplificar a voz de milhões de consumidores em todo o Brasil. O Sindec integra, hoje, 26 Procons estaduais e 351 Procons municipais. Como vários desses Procons contam com mais de uma unidade, o Sistema opera em 675 unidades espalhadas por 448 cidades brasileiras. Esses Procons atendem a uma média mensal de 216 mil consumidores.

Participação no SEDC

No mês de outubro de 2015, ocorreu a 1ª Reunião do Sistema Estadual de Defesa do Consumidor – SEDC, realizada na sede da Defensoria Pública do Estado do Tocantins. O Centro de Apoio Operacional do Consumidor esteve presente no evento. A Promotora de Justiça Araújo D'Alessandro, fez uma apresentação do CAOCON, órgão auxiliar do Ministério Público Estadual, que atua na proteção integral dos consumidores, em âmbito coletivo. Nesta reunião, ficou definido que os órgãos que compõem o SEDC terão reuniões periódicas a cada 2 meses.

Participação no Fundo Estadual para as relações de consumo

O CAOCON encaminhou ofício nº 022/2015, de 25/08/2015, ao Superintendente do PROCON Tocantins, requerendo informações quanto à situação orçamentaria do Fundo Estadual para as Relações de Consumo. Também foi encaminhado o ofício nº 030/2015, de 13/10/2015, solicitando informações quanto a atual composição, funcionamento, regimento interno e agenda de reuniões referido fundo. Em 19 de outubro de 2015 a Coordenadora do CAOCON a Promotora de Justiça Araújo D'Alessandro, tomou posse como membro do conselho gestor do fundo, vaga cativa do Ministério Público, tendo como suplente a Promotora de Justiça Kátia Gallieta.

Diagnóstico dos Serviços de Inspeção Municipal

Considerando que nas fiscalizações da operação pró-consumidor são constantemente evidenciadas situações de manipulação e venda de alimentos sem inspeção ou certificação de órgão competente, estabeleceu-se contato com a Secretaria Estadual da Agricultura no intuito de buscar um diagnóstico sobre a situação dos Serviços Municipais de Inspeção (SIM's). Este contato foi proveitoso, visto que, em reunião realizada dia 16/11/2015, na sede do MPE, entre a Gerência de Fomento à Agroindústria e a equipe do CAOCON, foi entregue relatório sobre a situação dos municípios do Estado do Tocantins quanto a criação, instalação e funcionamento dos SIM's e também foram apresentadas algumas dificuldades encontradas para a criação do SIM em determinados municípios, situações que foram repassadas aos promotores de justiça das respectivas comarcas a fim de que adotem as providências.

Curso de análise de combustíveis

Decorrente da atuação conjunta deste CAOCON com a ANP em fiscalização no comércio de combustíveis e gás GLP, em outubro de 2015 o CAOP do Consumidor foi convidado a participar do curso: "Análise de Combustíveis nas Revendedoras/Bombas de Abastecimento", realizado pelo Sindicato dos Distribuidores de Combustível -SINDCOM em parceria com o PROCON-Tocantins. Durante o curso, foram apresentadas técnicas para análise da qualidade de combustíveis, principais tipos de adulteração e fraudes, bem como a legislação aplicada ao setor de distribuição, venda e revenda de combustíveis.

Atuações diversas do CAOCON

Dentre os trabalhos desenvolvidos no exercício de 2015, destacaram-se as

ações de combate à venda de produtos impróprios para o consumo, que constataram uma grande quantidade de produtos nestas condições, os quais foram retirados imediatamente das gôndolas pelos parceiros responsáveis pela fiscalização desses produtos. Os produtos expostos à venda sem procedência, sem informações dos órgãos de fiscalização (S.I.F, S.I.E e S.I.M) são soterrados, incinerados ou descartados em local próprio.

Durante as operações, muitas orientações são feitas aos comerciantes e aos consumidores sobre os riscos de se adquirir produtos impróprios para o consumo e/ou sem procedência. Aproveita-se, também, a ocasião, para distribuir exemplares do Código de Defesa do Consumidor – CDC e *folders* com orientações do CAOCON, visando proporcionar informações tanto aos comerciantes como aos consumidores em geral.

Como resultados das ações do CAOP do Consumidor no período 2012/2015, podemos destacar os seguintes:

Tabela 5.1.12.3.1 – Estabelecimentos visitados área consumidor, nos anos de 2012/2015

Estabelecimentos Visitados	Ano			
	2012	2013	2014	2015
Açougues	32	37	25	06
Postos de Combustíveis	09	01	06	07
Restaurantes, lanchonetes e panificadoras	31	07	08	19
Revendedoras de GLP	18	30	68	07
Supermercados ¹	68	18	59	20
Outros ²	15	39	06	04
Total	160	132	172	63

Fonte: CAOCON

¹ Vários supermercados fiscalizados também possuíam açougue e/ou panificadora;

² Neste item estão incluídos os abatedouros e os laticínios vistoriados em 2014.

Tabela 5.1.12.3.2 – Saldo das apreensões realizadas, nos anos de 2013/2015

Descrição	Ano		
	2013	2014	2015
Produtos apreendidos pela Vigilância Sanitária Estadual, Municipal e Procon (Em unidades)	1089	5271	1525
Quantidade de produtos apreendidos pelo peso (carnes, frios e laticínios) (Em toneladas)	5,9	4,6	0,67

Fonte: CAOCON

Tabela 5.1.12.3.3 – Termos e autuações área consumidor (Órgãos Parceiros), em 2015

Órgãos Parceiros	Notificações	Interdições	Autos de Infração	Autos de Apreensão

Procon	-	-	-	-
Vigilância Sanitária Municipal	28	27	03	24
Vigilância Sanitária Estadual	-	-	-	-
Corpo de Bombeiros	-	-	-	-
ANP*	07	04	01	-
CIPRA/FISCO**	-	-	-	-

Fonte: CAOCON

* Agência Nacional de Petróleo – ANP

** Companhia Independente de Polícia Militar Rodoviária e Ambiental – CIPRA

Tabela 5.1.12.3.4– Demonstrativo das ações por cidade, em 2015

Cidade	Foco da Ação	Quantidade			
		Estabelecimentos	Apreensões	Autuações	Apreensões, em (kg)
Colinas e Região	GLP	14	-	07	--
Cristalândia	Frigorífico	01	-	01	--
Natividade	Comércio em Geral	17	*11/709	12	112,425
Palmeirópolis	Laticínio Palmalac	01	-	-	--
Pedro Afonso	Comércio Geral	17	12	15	566,632
Formoso do Araguaia	Abatedouro e Açougues	10	-	-	--
Total em 06 cidades:	-	60	732	35	679,057

Fonte: CAOCON

Segue, abaixo, quadro demonstrativo das realizações do CAOP do Consumidor nos anos de 2010 a 2015.

Tabela 5.1.12.3.5 – Realizações Centro de Apoio Operacional do Consumidor – CAOPDC, período de 2010/2015.

Atividades finalística	Quantidade					
	2010	2011	2012	2013	2014	2015
Pareceres	-	-	-	01	01	04
Processos de acompanhamento	07	13	06	12	09	10
Relatórios	03	05	04	08	15	06
Vistorias	114	309	160	128	172	63
Recomendações	-	04	5	-	-	-
Pesquisa de Peças, doutrinas e Jurisprudência	-	-	-	-	-	13
Promoção de eventos	-	-	-	-	-	-
Seminário	-	01	-	02	02	-

Oficinas	-	-	-	-	04	-
Pesquisas	-	-	-	18	-	-
Participações em eventos						
Audiências públicas	-	02	-	12	-	01
Cursos	-	-	-	04	02	05
Oficinas	-	-	-	-	-	-
Reuniões	19	19	9	18	04	06
Seminário, Fóruns, Conferências e Encontros	1	-	-	02	01	04
Visitas em Hospitais, IML e Delegacias de Polícia	-	-	-	-	-	28
Atividades Meio						
Ofícios e Memorandos						
Expedidos	142	369	164	82	137	220
Recebidos	61	85	55	113	100	798
Circulares	-	-	-	-	-	15
E-mail						
Expedidos	18	39	42	154	850	290
Recebidos	-	-	61	235	700	758
Outros (Convite, comunicado, portarias, etc....)						
Expedidos	-	-	-	15	04	-
Recebidos	-	-	-	08	03	-

Fonte: CAOCON

5.1.12.4 Êxitos do Centro de Apoio Operacional de Urbanismo, Habitação e Meio Ambiente -CAOMA

Passando ao tema Meio Ambiente, Habitação e Urbanismo, o órgão responsável pelo Apoio Operacional é o Centro de Apoio Operacional de Urbanismo, Habitação e Meio Ambiente - CAOMA

Apesar da restrição em recursos para organização de eventos e deslocamentos, o CAOMA desenvolveu diversos projetos relacionados a sua área de atuação, dos quais compete destacar, neste ano de 2015, os seguintes:

Conclusão da primeira etapa do Programa Propriedade Legal

O Programa Propriedade Legal tem por objetivo possibilitar o monitoramento e o controle da regularização ambiental das propriedades rurais do Estado do Tocantins, com o uso de geotecnologias, considerando os aspectos da Lei 12.651/2012 (Código Florestal), levando em conta também todo o arcabouço legal relativo ao tema.

O trabalho começou por Palmas, Capital do Estado, em 2010, com o foco na

construção de produtos e ferramentas capazes de implementar o monitoramento e o controle da regularização ambiental das propriedades rurais da Capital.

Os produtos entregues pelo CAOMA em 2015 colocam o município de Palmas como a primeira capital do País a possuir o mapeamento da situação fundiária e do uso do solo de 100% do seu território. A iniciativa contribuirá para a atuação dos Promotores de Justiça na garantia dos direitos difusos na área ambiental.

Os produtos gerados foram:

Base de dados geoespaciais digital, contínua e atualizada para o ano de 2011, em escala 1:25.000.

Banco de imagens SPOT5 2,5 metros do município de Palmas – TO.

Mapeamento da cobertura e uso do solo para o ano de 2011.

Mapeamento fundiário de 100% do território do município.

Planejamento da paisagem identificando onde é melhor para produzir e onde é melhor para conservar.

Audiência Pública do Bioma Cerrado

O CAOMA organizou localmente a Audiência Pública do Cerrado, em 24 de junho de 2015, evento promovido pela Comissão de Defesa dos Direitos Fundamentais (CDDF) do Conselho Nacional do Ministério Público (CNMP). Estiveram presentes na audiência 120 pessoas, sendo que 23 delas fizeram inscrição para fazer pronunciamento. Os temas principais abordados pelos participantes foram o desmatamento do bioma, usinas hidrelétricas, agrotóxicos, unidades de conservação e Cadastro Ambiental Rural (CAR).

O Ministério Público Estadual (MPE) recebeu como palestrantes da Audiência Pública a secretária de Biodiversidade e Florestas do Ministério do Meio Ambiente, Ana Cristina Barros, e o professor da Universidade Estadual de Goiás e pesquisador do Laboratório de Processamento de Imagens e Geoprocessamento (LAPIG) da Universidade Federal de Goiás, Sílvio Braz de Sousa.

Os debates durante a audiência pública visaram discutir “a situação atual do Bioma do Cerrado e o papel do Ministério Público”. A proposta de discussão inicial tinha

como objetivo debater tópicos como: desmatamento, proteção da biodiversidade e das comunidades tradicionais e espaços protegidos (deficiências e falta de efetividade), proliferação de hidrelétricas, existência de drenagens de áreas úmidas, mineração, tráfico e extinção de animais silvestres, temas estes definidos pelo Grupo de Trabalho de Proteção ao Meio Ambiente da Comissão de Defesa dos Direitos Fundamentais do CNMP.

O trabalho teve o objetivo de avaliar, subsidiar e otimizar a atuação dos órgãos do Ministério Público sobre questões ambientais que envolvem o Bioma do Cerrado. A Audiência reuniu as experiências e os relatos de representantes ou lideranças das populações nativas, dos movimentos sociais e do setor produtivo sobre os problemas que ameaçam a preservação do Bioma, o que contribuiu para a sensibilização dos demais órgãos integrantes do sistema de justiça para as consequências decorrentes da exploração ambiental predatória do Cerrado.

Participaram da audiência, entre outros órgãos, conselheiros do CNMP; representantes das unidades do Ministério Público, em especial de seus órgãos de defesa do Meio Ambiente; movimentos sociais diretamente interessados na discussão; setor produtivo (CNI, CNA e CNT) e Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (Ibama).

Atlas Propriedade Legal do Município de Palmas (versão digital)

O Atlas do Programa Propriedade Legal do município de Palmas gerou uma publicação de 67 páginas, com 21 mapas temáticos. O desenvolvimento do Atlas surgiu da necessidade de apresentar aos gestores municipais e aos moradores locais os dados levantados pelo Programa Propriedade Legal do Ministério Público do Estado do Tocantins.

O trabalho foi desenvolvido em quatro anos e gerou informações únicas sobre o município que incluem: base geoespacial digital de todo o território do município contendo informações de hidrografia, malha viária, relevo, vegetação, uso do solo, situação fundiária e elementos que possibilitam o planejamento da paisagem. Os dados levantados e sistematizados colocam o município de Palmas na categoria de primeira capital do País a possuir esse volume de informações, o que possibilita a gestão florestal e territorial e ainda permite o desenvolvimento de planejamentos em diversas áreas como

saúde, educação, logística e infraestrutura.

De posse de tamanha riqueza de dados sobre o território de Palmas, o Ministério Público decidiu, então, publicar os dados em forma de Atlas e ainda disponibilizar as informações no portal <https://propriedadelegal.mpto.mp.br/>. O trabalho foi realizado em parceria com a organização não-governamental internacional The Nature Conservancy (TNC).

Análise dos Planos de saneamento dos municípios do Tocantins

Dos 139 municípios do Estado do Tocantins, 74 possuem Plano Municipal de Saneamento Básico (PMSB) elaborados. As definições de saneamento básico para as políticas públicas apresentam contornos diferentes a depender da época, das condições econômicas, sociais e culturais de cada povo. No Brasil, o tema vem sendo tratado ao longo do tempo como ações em infraestrutura, como direito à saúde pública e na lei 11.445/2007 também como um direito social, porém, essa ideia não é unânime. Devido a essas peculiaridades, Saneamento Básico tem conceito amplo e larga abrangência. No entanto, para a lei de 2007, considera-se que o saneamento básico quatro serviços: abastecimento de água potável; esgotamento sanitário; limpeza urbana e manejo de resíduos sólidos e drenagem das águas pluviais urbanas.

Mediante a análise da Lei nº 11.445/2007 e seu decreto regulamentador, é visível que os elementos essenciais para que os quatro serviços do saneamento básico sejam implementados (1- abastecimento de água, 2- esgoto sanitário, 3- gestão de resíduos sólidos e 4- drenagem urbana) são o planejamento, a regulação, a fiscalização e o controle social. São justamente nesses elementos essenciais que o Ministério Público deve focar seu trabalho com o objetivo de garantir que os municípios do Estado do Tocantins implementem ações que garantam a prestação de serviço com qualidade, a preços justos e orientando-se pelos princípios básicos da universalidade, integralidade e equidade.

Análise dos Planos de Resíduos Sólidos dos municípios do Tocantins

Foram analisados 84 Planos Municipais de Gerenciamento Integrado de resíduos Sólidos (PMGIRS) enviados ao CAOMA pelos gestores dos municípios. As análises foram parametrizadas com os 19 requisitos mínimos exigidos pelo decreto nº

7.404/2010, regulamentador da Lei 12.305/2010 (Política Nacional de Resíduos Sólidos) e seu decreto regulamentador nº 7.404/2010. Num contexto amplo, pode-se concluir que os planos apresentam uma grande fragilidade na definição das metas, fonte de recursos financeiros para implementação de atividades, capacidade técnica de pessoal, projetos em andamento, dentre outros. Isso tudo remete ao papel determinante deste Parquet em interferir/obrigar aos gestores dos municípios em tornar seus planos mais factíveis, passando pela necessidade da reformulação, de forma a garantir um meio ambiente saudável e oferecer ao cidadão melhor qualidade de vida.

Apresentamos, ainda, o comparativo das realizações do CAOMA nos anos de 2010 a 2015.

Tabela 5.1.12.4.1 – Outras atuações realizadas pelo CAOMA, período de 2010/2015

Atividades Finalísticas	Quantidade					
	2010	2011	2012	2013	2014	2015
Vistorias	132	123	65	54	59	28
Viagens	-	-	-	-	28	09
Relatórios	90	179	45	75	49	47
Pareceres	11	15	10	31	30	56
Mapas e Croquis	135	262	68	119	127	50
Processos de Acompanhamento	144	98	60	23	-	-
Demandas de Loteamentos	-	-	-	-	21	-
Promoção de Eventos						
Seminário	2	0	0	34	-	-
Oficinas	4	1	2	11	-	-
Cursos	-	-	1	2	1	-
Pesquisas	4	0	1	2	-	-
Reuniões	-	-	-	-	26	32
Participação em Eventos						
Audiências Públicas	4	2	4	15	4	2
Reuniões	110	79	25	287	62	-
Cursos	2	5	6	192	3	-
Oficinas	2	2	0	21	2	2
Seminários, Fóruns, Conferências e Encontros	14	13	2	20	12	6
Atividades Meio						
Ofícios						
Expedidos	181	231	175	93	171	-

Atividades Finalísticas	Quantidade					
	2010	2011	2012	2013	2014	2015
Recebidos	218	199	158	25	220	-
Ofícios Circulares						
Expedidos	-	-	-	-	8	-
Recebidos	-	-	-	-	29	-
Memorandos						
Expedidos	130	122	113	93	94	-
Recebidos	22	28	26	25	23	-
E-mail						
Expedidos	225	271	849	354	489	-
Recebidos	428	587	605	695	834	-

Fonte: Centro de Apoio operacional de Urbanismo, Habitacional e Meio Ambiente – CAOMA

5.1.12.5 Êxitos do Centro de Apoio Operacional da Infância e Juventude - CAOPIJ

O trabalho desenvolvido pelo CAOPIJ encontra-se organizado a partir de eixos estruturantes, quais sejam:

a) atuação, que se refere principalmente à produção técnica elaborada pela equipe do CAOPIJ neste período de gestão e ao desenvolvimento cotidiano das atividades-fim, que é o atendimento e o apoio direto e indireto aos Promotores de Justiça da Infância e Juventude;

b) incidência institucional, referente à gestão política dos temas afetos a infância e juventude no Estado; e

c) participação em espaços de formação e articulação de políticas públicas para infância e juventude, considerados fundamentais para ampliação do conhecimento, articulação institucional e principalmente para o correto assessoramento das Promotorias da Infância e Juventude.

Realização do I ciclo de debates sobre educação infantil e atuação do Ministério Público do Tocantins

Ocorreu no dia 18 de setembro, o “I Ciclo de Debates sobre Educação Infantil e Atuação do Ministério Público”. O evento foi realizado na sede do Ministério Público

Estadual (MPE), em Palmas, e reuniu prefeitos, secretários municipais de educação, conselhos de educação e outras entidades representativas, além de integrantes do MPE, que discutiram o cumprimento da obrigatoriedade da matrícula de crianças entre 4 e 5 anos no ensino infantil, a partir de 2016, conforme dispõe a Lei n. 12.796 de 2013.

Palestraram no evento a psicóloga Ely Harawasa, técnica da Fundação Maria Cecília Souto Vidigal, que abordou o tema “Qualidade na oferta da Educação Infantil - Primeira Infância em Debate”. Antônia Maria da Silva, auditora federal de controle externo do Tribunal de Contas da União/TCU, discutiu os “Programas do governo federal para captação de recursos financeiros para a Educação Básica: Proinfância, Brasil Carinhoso, PNAE, PNATE, FUNDEB”. Por fim, a Promotora de Justiça do Ministério Público do Rio Grande do Sul, Ana Cristina Ferrareze Cirne, que abordou o tema “A atuação do Ministério Público para garantia de vagas na Educação Infantil – litigância estratégica”

Avaliado com sucesso, o I Ciclo de Debates sobre Educação Infantil e Atuação do Ministério Público foi encerrado com a apresentação de um panorama das ações estratégicas que o Centro de Apoio Operacional às Promotorias da Infância e da Juventude vem desenvolvendo na defesa da Educação Infantil de qualidade e a apresentação de um levantamento realizado pelo CAOPIJ, que apontou que muitas cidades tocantinenses ainda possuem deficit na oferta de vagas em creches e pré-escolas para crianças entre 4 e 5 anos.

Apoio operacional ao processo de eleição unificada para conselheiros tutelares no Tocantins

Visando subsidiar a realização das Eleições Unificadas de Conselheiros Tutelares, no dia 04 de outubro do corrente ano, o CAOPIJ articulou várias reuniões, com destaque para a reunião com Tribunal Regional Eleitoral (TRE), que garantiu a disponibilização de urnas eletrônicas para os municípios de maior porte e urnas de lona para os demais municípios tocantinenses. Outra importante reunião ocorreu entre o Subprocurador-Geral de Justiça, José Omar de Almeida Júnior, o Presidente da Associação Tocantinense do Ministério Público (ATMP), Luciano Casaroti e o Presidente do Tribunal do Justiça, Ronaldo Eurípedes, para assegurar a disponibilização de servidores do TJ para trabalharem no dia das eleições. Foram expedidas ainda, recomendações aos Promotores de Justiça, orientando-os a verificar se os Conselhos

Municipais dos Direitos da Criança e do Adolescente (CMDCA) de suas comarcas expediram norma disciplinando sobre as condutas vedadas aos candidatos e aos seus respectivos fiscais.

As normas deveriam disciplinar as condutas proibitivas tanto durante o processo de campanha eleitoral, quanto na etapa de apuração dos votos, sendo obrigação dos CMDCA expedir-las, segundo estabelece a Resolução nº 170 do Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente (Conanda), em seu artigo 7º. O CAOPIJ expediu, ainda, recomendação para que prefeitos e presidentes de Conselhos Municipais dos Direitos da Criança e do Adolescente (CMDCA) realizassem a seleção e o preparo dos mesários e presidentes de mesa que atuariam durante a Eleição.

Além destas ações, o CAOPIJ, em parceria com a Assessoria de Comunicação do Ministério Público, produziu uma série de materiais de comunicação sobre o tema, como dicas e orientações, perguntas e respostas, e panfletos que orientam candidatos e comunidade sobre todo o Processo de Eleições Unificadas para Conselheiros Tutelares.

Realização de inspeção em Unidades de Acolhimento Institucional

Atendendo a solicitação dos Promotores de Justiça, a equipe do CAOPIJ realizou trabalho de inspeção na unidade de acolhimento institucional Sementinhas de Amor, da Comunidade Sementes do Verbo, Casa de Acolhimento Menina dos Olhos de Deus e na Casa de Acolhida de Palmas.

Realização de vistoria no CASE de Palmas

Atendendo a pedido da 20ª Promotoria de Justiça de Palmas, a Analista Ministerial Especializada em Serviço Social do CAOPIJ realizou trabalho de fiscalização nas Unidades de Semiliberdade Masculina de Palmas, em conformidade com que determina a Resolução CNMP nº 67/2011, art. 1º, § 2º. A fiscalização buscou identificar entre outras coisas, a existência de:

- a. projeto político pedagógico;
- b. regimento interno;
- c. plano de segurança e manejo de conflitos e fugas;

d. Termo de convênio/parceria com SESC, SENAI e PRONATEC para formação profissional dos adolescentes;

e. declaração de matrícula e frequência nos cursos profissionalizantes, nas atividades escolares e no CRAS(por adolescente);

f. termo de convênio e/ou parceria com a rede local e territorial de proteção social dos adolescentes e das famílias;

g. plano de ação direcionado para os egressos do regime de semiliberdade;

h. plano de ação conjunta entre as unidades: CEIP, CASE e Semiliberdade.

Realização de levantamento sobre déficit de vagas na educação infantil nos municípios tocantinenses

A equipe do CAOPIJ fez um levantamento do déficit de vagas em creches e pré-escolas tocantinenses, que foi disponibilizado aos Promotores de Justiça, com o fito de auxiliá-los na atuação em defesa dos direitos de crianças e adolescentes, com destaque para o direito à educação.

O estudo foi realizado a partir de levantamento na base de dados do DATASUS/2012 e do INEP/2014, a partir da estimativa da população com idade de creche (0-3 anos) e de pré-escola (4-5 anos), bem como do número de matrículas realizadas na educação infantil, extraída do INEP/Censo Escolar 2014. A íntegra do estudo encontra-se disponibilizada no endereço eletrônico: <https://mpto.mp.br/web/caop-da-infancia-e-juventude/#page>.

Elaboração de pareceres técnicos

No ano de 2015, atendendo às demandas dos Promotores de Justiça, o CAOPIJ produziu 07 pareceres técnicos versando sobre: 1) Processo de Contratação de OSCIP para Operacionalização de Programa Complementar às Ações de Educação, sob gestão da Secretaria Municipal de Educação e do Termo de Parceria 02/2014 celebrado entre a Secretaria Municipal de Educação de Palmas e o Instituto Socioeducativo Solidariedade; 2) Atividades desempenhadas pela Associação de Mediação de Adoção

Internacional- AMAI, sediada em Palmas; 3) Apostilamento no Sistema de Ensino de Porto Nacional; 4) Irregularidades no Edital para Eleições de Conselho Tutelar em Gurupi; 5) Irregularidade no Processo Eleitoral de Eleição para Conselho Tutelar de Porto Nacional; 6) Parecer sobre procedimento de matrícula adotado pela Secretaria Municipal de Educação de Gurupi; 7). Parecer com fundamentação sobre manutenção do serviço de apoio escolar especializado para deficientes em Araguaína; e, 8) parecer sobre utilização de recursos do FIA para ampliação de salas em creche.

Orientação para acompanhamento e implementação dos planos municipais de educação

O CAOPIJ enviou ofícios aos promotores de Justiça que têm atribuição na área da Infância e Juventude, com orientações para a atuação institucional visando à implementação ou adequação dos planos municipais de educação às diretrizes instituídas pela Lei 13.005/2014, que aprovou o Plano Nacional de Educação (PNE).

Estes Planos deveriam conter metas e objetivos estabelecidos a partir de um diagnóstico sobre a realidade dos sistemas de ensino.

Objetivando auxiliar o trabalho de acompanhamento e fiscalização dos Promotores de Justiça e assegurar a implementação dos Planos Municipais de Educação no prazo previsto legalmente, a equipe do CAOPIJ realizou um levantamento de dados sobre o desenvolvimento das ações que visavam o efetivo cumprimento do disposto na Lei nº 13.005 em cada município tocantinense, disponibilizando o resultado do levantamento na página do CAOPIJ.

Realização de vistorias educacionais

Em razão das dificuldades financeiras/orçamentárias, o CAOPIJ realizou apenas duas das quatorze vistorias educacionais inicialmente previstas para ocorrer no ano de 2015. No período entre os dias 05 e 10 de abril foi realizada vistoria educacional em Nova Rosalândia-TO e no período de 08 e 12 de junho do corrente ano, a equipe do CAOPIJ realizou vistoria educacional em 14 unidades escolares, urbanas e rurais,

localizadas no município de Filadélfia-TO.

O trabalho se orientou em 04 eixos: a) Infraestrutura; b) Materiais Didático-pedagógicos e Formação dos Educadores; c) Transporte Escolar; e d) Merenda Escolar. O resultado apontou para um profundo descaso do Poder Público com o direito de crianças e adolescentes a uma educação pública de qualidade.

Entre outras, as irregularidades mais frequentes encontradas nas vistorias estavam relacionadas a:

I. Não atendimento à demanda por Educação Infantil e ao disposto nas diretrizes que orientam a sua oferta e implementação.

II. Oferta inadequada do Ensino Fundamental de 09 anos, evidenciado através de adaptações precárias e grosseiras dos espaços transformados em salas de aulas destinadas às crianças de 06 anos, bem como aos alunos do 9º ano, e, pela ausência de novas construções ou aquisição de equipamentos para o atendimento a essas crianças e adolescentes.

III. Absoluto descumprimento da legislação no que se refere à qualidade do transporte escolar para estudantes, caracterizado pelo não atendimento ao que preconiza o Código de Trânsito Brasileiro (ver arts.136 e 138 do CTB).

IV. Inexistência ou mal funcionamento dos Conselhos Municipais de Educação e/ou Conselhos de Acompanhamento e Controle Social do FUNDEB, ficando evidente nos Conselhos existentes o desconhecimento de sua função social e das atribuições afetas aos seus membros, bem como desconhecimento da existência dos Conselhos e /ou dos seus representantes pela comunidade escolar.

V. Precárias condições, na maioria das escolas, da oferta regular da merenda escolar, de armazenamento e beneficiamento da alimentação escolar, bem como a falta de capacitação das merendeiras e não utilização de produtos da agricultura familiar local, evidenciando o não cumprimento da Lei 11.947/2007, que dispõe sobre o atendimento da alimentação escolar aos alunos da Educação Básica (ver artigo 2º da Lei 11.947/2007).

VI. A absoluta precariedade de infraestrutura das escolas na zona rural, expressa na péssimas condições da estrutura física, na ausência de equipamentos, de material didático-pedagógico e desportivo, de materiais de higiene e, ainda, de recursos humanos qualificados, bem como na inexistência de Projetos Políticos Pedagógicos que contemplem as especificidades da Educação do Campo; representando uma violação sem precedentes do direito de crianças e adolescentes que vivem no campo à educação pública, gratuita e de qualidade, conforme explicita nossa CF/88 e outras normas legais, a exemplo da Lei 9.394/96 e das Diretrizes Operacionais para Educação do Campo (ver RESOLUÇÃO Nº 2, DE 28 DE ABRIL DE 2008 da CEBA do CNE).

VII. Falta de planejamento estratégico e má qualidade dos serviços relacionados à gestão de pessoas, à gestão financeira e à gestão pedagógica das escolas, repercutindo, de forma negativa, diretamente no processo de ensino-aprendizagem.

Encaminhamento de relatório de vistoria do DETRAN em transporte escolar nos municípios tocantinenses.

A pedido da Coordenação do Centro de Apoio Operacional às Promotorias da Infância e Juventude, a direção do Detran enviou ao CAOPIJ calendário de Vistorias do Transporte Escolar, referentes ao 1º e ao 2º semestre de 2015, que foi encaminhado aos Promotores de Justiça da Infância e Juventude a fim de que estes pudessem acompanhar a realização das vistorias em seus respectivos municípios de atuação.

Boletins informativos

Em face da crescente demanda na área da Infância e Juventude e do importante papel incumbido ao Ministério Público de fiscalizar a execução de ações para o cumprimento dos direitos estabelecidos no Estatuto da Criança e do Adolescente, o CAOPIJ vem elaborando seu Boletim Informativo.

Os Boletins, divulgados em formato eletrônico bimestralmente, são destinados aos Promotores de Justiça e demais agentes do Sistema de Garantias dos Direitos de

Crianças e Adolescentes.

Neste ano, foram publicadas as edições XII, XIII, XIV, XV e XVI, trazendo como conteúdos os destaques de atuação na área da infância e juventude, matérias de relevância sobre infância, juventude e educação noticiadas em âmbito nacional, seção de notícias com atuação da Coordenação do CAOPIJ e dos Promotores de Justiça, participação em eventos e atividades afins à área da Infância e Juventude e jurisprudências.

Kits Operacionais

A equipe do CAOPIJ formatou Kits Operacionais destinados à atuação do Promotor de Justiça nas áreas elencadas por estes como prioritárias, quais sejam: Medidas Socioeducativas em Meio Aberto, Educação e Conselhos de Direitos. Cada Kit operacional dispõe de, pelo menos, quatro modelos de peças processuais: Notificação Recomendatória, Portaria de Instauração de Inquérito Civil, Termo de Ajustamento de Conduta e Ação Civil Pública. Os Kits operacionais estão disponíveis no site do CAOPIJ.

Site do CAOPIJ

A equipe do CAOPIJ, em parceria com o Departamento de Tecnologia da Informação, faz constante atualização da página do órgão, a qual foi estruturada a partir da Política de Atendimento da Criança e Adolescente, disposta no Estatuto da Criança e do Adolescente. Nela estão disponibilizadas notícias, peças processuais judiciais e extrajudiciais, jurisprudências, doutrinas, kits operacionais de atuação, links relacionados, os boletins informativos e demais produções do CAOPIJ como notas técnicas e planilhas temáticas, estudos e pesquisas e ainda notícias importantes na área da infância e juventude pública em veículos de comunicação, locais e nacionais.

Atendimentos Diretos pela equipe do CAOPIJ

No período de janeiro a setembro de 2015, foram realizados, aproximadamente, 500 atendimentos diretos, via telefone, aos Promotores de Justiça,

Prefeituras, Conselhos Municipais de Direitos, Conselhos Tutelares, Centros de Referência da Assistência Social, e comunidade.

Reuniões da COPEIJ e da SDH

Desde 2014, a COPEIJ vem discutindo com a SDH/PR uma forma de capacitar os novos conselheiros. Dessas reuniões, resultou o acordo em que a SDH comprometeu-se em oferecer formação básica e específica, com carga horária de 200 horas para o público mencionado, que se iniciará apenas no ano de 2016.

Participação na Escola de Conselhos da UNITINS

Em outra frente de capacitação, o CAOPIJ entrou em contato com a Escola de Conselhos da UNITINS, visando assegurar o cumprimento do Edital e do Calendário do Processo de Escolha, que continham prazos específicos para a capacitação dos novos conselheiros ainda no ano de 2015.

Participação em espaços de formação e articulação de políticas públicas para Infância e Juventude

- Participação no Seminário Jurídico sobre Redução da Maioridade Penal realizado pela OAB/TO;
- Participação de servidora do CAOPIJ em reunião sobre Regionalização dos Serviços de Média e Alta complexidade do Sistema Único de Assistência Social;
- Participação na Audiência Estadual de Educação do Tocantins;
- Participação no Seminário sobre Direitos Sexuais de Crianças;
- Reunião no Grupo Jaime Câmara sobre o Processo de Eleição Unificada para Conselheiros Tutelares;
- Participação nas reuniões do Grupo Estadual de Fortalecimento dos Conselhos Escolares;
- Participação em Seminário sobre atendimento às crianças e adolescentes em situação de violência sexual em Pedro Afonso; e

- Participação em Debate sobre Financiamento da Educação e Base Nacional Comum.

Em resumo, as realizações do CAOPIJ, no decorrer de 2015, estão expostas na tabela 5.1.12.5.1

Tabela 5.1.12.5.1 – Realizações CAOPIJ, em 2015.

Atividades Finalísticas	
Tipo de Atividade	Quantidade
Notas Técnicas	-
Pareceres	08
Relatórios (encaminhados aos Promotores de Justiça)	26
Vistorias na rede Municipal de Educação/unidades escolares	19
Inspeção na rede acolhimento(entidades públicas e da sociedade civil organizada)	07
Inspeção no sistema socioeducativo	06
Inspeção nos Centros de Referência da Assistência Social	11
Promoção de eventos	01
Seminário	01
Pesquisas – Planos Municipais de Educação	01
Pesquisa – Déficit de vagas na rede municipal de educação de Palmas	01
Pesquisa – Déficit de vagas em creches e pré-escolas nos municípios tocaninenses	01
Pesquisa – Situação dos CMDCA's (atualização)	01
Participações em Eventos	08
Audiências públicas	03
Atividades meio	
Ofícios	
Expedidos	103
Recebidos	154
Monitoramento de Denúncias do Disque Direitos Humanos(disque 100)	201

Fonte: CAOPIJ

5.1.12.6 Êxitos do Conselho Superior do Ministério Público

O Conselho Superior do Ministério Público é órgão que compõe a Administração Superior do MPE. estando afetos à sua competência os assuntos da carreira dos Membros do MPE.

As sessões ordinárias são realizadas na segunda quinta-feira de cada mês, ou

no primeiro dia útil subsequente, às 10 horas, na sede da Procuradoria-Geral de Justiça. As sessões são públicas e transmitidas pela internet por meio do sítio do MPE, salvo quando contemplam matérias que envolvam análise de procedimento administrativo ou outra que, por sua natureza, reclame sigilo.

Informamos, na tabela a seguir, o comparativo de atuação do Conselho Superior do Ministério Público no período 2013/2015:

Tabela 5.1.12.6.1 – Atividades do Conselho Superior 2013/2015

Atividades do Conselho Superior			
Descrição das atividades	2013	2014	2015
Atos	23	42	28
Circulares	04	02	03
Editais de Apoio Institucional Cumulativo	-	01	01
Editais de Substituição Cumulativa Promotor de Justiça	04	02	01
Editais de Substituição Cumulativa Procurador de Justiça	01	-	-
Editais de auxílio nas sessões do júri popular	01	-	-
Editais de Remoção/Promoção Publicados	24	46	27
Editais de Remoção/Promoção Julgados	-	-	36
Extrato de Atas Ordinárias	10	10	09
Extrato de Atas Extraordinárias	06	04	05
Feitos autuados	256	360	570
Feitos julgados	234	220	428
Editais de Intimação	-	-	541
Memorandos	198	207	258
Ofícios	238	258	375
Pautas Ordinárias	10	10	10
Pautas Extraordinárias	06	04	05
Remoção por permuta	01	01	
Resoluções	08	09	10
Recomendações	02	-	-
Sessões Ordinárias	10	10	10
Sessões Extraordinárias	06	04	05
Súmulas	10	-	10
Registros de comunicações de instauração de Procedimentos Preparatórios, Administrativos e Notícias de Fato	-	-	1068
Registros de comunicações de instauração de Inquérito Civil Públicos	-	-	720
Encaminhamento de extratos de portarias de instauração de Inquérito Civil Público, para publicação.	-	-	707
Audiências de instrução de processos	-	-	50
Procedimentos Administrativos - (Requerimentos, Concursos e PADs) finalizados	-	-	46

Fonte: Conselho Superior do Ministério

5.1.12.7 Êxitos dos Cartórios de Distribuição de 1ª e 2ª Instâncias

O Cartório de Distribuição das Promotorias de Justiça tem por objetivo primordial dar apoio técnico e administrativo aos membros na execução de notificações e encaminhamentos de documentos oriundos do Gabinete da Procuradoria-Geral de Justiça, Promotorias de Justiça, Centros de Apoio – CAOPS e, atualmente, no caso do Cartório de 1ª Instância, documentos da área administrativa.

O trabalho é regulamentado através do Ato nº 082/2013, que dispõe sobre autuação, movimentação e conclusão dos processos administrativos da Procuradoria-Geral de Justiça.

Apresentamos, a seguir, os resultados da atuação dos Cartórios de 2ª e de 1ª instância no ano de 2015:

Tabela 5.1.12.7.1 – Atividades do Cartório de Distribuição 2ª Instância 2013/2015

Descrição	2013	2014	2015
Ofícios	02	02	00
Memorandos	35	54	459
Certidões	07	19	01
Relatório Processual	290	280	300
Pautas cíveis e criminais	180	178	178
Distribuição de Processos	5.621	6.836	9.821
Guias de tramitação	8.612	9.005	8.871

Fonte: Cartório de Distribuição – 2ª Instância

Tabela 5.1.12.7.2 – Atividades do Cartório de Distribuição 1ª Instância 2013/2015

Descrição	2013	2014	2015
Notícia de Fato	606	726	898
Procedimento Preparatório	82	379	178
Procedimento Administrativo	12	05	08
Inquérito Civil Público	03	05	28
Carta Precatória	03	03	10
Certidões	-	18	41
Autos Judiciais Físicos encaminhados	-	7.179	312
Lotes de documentos extrajudiciais distribuídos	-	288	282

Fonte: Cartório de Distribuição – 1ª Instância

Cumpram também observar que está vinculado ao Cartório de 1ª Instância o

serviço de diligências, para o qual se apresentam no ano de 2015 os seguintes números:

Tabela 5.1.12.7.3 – Diligências no ano de 2015

Descrição	2014	2015
Número de Diligências (Em unidades)	3.647	4.490

Fonte: Cartório de Distribuição – 1º Instância

6 Programa de Gestão, Manutenção e Serviços ao Estado: 1058 – Gestão e Manutenção do Ministério Público

O programa “1058 – Gestão e Manutenção do Ministério Público” reúne as ações destinadas ao apoio administrativo da Instituição. Produz resultado mediato à sociedade, mas imprescindível à atividade finalística, que se encontra no cerne de seu objetivo. O programa não possui indicador(es), sendo que seu desempenho é intrinsecamente dependente e mensurado a partir dos resultados do programa finalístico que oferece suporte. As ações do programa são atividades que se realizam de modo contínuo e permanente, das quais resultam produtos necessários à manutenção das ações do “Programa Temático 1030 - Justiça”. As despesas alocadas em suas atividades são todas classificadas como custeio, ou seja, pertencem ao grupo 31-Pessoal e Encargos Sociais ou ao grupo 33-Outras Despesas Correntes.

Quadro 6.1 – Atributos do Programa 1058

Denominação:	Gestão e Manutenção do Ministério Público		
Objetivo	Prover os órgãos da Procuradoria-Geral de Justiça dos meios administrativos para a implementação e gestão de seus programas finalísticos.		
Público-Alvo	Membros e Servidores		
Dotação Orçamentária	Inicial: 136.957.885,00	Autorizada: 157.072.619,00	Empenhada: 156.735.432,89

Fonte: SIAFEM

O quadro 6.1 apresenta o objetivo do programa e o resumo de sua execução orçamentária. O orçamento inicial do programa foi definido em R\$ 136.957.885,00, tendo sido suplementado em R\$ 20.114.734,00, acabando por estabelecer, como orçamento autorizado, o montante de R\$ 157.072.619,00. Observa-se ainda que o programa foi executado em 99,78% de sua totalidade, pois a despesa empenhada atingiu o montante de R\$ 156.735.432,89.

As despesas financiadas pelo programa englobam a manutenção de recursos humanos, o suprimento e a infraestrutura de informática, de material e de patrimônio para a sede da Procuradoria-Geral de Justiça e as demais promotorias distribuídas pela Capital e interior do Estado, além dos contratos de limpeza e conservação, locação de imóveis,

manutenção de instalações e equipamentos, serviços de telecomunicações, energia elétrica e a aquisição de material de consumo e expediente, para o abastecimento dos almoxarifados e outros bens afins.

Em relação às alterações orçamentárias ocorridas no programa, créditos adicionais (art. 32 da LDO 2015) e transferências de dotações (art. 34 da LDO 2015), as mesmas estão expostas na Tabela 6.1. Percebe-se que o saldo final no fluxo de créditos recebidos e concedidos ficou positivo em R\$ 20,1 milhões (oriundos de suplementações da Secretaria de Planejamento e Orçamento - SEPLAN), resultado obtido a partir da soma dos grupos pessoal e encargos sociais (R\$ 8.231.700,00) e outras despesas correntes (R\$ 11.883.034,00).

Entre os créditos recebidos, o maior valor foi contabilizado na ação “04.122.1058.2306”, codificação correspondente à atividade de manutenção de auxílios a servidores e membros, no valor de R\$ 9.645.629,00, sendo este utilizado para dar continuidade à política de valorização dos integrantes da Instituição. Em seguida vem a ação “04.122.1058.2294”, que corresponde à atividade de manutenção de recursos humanos, no valor de R\$ 8.231.700,00. A adição do recurso visou assegurar a pontualidade de todas as folhas de pagamento aos integrantes da Instituição.

Tabela 6.1 – Alterações Orçamentárias do Programa 1058

Natureza da Movimentação de Crédito		Classificação da Ação	Grupo de Despesas		
			Pessoal e Encargos Sociais	Outras Despesas Correntes	Investimentos
Movimentação	Concedidos	04.122.1058.2333	-	-1.198.281,00	-
		04.122.1058.2418	-	-138.950,00	-
		04.122.1058.2434	-	-22.348,00	-
		04.126.1058.2380	-	-313.672,00	-
	Subtotal	-	0,00	1.1673.251,00	0,00
	Recebidos	04.122.1058.2294	8.231.700,00	-	-
		04.122.1058.2306	-	9.645.629,00	-
		04.122.1058.6015	-	3.910.656,00	-
	Subtotal	-	8.231.700,00	13.556.285,00	0,00
	Total	-	8.231.700,00	13.556.285,00	0,00

Fonte: SIAFEM

Apresentado o programa e as alterações de seu orçamento, passemos ao detalhamento das ações que o compõe. É através destas, que o Ministério Público do Estado do Tocantins prover os meios à implementação e gestão do programa “1030-Justiça”. O programa “1058 – Gestão e Manutenção do Ministério Público” é formado por 7 ações, sendo todas classificadas como atividades.

6.1 Ações do programa 1058 - gestão e manutenção do Ministério Público

6.1.1 Ação 2294: Manutenção de recursos humanos

Quadro 6.1.1.1 – Resumo da ação 2294

Título	2294 – Manutenção de Recursos Humanos			
Financeiro (Valor em R\$ 1,00)				
Dotação inicial (A)	Dotação autorizada (B)	Empenhado (C)	Liquidado (D)	%(C/B)= E
111.049.948,00	119.281.648,00	119.047.364,10	119.047.364,10	99,80

Fonte: SIAFEM

Em consonância com as diretrizes estabelecidas para o objetivo estratégico “atrair e manter talentos”, a Procuradoria-Geral de Justiça vem envidando esforços para manter a política de valorização do quadro técnico, via revisão anual, conforme previsão constitucional. O objetivo da revisão geral anual é atualizar as remunerações de modo a “acompanhar a evolução do poder aquisitivo da moeda”, isto significa recompor perdas de vencimentos num determinado período.

Portanto, ao longo dos sete últimos anos, a Procuradoria-Geral de Justiça tem respeitado o princípio da revisão anual da remuneração dos servidores do Ministério Público do Estado (MPE). Mas tem ido além, procurando cobrir os índices inflacionários para proporcionar ganhos reais ao pessoal.

Segue, abaixo, o comparativo de revisões implementadas nos anos de 2009 a 2015, conforme tabela 6.1.1.1, revisões anuais de 2009 a 2015:

Tabela 6.1.1.1 – Revisões anuais de 2009 a 2015 (em %)

Ano	Mês	Percentual	INPC*
2009	Maio	8,00	6,25
2010		5,00	4,77
2011		7,00	6,36
2012		7,5%**	5,47
2013		7,00	6,77
2014		5,70	5,38
2015		7,95	7,67

Fonte: Departamento de Recursos Humanos

*Índice Nacional de Preços ao Consumidor – INPC

**Aprovação do novo PCCR.

A partir de maio de 2015, os servidores administrativos do Ministério Público Estadual (MPE) foram contemplados com o reajuste de 7,95% nos subsídios. Este percentual também foi estendido aos servidores aposentados e pensionistas e incluído no contracheque pelo Instituto de Gestão Previdenciária (IGEPREV).

O aumento de 7,95% equivale a um aumento real de 0,28% acima do Índice Nacional de Preços ao Consumidor (INPC), em 7,67%, acumulado de 12 meses e encerrado em fevereiro. Seguindo a política de valorização salarial dos servidores administrativos do Ministério Público Estadual (MPE), este é o sétimo ano consecutivo que a instituição reajusta o salário dos servidores acima da inflação, conforme, tabela acima.

A revisão anual está prevista na parte final do inciso X do art. 37 da Constituição da República, e reflete, também, a preocupação do órgão em manter motivado o quadro técnico, a fim de otimizar sua atuação finalística, o que se refletiu em aumentos sucessivos de sua produção. Este fator, porém, encontra limites, principalmente em períodos de baixo crescimento da arrecadação estadual, fato que pode fazer com que o MPE tenha que reduzir ou frear seu crescimento em recursos humanos para se adequar à nova realidade das finanças públicas do Estado.

Quanto à carreira de apoio, houve uma variação negativa de 0,22% sobre o total existente, no decorrer do exercício, conforme demonstrado na Tabela 6.1.1.2 –

Carreira de apoio:

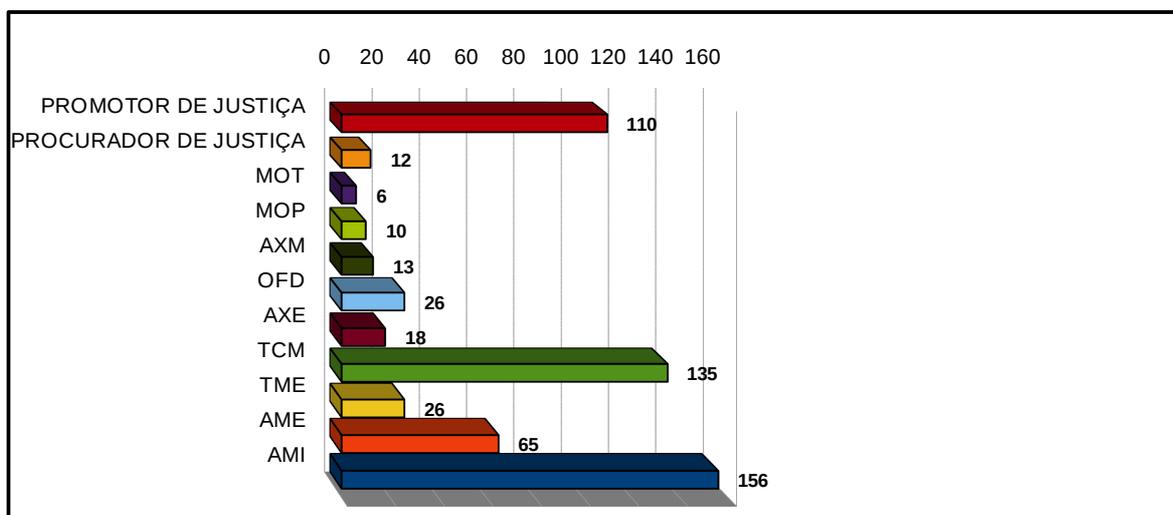
Tabela 6.1.1.2 – Carreira de apoio em 31/12/2014

Nível Funcional	Existente 2014	Em atividade (Promotorias e Procuradoria-Geral de Justiça)	Existente 2015	Em atividade (Promotorias e Procuradoria-Geral de Justiça)	Var (%)
AME – Analista Ministerial Especializado	65	58	64	57	-1,54
AMI – Analista Ministerial	156	147	154	141	-1,28
AXE – Auxiliar Ministerial Especializado	18	16	18	16	0,00
AXM – Auxiliar Ministerial	13	13	13	13	0,00
MOP – Motorista Profissional	10	10	10	10	0,00
MOT - Motorista	6	6	6	5	0,00
OFD – Oficial de Diligências	26	26	24	24	-7,69
TCM – Técnico Ministerial	135	126	137	127	1,48
TME – Técnico Ministerial Especializado	26	25	28	26	7,69
TOTAL	455	427	454	419	-0,22
Legenda: AME – Analista Ministerial Especializado; AMI – Analista Ministerial; AXE – Auxiliar Ministerial; AXM – Auxiliar Ministerial Especializado; MOP – Motorista Profissional; OFD – Oficial de Diligências; TCM – Técnico Ministerial e TME – Técnico Ministerial Especializado.					

Fonte: Folha de Pagamento. *(inclusive licenciados e afastados)

Atualmente, o Ministério Público do Tocantins conta com 626 colaboradores (membros e servidores), a carreira de apoio contempla 454 servidores efetivos (72,52%) do total, conforme tabela acima. Destes, 218 (duzentos e dezoito), correspondente ao percentual de 48,02% do quadro efetivo, lotados nas áreas de apoio e finalística, têm curso superior, fato que denota o alto grau de especialização no quadro de pessoal desta Instituição, conforme demonstrado na tabela 6.1.1.3.

Gráfico 6.1.1.1 – Quantidade de Cargos em 2015



Fonte: Folha de Pagamento.

Tabela 6.1.1.3 – Distribuição de servidores efetivos por nível de escolaridade 2009 – 2015 (Carreira de apoio) (em unid.)

Nível de Escolaridade	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015
Fundamental	36	37	37	37	37	37	37
Médio	138	158	152	180	190	197	199
Superior Completo	145	192	202	220	221	221	218
Total	319	387	391	437	448	455	454

Fonte: Departamento de Recursos Humanos

Em relação à rotatividade de membros e servidores, o balanço entre o ingresso de novos integrantes, via concurso; e as baixas, por exoneração ou inatividade; comprovam o aumento na força de trabalho do Ministério Público, com um saldo negativo de 01 (um) integrante.

Segue, abaixo, o comparativo das movimentações de servidores nos anos de 2009 a 2015, conforme tabela a seguir:

Tabela 6.1.1.4 – Movimentação de servidores 2009 – 2015 (em unid.)

Descrição	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015
Posse	20	91	15	58	33	28	11
Exoneração/inatividade	19	21	13	17	25	19	12
Saldo	1	70	2	41	8	9	-1

Fonte: Folha de Pagamento.

Tabela 6.1.1.5 – Distribuição de servidores comissionados 2009 – 2015 (em unid.)

Descrição	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015
Efetivos do MPE	56	53	63	63	64	71	77
Efetivos requisitados	13	13	11	11	17	21	17
Exclusivamente comissionados	35	38	42	42	36	41	40

Fonte: Departamento de Recursos Humanos

Portanto, para atingir sua missão institucional de “Ser reconhecida como instituição essencial à defesa da ordem jurídica, do regime democrático e dos interesses sociais e individuais indisponíveis”, em 2015, a Procuradoria-Geral de Justiça contava com 419 servidores efetivos, 122 membros (Procuradores e Promotores de Justiça), 45 servidores requisitados e 40 servidores exclusivamente comissionados, totalizando 626⁹ integrantes. Segue, abaixo, o comparativo das movimentações de servidores em 2015:

Tabela 6.1.1.6 – Movimentação de membros e servidores em 2015 (em unid.)

Nível Funcional	Existente 31/12/2014	Movimentação					Existente 31/12/2015*
		Nomeados	Exonerados	Aposent/ Falecidos	Promovidos	Cedidos/ Licenciados	
Procuradores	12	0	0	0	0	0	12
Promotores	106	5	1	0	0	0	110
Servidores	455	11	11	1	0	35	419
Comissionados	41	8	9	0	0	0	40
Requisitados	37	8	0	0	0	0	45

Fonte: Departamento de recursos humanos

*exclusive cedidos, licenciados e afastados.

No final do exercício de 2015, o Colégio de Procuradores de Justiça deu posse a cinco novos Promotores de Justiça Substitutos. O ingresso destes membros na carreira

⁹ Exclusive cedidos, licenciados e afastados.

vêm reforçar o quadro do Ministério Público Estadual, visando atuação em defesa dos direitos dos cidadãos tocantinenses.

As tabelas anteriores demonstram as informações relativas à gestão de recursos humanos, possibilitando uma análise comparativa da gestão do quadro de pessoal em relação às dimensões operacional e estratégica da unidade. As informações estão estruturadas de maneira que são observadas a composição, a rotatividade e o grau de escolaridade do quadro de recursos humanos, sejam eles efetivos, comissionados ou terceirizados.

Segue abaixo, o comparativo de despesa com pessoal *versus* receita corrente líquida relativo aos anos de 2009 a 2015, conforme tabela a seguir:

Tabela 6.1.1.7 - Evolução de Despesa de Pessoal 2009-2015.

Ano	Valor da Folha, em (R\$)	Var. Δ Despesa Pessoal, em (%)	Relação Despesa Pessoal/RCL, em (%)
2009	55.961	-	1,64
2010	67.867	21,28	1,75
2011	71.310	5,07	1,57
2012	81.300	14,01	1,63
2013	90.132	10,86	1,69
2014	105.11	16,62	1,63
2015	119.04	13,12	1,83

Fonte: Departamento de Recursos Humanos

Ao analisarmos o comparativo despesa com pessoal do Ministério Público do Estado do Tocantins, verifica-se que não foi atingido nenhum dos limites apurados de 2009 a 2015, obtendo-se o menor percentual em relação à RCL em 2011.

Em relação ao comparativo citado anteriormente, observa-se uma elevação na rubrica de Pessoal, entretanto, os valores absolutos ficaram abaixo do limite prudencial.

Portanto, o Ministério Público do Estado do Tocantins sempre manteve suas

despesas com pessoal bem abaixo dos limites estabelecidos pela LRF, mantendo o percentual apurado em índice menor que 1,90% da RCL nos anos observados. O maior índice apurado foi de 1,83% da RCL no exercício de 2015, Tabela 6.1.1.8, e o menor foi de 1,57% da RCL, no ano de 2011.

Tabela 6.1.1.8 – Limites de Gasto de Pessoal com a LRF, em (R\$)

RGF – ANEXO I (LRF, art. 55, inciso I, alínea "a")

R\$
1,00

DESPESA COM PESSOAL	DESPESA EXECUTADAS (Últimos 12 meses)	
	Liquidadas (a)	Inscritos em restos a pagar não processadas (b)
DESPESA BRUTA COM PESSOAL (I)	118.899.653,88	0,00
Pessoal ativo	118.899.653,88	0,00
Pessoal inativo e pensionista		
Outras despesas de pessoal decorrentes de contratos terceirização (§ 1º do art. 18 da LRF)		
DESPESAS NÃO COMPUTADAS (§ 1º do art. 19 da LRF) (II)	3.494.888,97	0,00
(-) Despesas não computadas (art.19, § 1º da LRF)		
Indenizações por demissão e incentivos à demissão voluntária		
Decorrentes de decisão judicial		
Despesas de exercícios anteriores	3.494.888,97	0,00
Inativos e pensionistas com recursos vinculados		
DESPESA LÍQUIDA COM PESSOAL (III) = (I - II)	115.404.764,91	0,00
DESPESA TOTAL COM PESSOAL – DTP (IV) = (III a + III b)		115.404.764,91
APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DO LIMITE LEGAL		VALOR
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL (V)		6.304.771.944,72
% do DESPESA TOTAL COM PESSOAL – DTP sobre a RCL (VI) = (IV/V)*100		1,83%
LIMITE MÁXIMO (incisos I, II e III, art. 20 da LRF) – 2%		126.095.438,89
LIMITE PRUDENCIAL (parágrafo único, art. 22 da LRF) – 1,90%		119.790.666,95
LIMITE DE ALERTA (inciso II do § 1º do art. 59 da LRF) – 1,80%		113.485.895,00

Fonte: Sistema SIAFEM, Data da emissão 26/01/2016 e hora de emissão 14:23

Nota 1: Durante o exercício, somente as despesas liquidadas são consideradas executadas. No encerramento o exercício, as despesas não liquidadas inscritas em restos a pagar não processados são também consideradas executadas. Dessa forma, para maior transparência, as despesas executadas estão segregadas em:

a) Despesas liquidadas, consideradas aquelas em que houve a entrega do material ou serviço, nos termos do art. 63 da Lei 4.320/64;

b) Despesas empenhadas mas não liquidadas, inscritas em Restos a Pagar não processados, consideradas liquidadas no encerramento do exercício, por força do art.35, inciso II da Lei 4.320/64.

Nota 2: As contribuições patronais referentes ao plano de saúde – PLANSAÚDE, no valor de 147.710,22(cento e quarenta e sete mil, setecentos e dez reais e vinte e dois centavos), não foram consideradas para fins de apuração dos limites de despesa com pessoal por não estarem abrangidas pelo art.18 da LRF, conforme Acórdão TCU nº894/12.

Nota 3: Receita Corrente Líquida Publicada com base em estimativa da Sefaz-TO.

6.1.2 Ação 2306: Manutenção de auxílios a Membros e servidores

Quadro 6.1.2.1 – Resumo da ação 2306

Título		2306 – Manutenção de Auxílios a Membros e Servidores		
Financeiro (Valor em R\$ 1,00)				
Dotação inicial (A)	Dotação autorizada (B)	Empenhado (C)	Liquidado (D)	%(C/B)= E
8.521.100,00	18.166.729,00	18.142.490,07	18.142.490,07	99,87%

Fonte: SIAFEM

Os valores oriundos desta ação foram utilizados para a concessão do auxílio-alimentação, em caráter indenizatório e sob forma de pecúnia, aos membros e servidores ativos, de acordo com ato nº 188/2007, e posteriores alterações, pago na proporção dos dias trabalhados e custeado com recursos do órgão ou entidade de lotação ou exercício do servidor, e pago diretamente, mediante depósito em conta-corrente, até o último dia útil do mês.

Além do auxílio-alimentação, há outra despesa referente a ajuda de custo para moradia, denominada de auxílio- moradia, assegurada aos Membros do Ministério Público do Estado do Tocantins para ajuda de custo com moradia, que deverá ser pago em pecúnia, correspondente a 10% (dez por cento) do subsídio mensal de Promotor de Justiça Substituto. Esta despesa está regulamentada pela Resolução nº 008/2014/CPJ – Colégio de Procuradores, disponível no sítio: <https://mpto.mp.br/web/colégio-de-procuradores/2013/03/05/resolucoes#page>,

Outras despesas custeadas na ação são: Auxílio-funeral devido à família do servidor falecido na atividade, ou aposentado, ou a terceiro que custear, comprovadamente, as despesas com o funeral do ex-servidor; Auxílio-reclusão devido à

família do servidor ou do militar afastado por motivo de prisão; Auxílio-natalidade devido à servidora, cônjuge ou companheiro servidor público ou militar por motivo de nascimento de filho; Auxílio-creche devido ao dependente do servidor.

A partir do ato nº 095/2014, foi estabelecida a concessão do Auxílio especial no âmbito do Ministério Público, no valor de R\$ 250,00, este benefício tem como objetivo oferecer ao dependente com deficiência, assistência adequada com vistas ao desenvolvimento de sua personalidade e sua integração ao âmbito social.

Este auxílio é concedido mediante requerimento, acompanhado de comprovação de deficiência, nos termos do Decreto Federal nº 3.298, de 20 de dezembro de 1999, por meio de Laudo Médico Pericial, visado pela Junta Médica Oficial que atende ao órgão e da declaração escrita da dependência econômico-financeira do dependente.

Também, para que os servidores do Ministério Público Estadual, pais ou mães de crianças de até seis anos de idade, possam se dedicar ao trabalho com maior tranquilidade, tendo condições de deixar seus filhos sob cuidados profissionais, foi instituído em 2011 o auxílio-creche, no valor de R\$ 250,00 por criança. Além dos filhos, o benefício é extensivo aos dependentes.

O fator determinante para justificativa de gastos com esta ação, é política de elevação do auxílio-alimentação, que passou por sucessivos reajustes, ganhando maior importância no orçamento doméstico dos integrantes e proporcionando-lhes mais qualidade de vida. Conforme se observa, na Tabela 6.1.2.1, ocorreu um significativo aumento no valor do auxílio-alimentação nos exercícios de 2010/2015, acarretando o aumento dos gastos com a ação, conforme, a seguir:

Tabela 6.1.2.1 – Evolução do valor auxílio-alimentação 2010-2015.

Ano	Valor do auxílio, em (R\$)	Var. Δ Valor do Auxílio, em (%)	Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA), em (%)
2010	510,00 ¹⁰	-	-
2010	540,00 ¹¹	5,88	4,48

10Abr/2010
11Jan/2011

Ano	Valor do auxílio, em (R\$)	Var. Δ Valor do Auxílio, em (%)	Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA), em (%)
2011	545,00 ¹²	0,93	2,34
2011	600,00 ¹³	10,09	1,32
2012	700,00 ¹⁴	16,67	5,85
2014	800,00 ¹⁵	14,29	9,31
2014	900,00 ¹⁶	12,50	5,68
2015	1.200,00 ¹⁷	33,33	3,21
Acumulado	690,00	135,28	35,29

Fonte: Departamento de Recursos Humanos

6.1.3 Ação 2333: Coordenação e manutenção dos serviços administrativos gerais

Quadro 6.1.3.1 – Resumo da ação

Título		2333 – Coordenação e manutenção dos serviços administrativos gerais		
Recursos Financeiros (Valor em R\$ 1,00)				
Dotação inicial (A)	Dotação autorizada (B)	Empenhado (C)	Liquidado (D)	%(C/B)= E
7.650.000,00	6.451.719,00	6.398.801,93	5.921.697,79	99,18

Fonte: SIAFEM

Durante o ano 2015, foi empenhado o montante de R\$ 6.398.801,93 conforme Quadro 6.1.3, sendo que destes recursos, R\$ 2.149.651,00 foram destinados à alocação de serviços terceirizados (serviços de copa, cozinha, limpeza, manutenção, conservação, jardinagem, serviços gerais e portaria), retratada na tabela 6.1.3.1, distribuída em Promotorias da capital e interior, visando viabilizar a manutenção do órgão.

12Mar/2011
13Jun/2011
14Ago/2012
15Jan/2014
16Mai/2014
17Jan/2015

As despesas de maior vulto financeiro estão relacionadas na tabela 6.1.3.1, e que detalha o comparativo das principais despesas continuadas executadas de 2012 a 2015.

Tabela 6.1.3.1 – Comparativo de despesas 2012 – 2015, em (R\$).

Descrição	Ano, (R\$)			
	2012	2013	2014	2015
Energia elétrica	673.286,40	661.527,49	732.497,64	836.009,00
Locação de imóveis	228.736,20	358.853,35	262.219,41	444.441,00
Serv. de água e esgoto	77.743,17	85.869,43	88.882,86	105.534,00
Serv. de limpeza, higiene e outros.	2.900.252,25	3.122.949,73	3.521.908,74	2.149.651,00
Serviço de manutenção de ar-condicionado	129.814,26	128.340,00	117.645,00	138.124,00
Serv. de manutenção de elevadores	17.550,00	19.500,00	19.500,00	17.507,00
Serv. de postagens	142.288,17	170.057,58	156.289,77	151.238,00
Serv. de telefonia fixa	558.899,57	451.400,00	177.950,11	232.756,00
Serv. de telefonia móvel	24.058,95	15.500,00	11.636,04	16.550,00

Fonte: SIAFEM

Convém destacar que os recursos consignados na presente ação visam atender às despesas administrativas do Ministério Público, sendo as principais relacionadas a energia elétrica, água e esgoto, telefonia, contratos de manutenção, postagens, diárias, suprimentos de fundos, passagens aéreas e terrestres, material de expediente, locação de imóveis, serviços de locação de mão de obra na área de limpeza e higienização e outras obrigações mensais indispensáveis ao bom desempenho das atividade-meio e atividades finalísticas desenvolvidas pelo Ministério Público.

Passando a tratar dos gastos com materiais de consumo, elencamos as principais despesas relacionadas pela Área de Almojarifado, conforme tabela 6.1.3.2:

Tabela 6.1.3.2 – Comparativo despesas materiais de consumo 2013– 2015, em (R\$).

Descrição	Ano, (R\$)		
	2013	2014	2015
Gêneros Alimentícios	125.794,84	74.288,41	63.451,00
Material p/ Manutenção de Bens Imóveis	11.331,25	27.156,46	21.437,00
Materiais de Telecomunicações	5.498,68	11.183,46	5.460,00
Material de acondic. e embalagem	-	-	19.339,00

Materiais de Expediente e Ensino	84.987,96	96.841,12	87.925,00
Outros Materiais de Consumo	61.488,97	103.671,51	103.750,00
Total	478.811,56	523.547,45	301.362,00

Fonte: SIAFEM

Em relação à gestão de bens imóveis de uso especial, segue tabela 6.1.3.3, organizada em três quadros: distribuição espacial de bens imóveis de uso especial de propriedade da Procuradoria-Geral de Justiça; locados de terceiros e bens imóveis cedidos pelo Poder Judiciário do Estado do Tocantins ao Ministério Público.

Tabela 6.1.3.3 – Distribuição espacial dos bens imóveis de uso especial, em 2015.

	Localidades	Situação
	TOCANTINS	Almas
Alvorada		2
Ananás		2
Araguacema		1
Araguaçu		2
Araguaína		3
Araguatins		3
Arapoema		2
Arraias		3
Augustinópolis		2
Aurora do Tocantins		1
Axixá		2
Colinas do Tocantins		3
Colmeia		2
Cristalândia		2
Dianópolis		3
Figueirópolis		1
Filadélfia		1
Formoso do Araguaia		2
Goiatins		2
Guaraí	3	
Gurupi	3	
Itacajá	2	
Itaguatins	2	

	Miracema do Tocantins	3
	Miranorte	3
	Natividade	3
	Novo Acordo	2
	Palmas (Depósito)	2
	Palmas (20ª Promotoria)	1
	Palmas (PGJ e Promotorias)	3
	Palmas (Promotoria Eleitoral)	1
	Palmas (Secretaria Criminal)	1
	Palmas (Juizado Especial Sul)	1
	Palmeirópolis	1
	Paraíso do Tocantins	3
	Paraná	3
	Pedro Afonso	3
	Peixe	3
	Pium	2
	Ponte Alta do Tocantins	2
	Porto Nacional	2
	Taguatinga	3
	Tocantínia	2
	Tocantinópolis	3
	Wanderlândia	2
	Xambioá	2
Total de Prédios Cedidos		10
Total de Prédios Locados		20
Total de Prédios Próprios		17
Legenda: 1 – Cedido 2 – Locado 3 – Próprio		

Fonte: Departamento administrativo

Quanto aos procedimentos licitatórios, no exercício de 2015, a Comissão Permanente de Licitação – CPL procurou alocar rigorosamente as despesas planejadas no Plano Plurianual, assim como obedecer toda a legislação que regulamenta a execução orçamentária das entidades públicas estaduais. Assim, a tabela 6.1.3.4, procura visualizar o comparativo de procedimentos de aquisição no período de 2012 – 2015.

Em 2015 foram processados 39 (trinta e nove) procedimentos licitatórios, dos quais 37 (trinta e sete) foram homologados; 01 (um) foi declarado deserto e 01 (um) está suspenso “sine die” para adequações do Edital. A seguir, o comparativo de procedimentos de aquisições relativos aos anos 2012 a 2015, classificados por modalidade:

Tabela 6.1.3.4 – Procedimentos Licitatórios, Dispensas, Inexigibilidades e outros.

Modalidade	Ano			
	2012	2013	2014	2015
Concorrência	04	02	02	02
Pregão Presencial – Tradicional	23	15	24	05
Pregão Presencial – SRP	24	26	24	27
Pregão Eletrônico – Tradicional	09	07	08	02
Pregão Eletrônico – SRP	01	01	02	03
Dispensa de Licitação	72	76	56	47
Inexigibilidades	19	17	15	06
Suprimento de Fundos	04	04	04	05
Total	156	148	135	97

Fonte: Comissão Permanente de Licitação – CPL

A tabela anterior ilustra os procedimentos de licitação no período 2012 – 2015. Com se percebe a modalidade Pregão se tornou majoritária entre as formas licitadas por esta Instituição, por conferir maior eficiência administrativa, uma vez que produz um resultado mais célere e a custos menores.

Em 2015, foram formalizadas 59 (cinquenta e nove) Atas de Registro de Preços objetivando: aquisição de gêneros alimentícios, materiais de higiene e limpeza, e materiais para copa/cozinha; aquisição de token's e certificações digitais; aquisição de toners; aquisição de materiais odontológicos; aquisição de licenças de software; aquisição de extintores de incêndio e serviços de recarga; aquisição de motores e peças para portão; aquisição de materiais de Informática; aquisição de materiais para o serviço de saúde; aquisição de equipamentos de comunicação, áudio, vídeo, foto, máquinas e utensílios para escritório, eletrodomésticos e móveis para cozinha; aquisição de equipamentos para CFTV; serviços de buffet; aquisição de condicionadores de ar; aquisição de mobiliários; serviços de impressão, fornecimento de materiais gráficos e comunicação visual; aquisição de equipamentos de comunicação (centrais PABX,

terminais inteligentes e telefones); aquisição de tapetes em algodão e capachos; aquisição de persianas; aquisição de bandeiras; aquisição de placas em geral; aquisição de purificadores de água e filtros/refis; serviços de hospedagem e alimentação; aquisição de veículos; aquisição de materiais de manutenção; serviços de passagens aéreas; aquisição de tintas e materiais para pintura; serviços de reforma de cadeiras.

No decorrer de 2015, o MPE não realizou adesões a Atas de Registro de Preços (ARP). Em contrapartida, autorizou 32 (trinta e dois) pedidos de adesão “caronas” à ARPs solicitados pelos órgãos listados a seguir:

Quadro 6.1.3.2 – Autorizações de Atas de Registro de Preços (ARP) a outros órgãos.

Nº Ata	Objeto	Órgão adeso
028/2014	Prestação de serviços de buffet.	Instituto de Desenvolvimento Rural do Estado do Tocantins – RURALTINS.
038/2014	Serviços de reformas de cadeiras, poltronas e longarinas, com fornecimento de peças	Secretaria do Desenvolvimento da Agricultura e Pecuária do Estado do Tocantins – SEAGRO; Departamento Estadual de Trânsito do Estado do Tocantins – DETRAN/TO; Secretaria da Administração do Estado do Tocantins – SECAD; Secretaria da Educação e Cultura do Estado do Tocantins – SEDUC.
053/2014	Fornecimento de passagens aéreas nacionais e internacionais.	Conselho Regional de Contabilidade do Estado do Tocantins – CRC/TO; Secretaria do Desenvolvimento Econômico e Turismo do Estado do Tocantins – SEDETUR/TO; Secretaria do Desenvolvimento Regional, Urbano e Habitação do Estado do Tocantins – SEDRUH/TO; Instituto Agrônomo de Pernambuco – IPA; Procuradoria-Geral do Estado do Tocantins – PGE/TO; Casa Militar do Estado do Tocantins – CAMIL/TO; Departamento Estadual de Trânsito do Estado do Tocantins – DETRAN/TO; Agência Tocantinense de Regulação, Controle e Fiscalização de Serviços Públicos – ATR; Secretaria do Planejamento e Orçamento do Estado do Tocantins – SEPLAN.
054/2014	Serviços de hospedagem e alimentação.	Secretaria do Desenvolvimento Econômico e Turismo do Estado do Tocantins – SEDETUR/TO.
058/2014	Serviços de hospedagem e alimentação.	Controladoria-Geral do Estado do Tocantins – CGE.
059/2014	Aquisição de materiais de expediente e ensino.	Secretaria do Desenvolvimento Econômico e Turismo do Estado do Tocantins – SEDETUR/TO (2 pedidos); Secretaria da Educação e Cultura do Estado do

Nº Ata	Objeto	Órgão adeso
		Tocantins – SEDUC; Agência Tocantinense de Ciência, Tecnologia e Inovação – AGETEC; Controladoria-Geral do Estado do Tocantins – CGE; Secretaria do Desenvolvimento Regional, Urbano e Habitação do Estado do Tocantins – SEDRUH/TO; Agência Tocantinense de Regulação, Controle e Fiscalização de Serviços Públicos – ATR; Secretaria Municipal de Educação de Palmas - SEMED.
001/2015	Aquisição de gêneros alimentícios, materiais de higiene e limpeza, e materiais para copa/cozinha.	Controladoria-Geral do Estado do Tocantins – CGE (2 pedidos); Fundação Universidade do Tocantins – UNITINS; Fundação de Radiodifusão Educativa do Estado do Tocantins – REDESAT.
003/2015	Aquisição de gêneros alimentícios, materiais de higiene e limpeza, e materiais para copa/cozinha.	Controladoria-Geral do Estado do Tocantins – CGE (2 pedidos); Fundação Universidade do Tocantins – UNITINS; Fundação de Radiodifusão Educativa do Estado do Tocantins – REDESAT.

Fonte: Comissão Permanente de Licitação – CPL

A Tabela 6.1.3.5, a seguir, retrata o valor inicial estimado, o valor final, bem como a economicidade obtida em cada certame:

Tabela 6.1.3.5 – Detalhamento dos procedimentos licitatórios, em 2015

Nº Edital	Nº Proc	Objeto	Estimado (R\$)	Valor final (R\$)	Economia (%)
P.E 001/15	0509/14	Aquisição de peças de reposição para o sistema de refrigeração central, CHILLER.	33.618,69	30.731,14	8,59%
P.P 002/15	0497/14	Registro de Preços para aquisição de token's compatíveis com certificados digitais, conforme ICP-Brasil Tipo A3.	145.464,00	129.477,00	10,99%
P.P 003/15	0470/14	Registro de Preços para aquisição de motores para portão deslizante e demais peças integrantes de motor de portão.	43.791,55	43.616,00	0,40%
P.P 004/15	0510/14	Registro de Preços para aquisição de materiais odontológicos duráveis, semiduráveis e não duráveis.	33.557,11	26.718,02	20,38%
P.P 005/15	0039/15	Contratação de empresa	5.659.812,60	4.310.730,00	23,84%

Nº Edital	Nº Proc	Objeto	Estimado (R\$)	Valor final (R\$)	Economia (%)
		especializada na prestação de serviços de copa, cozinha, limpeza, manutenção, conservação, jardinagem, serviços gerais e portaria.			
P.P 006/15	0569/14	Contratação de empresa especializada na prestação de serviços de vigilância armada.	2.116.739,16	2.081.436,80	1,67%
P.P 007/15	0071/15	Registro de Preços para aquisição de suprimentos de Informática – toners.	621.220,30	304.319,10	51,01%
P.E 008/15	0038/15	Registro de Preços para Fornecimento de produtos de Informática, sendo: Suporte Técnico e Atualização dos Produtos DELL SONICWALL CGSS (Comprehensive Gateway Security Suíte Bundle for the NSA 4500 Series) por 2 anos, DELL SONICWALL CGSS (SonicWALL Comprehensive Gateway Security Suite for TZ 200 Series) por 2 anos.	105.538,15	85.450,00	19,03%
P.P 009/15	0045/15	Registro de Preços para aquisição de materiais de reposição para o laboratório de Informática.	132.244,63	131.917,00	0,25%
P.P 010/15	0070/15	Registro de Preços para contratação de empresa especializada no fornecimento de extintores de incêndio do tipo: gás carbônico (CO ₂), água pressurizada (AP), pó químico seco (PQS); suportes de parede; e na prestação de serviços de recargas e testes hidrostáticos.	39.478,84	38.580,00	2,28%
P.P 011/15	0559/14	Registro de Preços para aquisição de equipamentos de áudio, vídeo, foto, utensílios para escritório, eletrodomésticos e móveis para copa/cozinha.	164.106,13	145.916,87	11,08%
P.P 012/15	0058/15	Registro de Preços para aquisição de materiais para o serviço de Saúde.	25.654,23	18.603,01	27,49%
P.P 013/15	0104/15	Registro de Preços para	95.013,80	77.940,76	17,97%

Nº Edital	Nº Proc	Objeto	Estimado (R\$)	Valor final (R\$)	Economia (%)
		aquisição de equipamentos destinados ao Circuito Fechado de Televisão - CFTV.			
P.P 014/15	0577/14	Registro de Preços para aquisição de mobiliários.	517.895,22	407.291,75	21,36%
P.P 015/15	0114/15	Registro de Preços para prestação de serviços de buffet.	119.838,00	79.498,00	33,66%
P.P 016/15	0041/15	Registro de Preços para aquisição e instalação de condicionadores de ar, tipo split, incluindo as instalações das partes elétricas, drenos e demais serviços de estrutura e acabamentos.	353.439,34	351.325,00	0,60%
P.P 017/15	0069/15	Registro de Preços para aquisição de equipamentos de comunicação: centrais PABX, terminais inteligentes e telefones headsets.	75.495,37	64.274,50	14,86%
P.P 018/15	0198/15	Registro de Preços para contratação de empresa(s) especializada(s) no fornecimento de Bandeiras do Mercosul, Brasil, Estado e dos Municípios do Estado do Tocantins.	26.737,50	26.612,00	0,47%
P.P 019/15	0124/15	Registro de Preços para contratação de empresa especializada na prestação de serviços de impressões, fornecimento de materiais gráficos e comunicação visual.	1.018.675,20	370.531,60	63,63%
P.P 020/15	0186/15	Registro de Preços para contratação de empresa(s) especializada(s) no fornecimento de persianas com instalações e demais materiais necessários.	46.035,60	45.168,00	1,88%
P.P 021/15	0207/15	Registro de Preços para contratação de empresa(s) especializada(s) no fornecimento de tapetes em algodão e tapetes capachos personalizados e vulcanizados.	26.459,10	26.444,50	0,06%
P.P 022/15	0204/15	Registro de Preços para contratação de empresa especializada na confecção de	181.044,28	135.744,85	25,02%

Nº Edital	Nº Proc	Objeto	Estimado (R\$)	Valor final (R\$)	Economia (%)
		placas de sinalização vertical para estacionamento, placas em alumínio, placas em chapa de aço galvanizado, placas em inox escovado, placas indicativas em pvc, letras caixas, adesivos, impressão colorida em lona, faixas, mastros, entre outros.			
P.P 023/15	0177/15	Contratação de empresa especializada para adequação nas dependências do prédio sede da Procuradoria-Geral de Justiça do Estado do Tocantins com gesso acartonado instalado e pintado e demais materiais necessários.	63.597,51	52.500,00	17,45%
P.P 024/15	0254/15	Contratação de empresa especializada na prestação de serviços de manutenção preventiva e corretiva permanente e chamados de emergência, com reposição de peças, em 04 (quatro) elevadores da marca Atlas Schindler, instalados na sede da Procuradoria-Geral de Justiça do Estado do Tocantins.	20.550,00	15.756,00	23,33%
P.P 025/15	0246/15	Registro de Preços para aquisição de aparelhos telefônicos.	12.014,40	9.219,80	23,26%
P.P 026/15	0241/15	Registro de Preços para aquisição de purificadores de água natural e gelada.	18.048,00	17.980,00	0,38%
P.P 027/15	0129/15	Registro de Preços para contratação de empresa de Engenharia especializada para, sob demanda, prestar serviços de manutenção predial com fornecimento de peças, materiais e mão de obra, na forma estabelecida nas planilhas de serviços e insumos diversos descritos no Sistema Nacional de Pesquisa de Custos e Índices da Construção Civil, doravante denominada SINAPI, nas Unidades do Ministério Público do Estado do Tocantins próprias,	1.100.000,00	Deserta	Deserta

Nº Edital	Nº Proc	Objeto	Estimado (R\$)	Valor final (R\$)	Economia (%)
		locadas e cedidas, bem como em novas instalações que venham a ser ocupadas por este órgão público, em todo o Estado do Tocantins.			
P.E 028/15	0160/15	Contratação de empresa especializada na locação de central telefônica TDM - IP.	151.407,20	91.472,00	39,59%
P.P 029/15	0289/15	Registro de Preços para prestação de serviços de hospedagem e alimentação.	35.008,10	30.500,00	12,88%
P.P 030/15	0213/15	Registro de Preços para aquisição de materiais de manutenção.	366.153,77	335.497,97	8,37%
P.E 031/15	0087/15	Registro de Preços para aquisição de veículos para a frota da PGJ/TO.	1.567.510,00	1.413.620,00	9,82%
P.P 032/15	0310/15	Registro de Preços para contratação de empresa(s) especializada(s) no fornecimento de tintas e materiais para pintura.	92.021,15	89.723,05	2,50%
P.P 033/15	0288/15	Registro de Preços para contratação de empresa especializada na prestação de serviços de reserva, emissão e remarcação de bilhetes de passagens aéreas nacionais e internacionais, bem como a emissão de seguro de assistência em viagem internacional.	230.000,00 (8,00% e 6,00% de desconto sobre o valor da tarifa de passagens nacionais e internacionais, respectivamente, excluída a taxa de embarque).		
			12,31%	14,00%	13,73%
P.E 034/15	0273/15	Registro de Preços para aquisição de equipamentos de Informática.	6.517.810,46	Suspensa	Suspensa
P.P 035/15	0337/15	Registro de Preços para aquisição de filtros/refis para purificadores de água.	27.450,00	19.979,50	27,21%
P.P 036/15	0291/15	Registro de Preços para contratação de empresa para execução de serviços de reformas de cadeiras, poltronas e longarinas, com fornecimento de peças.	132.070,50	130.499,60	1,19%
P.P 037/15	0368/15	Contratação de empresa especializada para adequação nas dependências do prédio	40.839,85	39.480,00	3,33%

Nº Edital	Nº Proc	Objeto	Estimado (R\$)	Valor final (R\$)	Economia (%)
		sede da Procuradoria-Geral de Justiça do Estado do Tocantins com gesso acartonado instalado e pintado e demais materiais necessários.			
Concorrência					
C.C 001/15	0271/15	Contratação de empresa especializada em Engenharia para execução da obra do prédio sede das Promotorias de Justiça da Comarca de Augustinópolis - TO.	1.120.004,27	1.119.000,00	0,09%
C.C 002/15	0272/15	Contratação de empresa especializada em Engenharia para execução da obra do prédio sede das Promotorias de Justiça da Comarca de Porto Nacional - TO.	4.087.166,28	4.085.700,00	0,04%
Legenda: 1 – PP – Pregão Presencial 2 – PE – Pregão Eletrônico 3 – CC – Concorrência					

Fonte: Comissão Permanente de Licitação – CPL

Desta forma, o volume licitado referente ao exercício 2015 é de aproximadamente R\$ 23.131.064,28 (vinte e três milhões, cento e trinta e um mil, sessenta e quatro reais e vinte e oito centavos), considerando o valor estimado de R\$ 6.517.810,46 referente ao Pregão Eletrônico nº 034/2015 que se encontra suspenso “sine die” para adequações do Edital.

Tabela 6.1.3.6 - Montante licitado, em (R\$)

Modalidade	Valor licitado (R\$)
Pregão Presencial - Tradicional	6.499.902,80
Pregão Presencial - SRP	3.287.377,88
Pregão Eletrônico - Tradicional	122.203,14
Pregão Eletrônico - SRP	1.499.070,00
Concorrência	5.204.700,00
Total	R\$ 16.613.253,82

Fonte: Comissão Permanente de Licitação – CPL

Quanto ao volume empenhado em 2015 para aquisição de bens e contratação de serviços, destaca-se na modalidade Pregão o montante de R\$ 9.989.202,59 (nove milhões, novecentos e oitenta e nove mil, duzentos e dois reais e cinquenta e nove centavos) e na modalidade Concorrência o montante de R\$ 1.360.500,00 (hum milhão, trezentos e sessenta mil e quinhentos reais), totalizando o montante de R\$ 11.349.702,59 (onze milhões, trezentos e quarenta e nove mil, setecentos e dois reais e cinquenta e nove centavos).

A tabela a seguir ilustra uma sinopse da quantidade de contratos e termos aditivos firmados no período 2013 – 2015:

Tabela 6.1.3.7– Contratos e Termos Aditivos firmados, em 2013 - 2015.

Tipo	Ano		
	2013	2014	2015
Contratos firmados	145	174	64
Termos aditivos	57	45	51

Fonte: Comissão Permanente de Licitação – CPL

Em 2015, a Procuradoria-Geral de Justiça realizou a gestão de 106 contratos vigentes, dos quais 64 foram firmados em 2015, bem como das 117 Atas de Registro de Preços vigentes. Destaca-se, ainda, que foram ajustados 51 aditivos, incluídas neste quantitativo as prorrogações dos contratos de serviços de natureza contínua, nos quais se permite a prorrogação de prazo e a renovação dos contratos de locação dos prédios sede de Promotorias de Justiça no Interior no estado.

A tabela 6.1.3.8 relaciona os 20 (vinte) contratos vigentes de locação de imóveis que abrigam as sedes das Promotorias de Justiça do Interior, com exceção do contrato de aluguel do depósito em Palmas, sendo dispendido atualmente o valor total mensal de R\$ 40.822,11 (quarenta mil, oitocentos e vinte e dois reais e onze centavos). No decorrer de 2015, foi extinto o contrato nº 005/2009 (Locação de imóvel – Promotorias de Alvorada) o qual foi substituído pelo contrato nº 017/2015; os contratos nº 020/2009 e 151/2014 (Locação de imóveis – Depósitos Palmas) os quais foram substituídos pelo contrato nº 042/2015.

Vale destacar, também, que as Promotorias de Justiça de Axixá, Itacajá e Goiatins que anteriormente funcionavam no Fórum das respectivas localidades passaram

a ter sedes locadas por meio dos contratos 022/2015, 026/2015 e 044/2015, respectivamente.

Tabela 6.1.3.8 – Contratos de locação de imóveis, em 2015

Item	Nº Contrato	Localidade	Valor mensal (R\$)
1	010/2008	Formoso do Araguaia	959,86
2	021/2008	Colmeia	1.000,00
3	004/2009	Wanderlândia	1.148,49
4	024/2009	Cristalândia	1.687,73
5	033/2009	Itaguatins	1.322,48
6	034/2009	Pium	919,76
7	038/2009	Ponte Alta do Tocantins	1.146,18
8	039/2009	Tocantínia	1.163,96
9	003/2010	Araguaçu	1.376,41
10	010/2010	Novo Acordo	1.031,32
11	021/2010	Xambioá	1.026,95
12	022/2011	Arapoema	979,27
13	119/2012	Porto Nacional	R\$ 11.268,82
14	103/2013	Ananás	1.588,88
15	085/2014	Augustinópolis	4.302,00
16	017/2015	Alvorada	1.400,00
17	022/2015	Axixá	1.500,00
18	026/2015	Itacajá	1.000,00
19	042/2015	Palmas (Depósito)	5.000,00
20	044/2015	Goiatins	1.000,00
Total			40.822,11

Fonte: Comissão Permanente de Licitação – CPL

Tabela 6.1.3.9 – Despesas por modalidade de contratação 2012- 2015

Modalidade de contratação	Ano, (R\$)			
	2012	2013	2014	2015
Modalidade de licitação				
Convite	-	-	-	-
Concorrência	3.713.721,70	1.032.537,60	908.131,77	1.360.500,00

Pregão	9.147.681,78	9.820.664,25	10.719.999,42	9.989.202,59
Contratações Direitas				
Inexigibilidades	283.159,95	258.861,77	263.137,49	
Dispensa de Licitação	2.436.687,10	1.335.362,33	1.336.202,35	
Regime de Execução Especial				
Suprimentos de Fundos	7.193,65	18.806,84	23.446,61	
Não Aplicável	100.849.046,90	110.775.339,68	112.780.631,33	

Fonte: SIAFEM

Em relação à despesa com serviços gerais, segue tabela 6.1.3.10, detalhando os serviços terceirizados no exercício de 2015.

Tabela 6.1.3.10 – Detalhamento dos Serviços Gerais, em (R\$).

Localidade	Função	Quantidade	Valor Mensal Médio ¹⁸	Valor Total ¹⁹	(%)
Alvorada	Recepcionista	1	2.620,42	31.445,04	0,79
	Servente de Limpeza	1	2.620,42	30.398,22	0,77
Ananás	Recepcionista	1	2.559,50	30.713,94	0,78
	Servente de Limpeza	1	2.620,47	31.445,64	0,79
Araguacema	Recepcionista	1	2.653,14	31.837,68	0,80
Araguaçu	Recepcionista	1	2.434,97	14.609,82	0,37
	Servente de Limpeza	1	2.533,19	30.398,22	0,77
Araguaína	Artífice de Manutenção	1	4.043,14	48.517,62	1,22
	Porteiro	1	2.675,73	32.108,76	0,81
	Copeiro	1	2.304,10	27.649,14	0,79
	Servente de Limpeza	3	4.978,58	95.294,88	0,79
Araguatins	Recepcionista	1	2.653,14	31.837,68	0,78

18 Valores repactuado a partir de julho de 2015.

19 Total incluindo a repactuação, em 2015.

Localidade	Função	Quantidade	Valor Mensal Médio	Valor Total	(%)
	Servente de Limpeza	1	2.606,40	31.282,08	0,80
Arapoema	Recepcionista	1	2.620,42	31.445,04	0,79
	Servente de Limpeza	1	2.573,19	30.878,22	0,78
Arraias	Recepcionista	1	2.650,63	31.807,50	0,80
	Servente de Limpeza	1	2.602,85	31.234,20	0,79
Augustinópolis	Recepcionista	1	2.648,87	31.786,44	0,80
	Servente de Limpeza	1	2.559,50	30.713,94	0,78
Axixá	Servente de Limpeza	1	2.313,12	13.878,72	0,35
Colinas do Tocantins	Recepcionista	1	2.620,42	31.445,04	0,79
	Servente de Limpeza	2	3.789,76	63.196,80	1,60
Colmeia	Recepcionista	1	2.620,42	31.445,04	0,79
	Servente de Limpeza	1	2.602,85	31.234,20	0,79
Cristalândia	Servente de Limpeza	1	2.573,19	30.878,22	0,78
Dianópolis	Servente de Limpeza	1	2.573,19	30.878,22	0,78
	Recepcionista	1	2.620,42	31.445,04	0,79
Figueirópolis	Servente de Limpeza	1	2.573,19	30.878,22	0,78
Filadélfia	Recepcionista	1	2.494,16	29.929,92	0,76
Formoso do Araguaia	Recepcionista	1	2.660,47	31.926,64	0,81
	Servente de Limpeza	1	2.573,19	30.878,22	0,78
Goiatins	Recepcionista	1	2.620,42	31.445,04	0,79
	Servente de Limpeza	1	2.573,19	30.878,22	0,78

Localidade	Função	Quantidade	Valor Mensal Médio	Valor Total	(%)
Guaraí	Recepcionista	1	2.620,42	31.445,04	0,79
	Servente de Limpeza	2	3.703,39	61.756,44	1,56
Gurupi	Porteiro	1	2.765,79	33.189,48	0,84
	Copeiro	1	2.369,05	28.428,54	0,72
	Servente de Limpeza	2	3.928,23	65.329,32	1,65
Itacajá	Servente de Limpeza	1	2.573,19	30.878,22	0,78
	Recepcionista	1	2.434,97	14.609,82	0,37
Itaguatins	Servente de Limpeza	1	2.559,50	30.713,94	0,78
	Recepcionista	1	2.660,47	31.925,64	0,81
Miracema do Tocantins	Servente de Limpeza	2	3.663,34	60.795,24	1,53
	Recepcionista	1	2.660,47	31.925,64	0,81
Miranorte	Servente de Limpeza	2	3.703,39	61.756,44	1,56
	Recepcionista	1	2.620,42	31.445,04	0,79
Natividade	Servente de Limpeza	1	2.602,85	31.234,20	0,79
	Recepcionista	1	2.650,63	31.807,50	0,80
Novo Acordo	Servente de Limpeza	1	2.533,14	30.397,62	0,77
	Recepcionista	1	2.660,47	31.925,64	0,81
Palmas	Ajudante de Artífice	5	11.944,08	143.328,90	3,62
	Artífice de Manutenção	4	16.638,02	199.632,24	5,04
	Copeiro	7	16.490,67	197.888,04	5,00
	Encarregado	1	4.186,14	50.233,68	1,27

Localidade	Função	Quantidade	Valor Mensal Médio	Valor Total	(%)
	Servente de Limpeza	20	54.176,40	650.116,80	16,41
	Porteiro	5	13.762,80	165.153,60	4,17
Paraíso do Tocantins	Servente de Limpeza	2	3.789,76	63.196,80	1,60
	Porteiro	1	2.662,48	31.949,76	0,81
Paraná	Servente de Limpeza	2	3.789,76	63.196,80	1,60
	Recepcionista	1	2.681,54	32.178,48	0,81
Pedro Afonso	Servente de Limpeza	1	2.599,55	31.194,54	0,79
	Recepcionista	1	2.648,82	31.785,84	0,80
Peixe	Servente de Limpeza	1	2.633,20	31.598,40	0,80
Pium	Servente de Limpeza	1	2.586,22	31.034,58	0,78
Ponte Alta do Tocantins	Servente de Limpeza	1	2.313,12	13.878,72	0,35
	Recepcionista	1	2.722,53	32.670,30	0,82
Porto Nacional	Porteiro	1	2.690,98	32.291,70	0,82
	Servente de Limpeza	3	4.946,32	94.795,20	2,39
Taguatinga	Servente de Limpeza	1	2.573,19	30.878,22	0,78
	Recepcionista	1	2.620,42	31.445,04	0,79
Tocantínia	Servente de Limpeza	1	2.573,19	30.878,22	0,78
Tocantinópolis	Servente de Limpeza	2	3.789,76	63.196,80	1,60
	Recepcionista	1	2.681,54	32.178,48	0,81
Wanderlândia	Servente de Limpeza	1	2.573,19	30.878,22	0,78
Xambioá	Servente de Limpeza	1	2.592,22	31.106,58	0,79

Localidade	Função	Quantidade	Valor Mensal Médio	Valor Total	(%)
	Recepcionista	1	2.688,87	32.266,44	0,81
Total				3.961.129,08	100,00

Fonte: Área de Manutenção

6.1.4 Ação 2418: Manutenção de serviços de transporte

Quadro 6.1.4.1 Resumo da ação 2418

Título		2418 – Manutenção dos serviços de transporte		
Recursos Financeiros (Valor em R\$ 1,00)				
Dotação inicial (A)	Dotação autorizada (B)	Empenhado (C)	Liquidado (D)	%(C/B)= E
417.000,00	278.050,00	274.514,76	259.521,42	98,78

Fonte: SIAFEM

Para alcançar o objetivo estratégico de “Ser reconhecido como instituição eficaz na defesa da cidadania e na garantia dos direitos sociais”, é de fundamental relevância à execução das atividades-fim e meio os serviços de transporte. Como a Instituição interage com diversos órgãos, seja para a participação em eventos, reuniões, cursos, ou outras atividades pertinentes ao serviço público. Também existem demandas de serviços de compra, distribuição e entrega de materiais, seja para outras unidades do Ministério Público ou outros órgãos ligados à Missão Institucional desta PGJ.

Dessa forma, a utilização de veículos de serviços comuns torna-se de vital importância para o deslocamento de pessoal a serviço, o transporte de materiais, bem como para atender à demanda de deslocamento do quadro de membros e servidores quando da execução de suas atividades institucionais.

A Procuradoria-Geral de Justiça possui frota própria de veículos oficiais, os quais estão atualmente distribuídos na Sede desta PGJ e em Promotoriais localizadas nas diversas cidades do Estado do Tocantins.

Para normatização da utilização da frota a Procuradoria-Geral de Justiça se vale do Ato ° 015, de 15 de Fevereiro de 2012, que dispõe sobre a utilização e guarda dos

veículos integrantes do Patrimônio do Ministério Público do Tocantins.

Este ato normativo interno estabelece regras e procedimentos que visam assegurar uma prestação eficiente e econômica do serviço de transporte considerando, entre outros fatores, os seguintes: controle de veículos em serviço (programação de atendimento); controle diário de tráfego (horário e quilometragem percorrida); correta identificação dos veículos; mapas de abastecimento (controle de despesas com o veículo); adequada manutenção e conservação da frota e demais aspectos correlatos.

Outro aspecto estabelecido pelo ato nº 015/2012 são os critérios que norteiam a renovação da frota oficial, com base em dados históricos, que visam reduzir custos de transporte desta Instituição.

Para prestação eficiente desse serviço de transporte a Procuradoria geral de Justiça mantém estrutura de gestores de transporte na Sede com contratos de abastecimento de combustível, manutenção preventiva e corretiva, motoristas entre outros.

Na busca por instrumentos que possam contribuir para a melhoria na gestão da frota institucional e para a maximização dos recursos disponíveis, a instituição optou pela contratação de empresa especializada no abastecimento e manutenção. Esta ferramenta possibilitou acompanhar todas as informações sobre abastecimento da frota (custo de combustível por KM rodado; média de valor por litro; quilômetros percorridos; litros abastecidos e média de consumo de combustível), bem como disponibilizar informações gerenciais de manutenção da frota (controle de manutenção corretiva; controle de peças e serviços em garantia; despesas organizadas por centro de custo; múltiplas cotações sem a necessidade de deslocamentos e informações em tempo real).

Para manter os serviços de transporte no decorrer de 2015, foi empenhado o montante de R\$ 278.050,00, dos quais aproximadamente R\$ 112.041,00 são referentes ao pagamento de combustíveis (álcool, gasolina e diesel e lubrificantes), R\$ 42.460,00 referem-se a derivados e peças e R\$ 61.485,00, relativos a diárias .

Percebe-se que nos últimos anos, em função da revisão da estrutura física (reformas e construções de sedes) e aumento do quadro de pessoal mediante a aprovação em concurso, houve aumento significativo das atividades da instituição.

Todavia, as despesas com manutenção de serviços de transportes vêm se mantendo no patamar inferior, desde o exercício de 2012. Além disso, determinados elementos de despesa (materiais, seguros e serviços) tiveram queda na em seus valores executados, conforme tabela a seguir:

Tabela 6.1.4.1 – Principais despesas de manutenção de serviços 2012 – 2015.

Descrição	Despesas, em(R\$)			
	2012	2013	2014	2015
Combustíveis e lubrificantes	141.813,77	109.670,00	121.123,24	112.041,00
Material/Serviços de Manutenção	41.142,56	30.908,50	49.066,96	42.460,00
Seguros	48.679,42	36.500,00	42.214,04	42.108,00
Diárias no país	107.017,34	83.605,08	91.289,46	61.485,00
Serviços de Lava a jato	10.801,41	8.402,95	8.623,00	6.617,00

Fonte: Área de Transportes

Atualmente, a Procuradoria-Geral de Justiça possui uma frota de 34 (trinta e quatro) veículos, nas categorias de transporte de passageiros, utilitários, caminhões e motocicletas, alocados nas diversas unidades desta Instituição, com idade média da frota de 5,93 anos.

No exercício de 2015, foram leiloadas 06 motocicletas que compunham a frota, marca/modelo CÁ 150 JOB de placas: MWH-0961, MWH-0832, MWH-0963, MWI-1307, MWL-9208, MWL-9228. Um veículo da frota oficial, Fiat Uno placa MWM-1936, foi baixado da frota devido à ocorrência de sinistro de perda total.

A seguir, apresentamos a descrição da frota de veículos à disposição desta PGJ, bem como as principais médias de quilômetros rodados e custos associados em 2015.

Tabela 6.1.4.2 – Informações sobre o uso dos veículos (Média anual de quilômetros rodados e custos associados à manutenção)

Item	Marca	Modelo	Placa	Ano/Modelo	Local	Km rodados (média)	Custo de manutenção, (em R\$)
01	Chevrolet	Astra	MVY-1442	2005/2006	Palmas/PGJ	6.560	1.532,00
02	Honda	CG 150 JOB	MWH-0812	2007/2007	Augustinópolis	892	0,0
03		CG 150 JOB	MWL-9188	2007/2007	Araguaína	272	0,0
04	Ford	F 350	MWQ-9397	2009/2009	Palmas/PGJ	16.131	4.575,54
05		Fiesta	MXG-9020	2007/2008	Palmas/PGJ	1.805	2.030,00
06		Fiesta	MXG-8020	2007/2008	Porto Nacional	14.378	5.859,20
07		Fiesta	MXG-8040	2007/2008	Gurupi	7.855	2.566,00
08		Fiesta	MXG-8050	2007/2008	Araguaína	8.911	1.945,00
09		Fiesta	MXG-8090	2007/2008	Paraíso do Tocantins	2.502	1.932,78
10		Ranger	MXG-8010	2007/2008	Palmas/PGJ	16.854	5.272,42
11		Ranger	MWY-6100	2008/2009	Palmas/PGJ	4.688	4.274,00
12		Fiat	Siena	MWY-6110	2008/2009	Palmas/PGJ	17.296
13	Siena ELX		MXG-3014	2010/2011	Palmas/PGJ	5.974	339,00
14	Siena ELX		MXG-3114	2010/2011	Palmas/PGJ	8.862	438,00
15	Siena ELX		MWA-8957	2010/2011	Palmas/PGJ	2.858	577,00
16	Siena EL		MWO-6906	2011/2012	Palmas/PGJ	6.608	0,00
17	Siena EL		MWQ-8096	2011/2012	Palmas/PGJ	6.805	150,00
18	Siena EL		MWQ-8396	2011/2012	Palmas/PGJ	1.100	0,0
19	Siena EL		MWQ-8536	2011/2012	Palmas/PGJ	7.893	1.077,20

Item	Marca	Modelo	Placa	Ano/Modelo	Local	Km rodados (média)	Custo de manutenção, (em R\$)
20		Siena EL	MWQ-8416	2011/2012	Palmas/PGJ	10.041	50,00
21		Siena EL	MWQ-8246	2011/2012	Palmas/PGJ	7.057	1.021,00
22		Siena EL	MWQ-8386	2011/2012	Palmas/PGJ	6.658	1.627,00
23		Línea	MWP-0214	2012/2012	Palmas/PGJ	11.103	764,90
24		Línea	MWP-0224	2012/2012	Palmas/PGJ	3.385	1.168,00
25		Línea	MWP-0244	2012/2012	Palmas/PGJ	12.567	25,00
26		Uno Economy	MWM-1966	2011/2012	Araguatins	8.452	916,00
27		Uno Economy	MWM-1976	2011/2012	Miracema	4.453	367,00
28		Uno Economy	MWM-1986	2011/2012	Araguaína	12.986	2.288,00
29		Uno Economy	MWM-1996	2011/2012	Miranorte	-	916,00
30	Renault	Logan	MWZ-7708	2011/2012	Palmas/PGJ	1373	927,00
31		Clio	MWD-2228	2005/2005	Palmas/PGJ	4.770	1.432,00
32	Toyota	Hilux	MWS-0429	2010/2011	Palmas/PGJ	30.634	0,0
33	Volkswagem	Parati	MWD-6184	2006/2006	Palmas/PGJ	-	1.360,99
34	Sem Marca	Carreta Reboque	MXG-9010	2007/2007	Palmas/PGJ	-	0,0

Fonte: Área de Transportes

Nota: Os custos anuais associados à frota de veículos estão diretamente relacionados com despesas com a manutenção (peças e serviços).

A Procuradoria-Geral de Justiça procura administrar bem os custos relacionados a gestão de sua frota de veículos, aplicando métodos e técnicas que minimizem os gastos e riscos relacionados ao investimento em veículos, contribuindo com a eficiência das suas operações. Podemos considerar como custos na frota: custos com manutenção, combustível, pneus, peças de reposição, e assim por diante.

Portanto, um sistema de custeamento alinhado ao gerenciamento das informações, assim como o conhecimento dos custos, permite que o gestor seja bem amparado no processo de tomada de decisões.

6.1.5 Ação 2434: Manutenção dos serviços da área de saúde do Ministério Público

Quadro 6.1.5.1 Resumo da ação 2434

Título	2434 – Manutenção da área de saúde			
Recursos Financeiros (Valor em R\$ 1,00)				
Dotação inicial (A)	Dotação autorizada (B)	Empenhado (C)	Liquidado (D)	%(C/B)= E
50.000,00	27.652,00	27.651,98	25.932,98	100,00

Fonte: SIAFEM

A Área de Saúde do Ministério Público realiza estudos, ações de prevenção, assistência e vigilância aos agravos à saúde relacionados ao trabalho. As atividades realizadas em prol da saúde dos servidores e membros do MPE visam principalmente reduzir as doenças ocupacionais e acidentes de trabalho e proporcionar melhor qualidade de vida aos integrantes desta Instituição.

Este conjunto de ações vem atender ao objetivo estratégico “Garantir clima organizacional favorável”, visando assim, promover o ambiente seguro e saudável para membros e servidores, além de incentivar e oportunizar a participação em atividades que atendem a este objetivo.

Dessa maneira, todos os processos e dados de avaliação de riscos à saúde vêm sendo documentados, visando traçar um perfil de causas de afastamentos, e, assim, alinhar diretrizes para o desenvolvimento de uma política de saúde ocupacional no MPE.

No que concerne às doenças relacionadas ao trabalho, não há casos identificados na Instituição, sendo uma meta da área de Saúde a prevenção por meio do monitoramento e da busca por melhoria contínua, de acordo com as diretrizes do Padrão para Gestão de Saúde Ocupacional – política que visa eliminar quaisquer riscos à saúde ocupacional.

As ações relacionadas à prevenção, à assistência e à vigilância aos agravos à saúde que foram implementadas no período de 2012/2015 são apresentadas na tabela abaixo:

Tabela 6.1.5.1 – Ações de melhoria do clima organizacional – 2012/2015 (em unid.)

Atividade de Promoção de Saúde	Participantes/Atendimentos			
	2012	2013	2014	2015
Acupuntura	06	-	-	-
Aferição de pressão arterial	109	238	394	438
Análise do ambiente de trabalho	-	140	108	5
Atividades enfermagem prevenção/DST	-	1.178	1.625	1.879
Atividades odontológicas de prevenção	278	-	-	-
Balance	-	-	07	-
Cálculo de índice de massa corpórea	109	206	305	263
Cuidados faciais	56	41	85	119
Dança – Zumba	10	-	06	-
Curso Educação Alimentar (Cozinha Brasil)	-	-	-	56
Demonstração de alimentação saudável	-	-	-	200
Dinâmica de relaxamento	13	10	10	-
Exercícios	-	30	-	-
Ginástica laboral	2.560	2.048	-	26
Imunização- Vacinas	-	353	360	358
loga	12	22	22	-
Juma	05	-	-	-
Maquiagem	51	-	-	-
Massagem corporal	51	44	82	90
Medidas da circunferência abdominal	109	206	305	62
Muay Thai	09	-	-	-

Atividade de Promoção de Saúde	Participantes/Atendimentos			
	2012	2013	2014	2015
Orientações com nutricionista	33	-	-	-
Orientação ergonômica	-	-	108	5
Orientações para manuseio correto de carga pesada	12	-	-	-
Pilates	-	16	-	-
Shiatsu terapia	22	-	-	-
Verificação de glicemia	109	220	389	403
Workshop	-	-	97	35
Total	3.554	4.726	3.903	3.939

Fonte: Setor de Saúde

A tabela apresentada anteriormente busca ilustrar um comparativo de resultados obtidos nos anos de 2012/2015.

No decorrer de 2015, foi realizada pela Área de Saúde outra ação de grande importância social, que é o exame paternidade (DNA), de forma gratuita, em parceria com o CAOCID. Assim, destacamos os atendimentos realizados, conforme comparativo 2012/2015:

Tabela 6.1.5.2 – Comparativo de atendimentos – 2012/2015, em (unid)

Especialidade/Ação	Quantidade			
	2012	2013	2014	2015
Enfermagem	1.357	1.586	1.347	1.689
Enfermagem/Serviços assessoria ao CAOP da Mulher (DNA)	-	45	39	123
Fisioterapia	1.260	1.322	646	1.180
Médica	962	1.487	1.058	1.064
Odontologia	805	785	631	909
Psicologia	29	45	19	82
Visitas técnicas – Enfermagem	10	02	01	-
Visitas técnicas – Fisioterapia	-	-	03	-
Visitas técnicas – Médica	08	75	02	-
Visitas técnicas – Psicologia	17	-	02	06
Perícias médicas	04	06	-	05
Pareceres médicos	04	96	-	-

Especialidade/Ação	Quantidade			
	2012	2013	2014	2015
Total	4.456	5.426	3.748	5.058

Fonte: Setor de Saúde

De acordo com as ações destacadas nas tabelas anteriores, a Procuradoria-Geral de Justiça vem buscando proporcionar uma maior qualidade de vida e incentivar a frequência ao trabalho por meio de práticas gerenciais e culturais.

Vale destacar que, além dessas ações, a Área de Saúde do MPE realiza procedimentos ligados à concessão: remoção por motivo de saúde, readaptação, licença para tratamento de saúde, licença para tratamento de pessoa da família, aposentadoria por invalidez, licença de gestação, emissão de laudo de posse, exame pré-admissional, e outros. Além disso, especificamente na área de saúde ocupacional, há procedimentos para caracterização de acidentes em serviço, de atividades insalubres, penosas e que impliquem risco de vida.

A seguir, estão apresentados os dados relacionados à quantidade de afastamentos no período 2012/2015.

Tabela 6.1.5.3 – Quantidade de afastamentos de 2012/2015, em (unid)

Descrição	Quantidade			
	2012	2013	2014	2015
Absenteísmo por motivo de saúde	595	941	1.384	1.299
Absenteísmo por faltas não justificadas	57	-	72	51
Absenteísmo por Licença Maternidade	-	14	26	04
Acidentes de Trabalho	-	-	-	-
Doenças Ocupacionais	-	-	-	-
Total	652	955	1.482	1.354

Fonte: Setor de Saúde

6.1.6 Ação 6015: Concessão de direitos a membros e servidores do Ministério Público

Quadro 6.1.6.1 – Resumo da ação 6015

Título	6015 – Concessão de direitos a membros e servidores do Ministério Público			
Recursos Financeiros (Valor em R\$ 1,00)				
Dotação inicial (A)	Dotação autorizada (B)	Empenhado (C)	Liquidado (D)	%(C/B)= E
7.219.337,00	11.129.993,00	11.129.990,05	11.129.990,05	100,00

Em prosseguimento ao custeio dos direitos reconhecidos, em razão de decisões oriundas de órgãos do Judiciário e do Conselho Nacional do Ministério Público, mormente os referentes à Parcela Autônoma de Equivalência, no ano de 2015, o Ministério Público do Estado do Tocantins manteve em dia os pagamentos dos direitos, bem como procurou respeitar as revisões das parcelas para efetivar sua atualização monetária, evitando a geração de passivos à instituição.

O pagamento da Parcela Autônoma de Equivalência (PAE) é realizado em cumprimento da lei. A Lei Federal nº 8.448, de 21 de julho de 1992, disciplina a aplicação do artigo 37, XI e art. 39, § 1º da Constituição Federal que dispõe sobre a equivalência de remuneração percebida pelos membros do Congresso Nacional, ministros de Estados e ministros do Supremo Tribunal Federal (STF).

6.1.7 Ação 2380: Manutenção de Serviços de Informática

Quadro 6.1.7.1 – Resumo da ação 2380

Título	2380 – Manutenção de serviços de informática			
Recursos Financeiros (Valor em R\$ 1,00)				
Dotação inicial (A)	Dotação autorizada (B)	Empenhado (C)	Liquidado (D)	%(C/B)= E
2.050.500,00	1.736.828,00	1.714.620,05	1.537.939,93	98,72

A Ação “Manutenção dos Serviços de Informática” destina-se a manter os serviços de tecnologia da informação adequados ao bom desempenho das atividades das

áreas meio e finalística do Ministério Público do Estado do Tocantins.

Para tanto, são alocadas nesta ação as despesas do órgão com:

- ✓ Serviços de internet (internet fixa e móvel);
- ✓ Serviços de telefonia fixa;
- ✓ Serviços e materiais para manutenção de equipamentos de informática;
- ✓ Suprimentos e materiais de informática para impressão, para substituição de peças e para armazenamento de dados, exceto os materiais permanentes;
- ✓ Diárias para deslocamentos nas atividades de suporte do Departamento de Tecnologia da Informação – D.T.I.;
- ✓ Aquisição ou contratação de serviços de softwares da área de segurança da informação;
- ✓ Outros serviços da área de Tecnologia da Informação.

Tais serviços, haja vista a informatização de grande parte dos processos no órgão em tempos recentes, tornaram-se indispensáveis ao desenvolvimento normal das atividades. A tabela abaixo demonstra, em formato numérico, o trabalho administrativo realizado pelo D.T.I.:

Tabela 6.1.7.1 – Comparativo de atos administrativos, em 2010-2012 e 2015

Tipo de ato	Ano			
	2010	2011	2012	2015
Memorandos	257	349	256	350
Enviados	159	178	194	176
Recebidos	98	171	62	174
Ofícios	58	96	62	180
Enviados	15	35	25	78
Recebidos	43	61	37	102
Despacho	105	165	130	137
Processos Administrativos	19	17	18	38
Contratos em vigência	-	-	-	25
Processos e Estudos	-	-	-	34

Fonte: Depto de Tecnologia da Informação

Já no que diz respeito ao número de atendimentos e/ou manutenções realizados, a tabela a seguir nos apresenta a evolução desses dados no período de 2010

a 2015:

Tabela 6.1.7.2 – Comparativo de atendimentos em 2012-2015

Ano			
2012	2013	2014	2015
2.815	3.069	3.121	3.233

Fonte: Departamento de Tecnologia da Informação – DTI

Os dados apresentados nas tabelas 6.1.7.1 e 6.1.7.2 nos mostram uma evolução na demanda por serviços do Departamento de Tecnologia da Informação, em grande parte, devido ao já citado processo de informatização da atividade do órgão.

Impera também analisar, conforme a tabela abaixo, a evolução dos gastos na presente ação:

Tabela 6.1.7.3 – Despesas da Ação de manutenção dos serviços de informática, período 2012-2015, em(R\$)

Ano	2012	2013	2014	2015
Valor, em (R\$)	1.261.369,92	1.561.517,67	1.617.998,46	1.714.620,05
Var. Δ anual, em (%)	-	23,79%	3,61%	5,97%

Fonte: SIAFEM

Ao analisar o crescimento do número de atendimentos e dos serviços, verificamos que, excetuando-se a variação ocorrida entre 2012-2013, quando da implementação do novo sistema de link dedicado de internet, o crescimento médio dos gastos ficou abaixo dos índices inflacionários do período, em média 8,5% ao ano, segundo o IPCA, indicando que houve grande preocupação com a economicidade das ações.

As despesas alocadas na ação também estão relacionadas a estratégia institucional, nos objetivos de “Garantir infraestrutura física adequada” e de “Assegurar sistemas de Tecnologia da Informação adequados pra os órgãos de execução e unidades administrativas”.

No que compete à segurança, às redes e à manutenção do banco de dados, as principais atividades desenvolvidas foram:

- ✓ Substituição de “HD” em garantia do *Storage*;
- ✓ Ampliação dos discos do Servidor de Banco de Dados;
- ✓ Ampliação dos discos do Servidor Athenas;
- ✓ Instalação de *hack* e cabeamento da promotoria de Itaguatins;
- ✓ Aplicação de filtros para acesso controlado a conteúdo não permitido com políticas de liberação por endereço “MAC”;
- ✓ Aplicação de regras de controle de banda por cliente;
- ✓ Estudo da viabilidade da solução de Virtualização VMWARE ENTERPRISE PLUS;
- ✓ Implantação do servidor dedicado de Georreferenciamento do CAOMA;
- ✓ Instalação e configuração de um novo “Servidor de Banco de Dados Sql Server 2008”;
- ✓ Instalação e manutenção do Servidor de Tarifação Telefônica – Atualização;
- ✓ Atualização dos Servidores para a versão Ubuntu Server 14.04 LTS;
- ✓ Implementação do protocolo Kerberos para autenticação segura em arquitetura cliente/servidor – Samba 4 (Replicação);
- ✓ Configuração das estações de trabalho para integração com AD SAMBA4 utilizando SSSD;
- ✓ Implantação dos roteadores dedicados nas comarcas desta Procuradoria – TZ 200;
- ✓ Estudo para reestruturação da rede de switches e roteadores da P.G.J.;
- ✓ Readequação da rede interna para atendimento ao acesso à internet e serviços do GAECO;
- ✓ Implementação de ferramenta que possibilite HA (hi-avaliável), alta disponibilidade para distribuição de carga entre mais de um servidor de arquivos SAMBA 4 AD;
- ✓ Instalação de um servidor dedicado IBM modelo X3650 M4;
- ✓ Instalação de 2 Switchs na sala de Servidores;
- ✓ Estudo para Mapeamento do *hack* do térreo, 1º Piso, 2º Piso, 3º Piso e 4º Piso para liberação de pontos de rede não utilizados por falta de espaço nos switches;
- ✓ Estudo para implantação de solução WI-FI profissional no prédio sede da P.G.J. em Palmas;
- ✓ Desenvolvimento de sistema para gerência centralizada dos servidores via fabric;
- ✓ Desenvolvimento de sistema para acompanhamento e geração de relatório das atividades do Setor de Redes e Segurança;
- ✓ Desenvolvimento de sistema webservice entre o sistema Athenas e o servidor SAMBA 4, com gerência centralizada das permissões dos usuários baseadas nas modificações realizadas pelo setor de Recursos Humanos;
- ✓ Estudo e orçamento para aquisição de ferramenta de backup de arquivos e máquinas virtuais VEEAM;
- ✓ Estudo de nova solução de virtualização XenServer;
- ✓ Estudo de nova solução de gerenciamento CLOUD Apache CloudStack;
- ✓ Estudo de Solução para disponibilização de acesso externo aos serviços do MPE através de solução de virtualização de desktop FOOS-CLOUD;
- ✓ Atualização dos firmware dos servidores;
- ✓ Atualização dos hosts vmware para versão mais recente 6.0;
- ✓ Estudo da mudança de tecnologia de acesso das promotorias do interior para MPLS;
- ✓ Implementação do Servidor NFSEN para Monitoramento de tráfego nos Switchs;
- ✓ Atualização da versão dos S.O. Sonicwall HA;

- ✓ Renovação das Licenças dos Firewall tz 200w e NSA 4500;
- ✓ Estudo e Levantamento para readequação de cabeamento estruturado da Sede do MPE;
- ✓ Implementação do sistema de Acompanhamento de Atividades redmine;
- ✓ Sugestão para Planejamento de Avaliação dos software de BPM Bonitasoft.com ou Camunda.org;
- ✓ Implantação de backups em fita;
- ✓ Configuração e instalação dos micro-servidores em Araguaína, Gurupi, Porto Nacional, Miracema, Dianópolis, Colinas, LABIN, Paraíso, Tocantinópolis, Araguatins e Guaraí;
- ✓ Configuração e instalação das soluções de segurança de Almas, Arapoema, Aurora, Axixá, Figueirópolis, Itaguatins, Pium, Miranorte, Wanderlândia, Palmeirópolis, Ponte Alta, Dianópolis, Tocantínia e Colégio de Procuradores;
- ✓ Configuração dos certificados de segurança nos servidores;
- ✓ Configuração de VPN para acesso ao E-PROC das promotorias do interior;
- ✓ Atualização dos sistemas operacionais dos servidores;
- ✓ Gerenciamento de backups, link de dados, acessos e usuários;
- ✓ Confecção e ativação de cabeamento de rede.

Compete também relatar que todo o crescimento reportado pelo nas ações de TI, ao longo dos últimos anos, no que tange aos números de sua atividade, precisará, em tempo oportuno, de uma maior alocação de pessoal, a fim de que não se retraia o processo de informatização já iniciado e de que não se atrasem as metas traçadas em nossa estratégia.

O Programa Nacional de Gestão Pública e Desburocratização– GESPÚBLICA, instituído pelo Decreto 5.378/2005, é um Programa que apoia centenas de órgãos e entidades da Administração Pública na melhoria de sua capacidade de produzir resultados efetivos para a sociedade. O GESPÚBLICA orienta sua ação pela estratégia fundamental de promoção da excelência dirigida ao cidadão e por um conjunto de princípios, voltados para a qualidade da gestão e dos serviços públicos.

Trata-se de uma arrojada política pública formulada para a Gestão. Está alicerçada em um modelo de gestão pública singular e tem como principais características: ser federativa e essencialmente pública; e estar focada em resultados para o cidadão.

No decorrer de 2015, o Núcleo de Excelência na Gestão Pública (NEGP-TO), realizou várias ações externas como âncora do Programa Gespública no Estado, bem como internamente no MPE como mediador da construção da Carta de Serviços ao Cidadão desta, realizada pelo Comitê Interno liderado pelo Coordenador do Núcleo de Inteligência e Segurança Institucional – NIS.

Externamente, o NEGP-TO realizou várias visitas técnicas de sensibilização com a finalidade de disseminar o programa nas instituições públicas tocantinenses. Foram envidados esforços no sentido de motivar a aplicação e desenvolvimento do programa Gespública nas 20 instituições adesas.

Assim, destacamos as visitas institucionais à Secretaria Estadual de Planejamento (30/01/15) e à Secretaria Estadual de Administração (12/02/2015). Outra visita importante foi realizada à Secretaria Estadual da Educação, com explanação do Programa Gespública à direção daquela instituição.

No mês de março, participamos de uma reunião na sede da Procuradoria da República no Tocantins, visando sensibilizar a instituição a realizar sua primeira autoavaliação no âmbito do Gespública.

Em abril, na sede da Procuradoria-Geral de Justiça, junto aos membros do Comitê Interno do Gespública, foi realizado o evento “I Colóquio de Excelência na Gestão”, quando foi apresentado, oficialmente, o Relatório da Autoavaliação referente ao biênio 2013/2014. Na ocasião, os membros do comitê interno do Gespública, e a Associação Tocantinense do Ministério Público (ATMP), discutiram as oportunidades de melhoria apontadas pelo Comitê Interno no âmbito dessa Autoavaliação.

Em outro evento, já em agosto, o MPE, por meio do NEGP/TO, promoveu uma grande palestra com o tema: “A importância da Carta de Serviços ao Cidadão como tecnologia de interação com o usuário dos serviços públicos”, com o objetivo de mobilizar os gestores sobre a importância e o valor da Carta de Serviços ao Cidadão e o compromisso dos gestores no monitoramento e no controle do impacto e dos resultados da implantação desse instrumento, sendo voltado aos servidores internos e às organizações públicas adesas ao Gespública no Estado. Para ministrar sobre o tema, o MPE viabilizou a vinda da Coordenadora de Capacitação do Núcleo da Excelência da Gestão Pública no Maranhão, Leidismar Nolasco. Destaca-se, ainda, no mês de agosto, a oferta aos servidores e membros do Comitê Interno do Gespública uma Oficina sobre o processo e a metodologia de elaboração da carta, capacitando-se para posterior implantação dessa ferramenta no MPE.

No mês de outubro, o Coordenador do NEGP/TO, Pedro Amilto Aguiar Cruz, participou da Oficina de retomada da Rede Gespública com todos os Coordenadores do programa no Brasil. O evento ocorreu em Brasília, na Escola Nacional de Administração Pública – ENAP, onde obteve a oportunidade de participar da construção de toda reformulação das estratégias do Programa Nacional e de suas Ferramentas.

No mês de novembro, o NEGP/TO, recebeu a visita técnica de apoio da consultora *ad hoc* e Coordenadora de Capacitação do NEGP no Maranhão, Leidismar Nolasco, naquela ocasião foi apresentada o cronograma da primeira fase de reuniões do Comitê Interno para a construção da “Carta de Serviços ao Cidadão” da instituição. Em outro evento no mês de novembro de 2015, o NEGP/TO e o comitê interno do Gespública no Ministério Público Estadual MP/TO, retomou suas atividades, apresentando o novo cronograma para construção da Carta de Serviços ao Cidadão da instituição. Nesta evento, o Coordenador do NEGP-TO apoiou e participou da palestra “A importância da Carta de Serviços ao Cidadão como tecnologia de interação com o usuário dos serviços

públicos” no Tribunal de Contas do Estado do Tocantins, que através das diretrizes do Programa Gespública está construindo sua Carta de Serviços ao Cidadão.

No âmbito interno do MPE, foram realizadas, sob a mediação do NEGP/TO, várias reuniões de trabalho, oportunidade em que se discutiram as práticas e oportunidades de inovação para melhoria continuada da gestão pública, que atualmente se encontra no 3º ciclo de autoavaliação da gestão, baseado nos oito critérios de excelência preconizados pelo programa Gespública, com a meta de apoiar os setores responsáveis pela implantação das Oportunidades de Melhorias levantadas pelo Relatório de Autoavaliação, e fortalecer o Comitê Interno no seu grande desafio do ano de 2015, que foi iniciar a construção da Carta de Serviços ao Cidadão.

A “Carta de Serviços ao Cidadão” é uma ferramenta utilizada pelos órgãos públicos para descrever e informar a população quais os serviços prestados, como acessar e obter esses serviços e quais são os compromissos com o atendimento estabelecido. O cidadão passa a ter orientação para tomar decisões sobre como, quando e para quem utilizar os serviços disponibilizados.

Quadro 7.1 – Oportunidades de Melhoria da Gestão no MPTO

Dimensão do Modelo de Excelência/Critérios	Oportunidades de Melhorias do Último Ciclo de Autoavaliação
1 - Governança	Alterar o ATO nº 004, de 21/01/2013 no sentido de possibilitar agilização do fluxo processual de compras e Desenvolver a Gestão Democrática e empoderada (descentralização/delegação/competência).
1 - Governança	Realizar reuniões proativas periódicas com pautas definidas no MP e nas sedes das Promotorias de Justiça do Interior, entre os chefes de departamentos, assessorias e a alta administração, além de reuniões intra setoriais para conhecimento das deliberações entre os servidores e as chefias, a fim de buscar melhores soluções para a instituição, evitando as reuniões reativas.
1 - Governança	Disseminar plenamente a visão, a missão e os valores do MP para seus integrantes, através do site, banners, e-mail institucional, contracheque, folders.
1 - Governança	Revisar o Regimento Interno do MP para viabilizar construção do Fluxograma de processos no MP.
2 - Estratégias e Planos	Criar e avaliar o Plano de Riscos, o Plano de Impacto dos Riscos ou Plano de Respostas dos Riscos dentro MP.
2 - Estratégias e Planos	Ampliar a composição da comissão de construção e revisão do Planejamento Estratégico do MP, para incluir todos os chefes dos departamentos, e o Controle Interno.

Dimensão do Modelo de Excelência/Critérios	Oportunidades de Melhorias do Último Ciclo de Autoavaliação
2 - Estratégias e Planos	Criar mecanismos participativos para alcançar maior acompanhamento na implementação da estratégia, Comunicar, sensibilizar e trazer os membros para a discussão na estratégia da gestão.
3 – Público- alvo	Criar protocolo de atendimento e fornecer ao cidadão o caminho eletrônico para acompanhamento.
3 – Público- alvo	Aplicar pesquisa pós-atendimento de satisfação organizacional com público externo, através da área de atendimento, buscando saber da resolutividade de sua demanda, satisfatório ou não.
3 – Público- alvo	Criar formulário de retorno de atendimento a ser preenchido pelo analista Ministerial na Promotoria de Justiça para identificar se o atendimento teve resolutividade plena ou parcial
3 – Público- alvo	Condicionar a instituição ao atendimento pleno a portadores de necessidades especiais (aplicação na Res. 81 CNMP), inclusive criar e prover vaga em cargo público com especialidade em libras.
3 – Público- alvo	Aplicar pesquisa de imagem externa que identifique o MP entre as instituições públicas.
3 – Público- alvo	Promover análise da imagem institucional com técnico em marketing.
3 – Público- alvo	Fazer chegar a população residente na periferia das cidades os resultados institucionais.
3 – Público- alvo	Editar em meio econômico cartilha instrutiva do MP, com a finalidade de alcançar população menos favorecida.
3 – Público- alvo	Criar uma comissão para elaborar formulário pesquisa institucional de satisfação ao atendimento.
3 – Público- alvo	Realizar pesquisa de identificação institucional através dos membros do comitê interno do GesPública nos locais de concentração pública.
3 – Público- alvo	Realizar ações através do MP itinerante que o aproxime da sociedade (MP Social).
3 – Público- alvo	Estruturar fisicamente e de Recursos Humanos a ouvidoria do MP.
3 – Público- alvo	Melhorar índices de atendimento ao público nas Promotorias de Justiça.
3 – Público- alvo	Criar padrões para monitoramento da qualidade e eficácia no atendimento.
3 – Público- alvo	Dar publicidade das atribuições e massificar a divulgação do número do telefone da ouvidoria do MP.
3 – Público- alvo	Criar canal direto de reclamação na ouvidoria (Telefone 127).
3 – Público- alvo	Criar e distribuir em locais públicos uma caixa de sugestões itinerantes.
4 - Interesse público e cidadania	Construir e Aplicar a Carta ao Cidadão nos moldes do Programa Gespública.
4 - Interesse público e cidadania	Desenvolver e aplicar Pesquisa de Satisfação do cidadão usuário dos serviços do MP, visando mensurar a satisfação em relação a atuação desse órgão, bem como aferir os indicadores de Atendimento ao Público contidos no Planejamento Estratégico.
4 - Interesse público e cidadania	Realizar através da Assistência Social da Diretoria de Recursos Humanos, o “Balanço Social”, para aferir arrecadações e distribuições de donativos realizados no MP.

Dimensão do Modelo de Excelência/Critérios	Oportunidades de Melhorias do Último Ciclo de Autoavaliação
4 - Interesse público e cidadania	Promover através da área de Psicologia da DRH, ações com vistas a melhorias das relações intersociais (balanço social) nas causas que impactam as áreas sociais, econômicas e ambiental do MP.
4 - Interesse público e cidadania	Definir calendário prévio de realização de audiências públicas regionalizadas para ouvir a sociedade quanto aos objetivos estratégicos institucionais.
4 - Interesse público e cidadania	Aprimorar canais de recebimentos de informações dos aspectos econômicos, ambientais que esteja ligados a estratégia institucional do MP.
4 - Interesse público e cidadania	Refinar as ações do Programa REICLAMP através de ações que envolvam os servidores do MP com seus objetivos e promova o relançamento do programa.
4 - Interesse público e cidadania	Implementar auditorias operacionais com foco em avaliação de risco.
4 - Interesse público e cidadania	Divulgar interno e anualmente o número e os motivos de processos disciplinares instaurados contra integrantes do MP (sindicâncias e procedimentos).
4 - Interesse público e cidadania	Ampliar o número de audiências públicas para efetiva participação social na concepção dos processos de projetos para as atividades e serviços do MP.
4 - Interesse público e cidadania	Criar balcão itinerante do MP nos locais de concentração popular (Feiras e outros) como forma prática do ministério público social.
4 - Interesse público e cidadania	Realizar parceria com o Governo do Estado para exposição das ações do MP nos grandes eventos tocantinenses.
4 - Interesse público e cidadania	Mostrar no sítio do MP, número de consulta ao protocolo e quantidade de acesso(consulta) por trimestre.
4 - Interesse público e cidadania	Incentivar cidadãos a participação no controle social da instituição com integração efetiva do cidadão - sociedade organizada.
4 - Interesse público e cidadania	Criar meta e indicadores para ouvidoria do MP.
4 - Interesse público e cidadania	Divulgar os resultados dos atendimentos da ouvidoria do MP.
5 - Informação e conhecimento	Atribuir responsabilidade dos créditos ao Gespública das melhorias levantadas.
5 - Informação e conhecimento	Construir e publicar internamente um catálogo para uniformizar a identificação e descrições dos materiais disponíveis no almoxarifado a ser distribuídos nos setores.
5 - Informação e conhecimento	Alinhar a comunicação do MP para dar publicidade as suas ações de forma que alcance o público-alvo - "interno".
5 - Informação e conhecimento	Promover a história do MP por meio do resgate dos saberes dos integrantes inativos que laboraram na criação e implantação do MP.
5 - Informação e conhecimento	Estimular os integrantes do MP a utilizarem o e-mail institucional e acessarem diariamente o sistema institucional Athenas.
5 - Informação e conhecimento	Disponibilizar no Portal do MP, os áudios das Reuniões do Colégio dos Procuradores gravados ou ao vivo.

Dimensão do Modelo de Excelência/Critérios	Oportunidades de Melhorias do Último Ciclo de Autoavaliação
5 - Informação e conhecimento	Melhorar a divulgação dos Atos e Orçamentos para que tenha a participação dos integrantes na sua elaboração, criando cultura no MP para os setores acompanharem as ações ligando-os ao planejamento estratégico e a gestão pública de qualidade.
5 - Informação e conhecimento	Divulgar o Mapa Estratégico do MPE, através da exposição em banners, promover palestras setorializadas e alinhar a comunicação aos objetivos estratégicos.
5 - Informação e conhecimento	Enriquecer o sítio eletrônico do MPE, socializando e dando maior publicidade aos projetos institucionais e sociais.
5 - Informação e conhecimento	Disponibilizar no Portal do MPE os Atos editados e os que antecedem o ano 2008 até mais antigos.
5 - Informação e conhecimento	Construir 01 semana de Alinhamento no MPE, disseminando a cultura organizacional, apresentando o Planejamento, as Oportunidades de Melhorias do MPE para revisão, anualmente ou semestralmente, de todos os setores, uma vez em janeiro outra em agosto.
5 - Informação e conhecimento	Utilizar como ferramenta a tecnologia dos smartphones, como melhoria para a comunicação interna no envio de mensagens institucionais "textos e vídeos" aos integrantes do MP.
5 - Informação e conhecimento	Comunicar orçamento estabelecido pelo Colégio de Procuradores no mural e no realinhamento.
5 - Informação e conhecimento	Trocar o título protocolo por acompanhamento processual no Portal do MP.
5 - Informação e conhecimento	Criar banco de dados único que permita a integração dos sistemas de informações do MP.
5 - Informação e conhecimento	Criar e prover vagas no quadro de pessoal do MPE, especialistas em informática para suprir a demanda crescente.
5 - Informação e conhecimento	Implementar recursos financeiros destinados ampliação da capacidade da tecnologia da informação do MP.
5 - Informação e conhecimento	Adquirir equipamentos para modernizar o parque tecnológico do MP, quanto à capacidade de transmissão e recepção de dados internet.
5 - Informação e conhecimento	Garantir a confiabilidade da base de dados dos bancos existentes no MP.
5 - Informação e conhecimento	Implantar política de comprometimento das informações e de utilização do "RAF".
5 - Informação e conhecimento	Implementar certificação de qualidade e eficiência dos sistemas desenvolvidos pela equipe técnica do MP.
5 - Informação e conhecimento	Criar através da equipe técnica em informática um sistema finalístico institucional próprio, que permita acesso e troca de informações para agilizar ações ministeriais.
5 - Informação e conhecimento	Integrar todos os sistemas de informações do MP.
5 - Informação e conhecimento	Manter constante atualização para tornar os sistemas de informações sempre modernos.

Dimensão do Modelo de Excelência/Critérios	Oportunidades de Melhorias do Último Ciclo de Autoavaliação
5 - Informação e conhecimento	Priorizar investimento financeiro para aplicar sistematicamente na preservação da integridade e consistência dos bancos de dados institucional.
5 - Informação e conhecimento	Criar e prover cargo efetivo na área de arquivologia.
5 - Informação e conhecimento	Divulgar o Plano Diretor de Tecnologia da Informação – PDTI.
5 - Informação e conhecimento	Aprimorar os processos institucionais através de reanálise para atender adequadamente às disposições da Lei de Acesso à Informação.
5 - Informação e conhecimento	Realizar pesquisa para aferir o grau de satisfação dos usuários com os serviços de informação, monitorá-la e avaliá-la a fim de identificar possíveis melhorias e/ou inovações dos serviços.
5 - Informação e conhecimento	Resgatar a memória documental e fotográfica nos arquivos do MP com Bibliotecário.
5 - Informação e conhecimento	Promover encontros informais que enalteçam o resgate de conhecimento dos servidores do MP.
5 - Informação e conhecimento	Construir Banco de Talentos do MP para utilizá-los nos programas culturais e eventos institucionais.
5 - Informação e conhecimento	Implementar no MP Gestão por Competências, Gestão de Pessoas, Mudança Comportamental e Cultura Organizacional.
5 - Informação e conhecimento	Construir a foto/imagem do Gespública para o público interno do MP.
5 - Informação e conhecimento	Melhorar a infraestrutura dos backup do MP.
5 - Informação e conhecimento	Criar ou adquirir Software de Sistemas de digitalização de documentos.
6 - Pessoas	Estabelecer que as horas dedicadas pelos servidores do MP à autoavaliação institucional sejam certificadas como horas de aperfeiçoamento funcional.
6 - Pessoas	Melhorar a estrutura com maior espaço físico e aumentar o número de servidores da área de manutenção.
6 - Pessoas	Criar legalmente, na estrutura organizacional do MPE, a área de Engenharia.
6 - Pessoas	Aumentar a força de trabalho do setor de protocolo.
6 - Pessoas	Regulamentar o Setor de Saúde do MP, requisito para atender as exigências da Vigilância Sanitária.
6 - Pessoas	Realizar avaliação cinético funcional dos integrantes do MP que aderirem ao programa de ginástica laboral.
6 - Pessoas	Promover através do Departamento de RH o acompanhamento dos integrantes do MP na situação de Licença Saúde, para favorecer os cuidados com a força de trabalho.
6 - Pessoas	Implementar o Banco de Horas na gestão de frequência dos servidores.
6 - Pessoas	Desenvolver o sistema informático de avaliação de estágio probatório.

Dimensão do Modelo de Excelência/Critérios	Oportunidades de Melhorias do Último Ciclo de Autoavaliação
6 - Pessoas	Implementar o sistema de empréstimo consignado que possibilite acessibilidade e facilidade aos integrantes do MP.
6 - Pessoas	Ampliar o espaço físico da sala de execução de diligências que permita a comodidade da sua força de trabalho.
6 - Pessoas	Regulamentar a indenização dos serviços executados externamente por Oficiais de Diligências com a utilização de veículos próprios.
6 - Pessoas	Implementar ações visando diminuir a rotatividade de servidores no Controle Interno
6 - Pessoas	Construir uma Cartilha de Orientação para o servidor ingresso no quadro do MP disseminando e mantendo a cultura organizacional.
6 - Pessoas	Divulgar no site MPE, o Código de Ética do servidor e conscientizar os servidores da Responsabilidade e Riscos externos de carregar o nome de servidor do MP.
6 - Pessoas	Implantar atuação dos Assessores Jurídicos por Especialização.
6 - Pessoas	Redefinir legalmente a estrutura organizacional da Secretaria da Assessoria Especial, com vistas a sua atuação e valorização do seu quadro de pessoal.
6 - Pessoas	Ampliar a força de trabalho da Assessoria Jurídica da DIGER, e o espaço físico para proporcionar um ambiente exclusivo ao assessor que labora com processos de sindicâncias.
6 - Pessoas	Garantir segurança à Assessoria Jurídica da DIGER, de eventual cobrança de terceiros interessados em pareceres e processos.
6 - Pessoas	Criar e desenvolver Projetos de Gestão de Pessoas para o MP com vistas ao desenvolvimento dos recursos humanos.
6 - Pessoas	Promover ações de integração que favoreça a aproximação entre membros e integrantes, visando minorar a distância no relacionamento entre estes.
6 - Pessoas	Ampliar parcerias para realização de cursos (Esmat, Adesg) – Egove, IES/TO, TCE, MJ.
6 - Pessoas	Criar programa permanente de capacitação de membros e servidores e fazer gestão do conhecimento com a finalidade de disseminar cursos, reuniões, seminários que enriqueçam o conhecimento institucional.
6 - Pessoas	Constituir grupos de estudos, trabalho, fóruns e comitês multifuncionais para troca de experiências.
6 - Pessoas	Formação de quadro próprio de Tutores/Multiplicadores (Incentivo).
6 - Pessoas	Revisar o PCCS e criar o Estatuto dos servidores do Ministério Público, no intuito de atrair e reter talentos na instituição.
6 - Pessoas	Entregar cartão de cumprimento pela passagem do aniversário dos servidores na véspera, não à posteriori, vez que a data é prevista como dia de folga.
6 - Pessoas	Criar um espaço de convivência para os servidores do MP que permaneçam no período de almoço.
6 - Pessoas	Aumentar o quadro de pessoal do setor Assessoria de Comunicação do MP com mais dois servidores e dois estagiários de comunicação.

Dimensão do Modelo de Excelência/Critérios	Oportunidades de Melhorias do Último Ciclo de Autoavaliação
6 - Pessoas	Elaborar manual de rotina das atividades de cada departamento para padronizar as ações e procedimentos no âmbito do MP.
6 - Pessoas	Implantação da avaliação 360 graus e que seja realizada de forma regular e constante e diferenciada por níveis de gerenciamento.
6 - Pessoas	Fazer reformulação do banco de dados de RH para criar o banco de talentos e qualificações do MP, segundo as funções e departamentos.
6 - Pessoas	Fazer avaliação diferenciada dos cargos de direção e assessoramento superior.
6 - Pessoas	Realizar sistemática pesquisa do clima organizacional que permita identificar os fatores que afetam a satisfação o bem-estar e a motivação da força de trabalho e possibilitem a erradicação destes.
6 - Pessoas	Especificar recursos para área fim e área meio destinados ao aperfeiçoamento e capacitação funcional.
6 - Pessoas	Descentralizar de Palmas os cursos presenciais – regionalizar e ofertar mais cursos EAD.
6 - Pessoas	Criar um banco de dados dos integrantes capacitados em cursos para serem multiplicadores.
6 - Pessoas	Especializar o pessoal do atendimento em “mediação de conflito”.
6 - Pessoas	Criar Comitê/Conselho Administrativo composto por integrantes do MP para subsidiar tomadas de decisões administrativas.
6 - Pessoas	Apresentar o que é GESPÚBLICA e Autoavaliação do MP para o Colégio de Procuradores.
6 - Pessoas	Desenvolver Gestão de compartilhamento de Informações para multiplicar conhecimentos e práticas administrativas entre os integrantes do MP.
6 - Pessoas	Construir o Perfil Profissiográfico dos servidores do MP para utilização na indicação da pessoa para um determinado cargo.
6 - Pessoas	Institucionalizar metas por setor/servidor no fluxo de trabalho.
6 - Pessoas	Alinhar o Banco de Horas com a Gestão de Resultados para aferir resultados.
6 - Pessoas	Construir e aplicar Curso de Formação para novos integrantes empossados.
6 - Pessoas	Solicitar ao Cesaf ministração de curso de aperfeiçoamento por competências para os novos empossados.
6 - Pessoas	Elaborar anualmente 01 (um) Projeto por Departamento relacionado a sua área de atuação para ser apresentado ao PGJ.
6 - Pessoas	Criar Fóruns Coletivos de discussão Institucional das rotinas de Trabalho.
6 - Pessoas	Criar Reunião Geral (Agenda Aberta de Discussão) dos chefes de Departamentos, Assessorias, quinzenais para construção de ideias e realinhamento de informações.
6 - Pessoas	Acompanhar e monitorar o PCCR com referencial comparativo do mercado.
6 - Pessoas	Sistematizar o monitoramento remuneratório do quadro de pessoal do MP.

Dimensão do Modelo de Excelência/Critérios	Oportunidades de Melhorias do Último Ciclo de Autoavaliação
6 - Pessoas	Construir e aplicar uma agenda permanente de discussão com os servidores para atender metas institucionais.
6 - Pessoas	Definir o real papel da Fisioterapia em regulamento próprio (preventivo/tratamento) no âmbito do MP.
6 - Pessoas	Construir regulamento de atendimento dos profissionais da fisioterapia e odontologia no âmbito do MP.
6 - Pessoas	Ministrar em horário e local único a realização de ginástica laboral dos integrantes do MP.
6 - Pessoas	Criar a CIPA – Comissão Interna de Prevenção de Acidentes.
6 - Pessoas	Criar caixa de sugestão própria ao setor de saúde.
6 - Pessoas	Criar um cargo público de médico da saúde do trabalhador para atuação na avaliação da capacidade laborativa da força de trabalho.
6 - Pessoas	Criar vaga de estagiários de fisioterapia no MP para suprir demanda força de trabalho e contribuir na formação de novos profissionais.
6 - Pessoas	Criar projetos que demande maior atuação do psicólogo dentro do MP com os servidores por equipe, departamento, com dinâmica de grupo motivacional.
6 - Pessoas	Disponibilizar on-line, intranet, dicas de saúde, postura, ergonomia, entre outros.
6 - Pessoas	Aplicar questionário multidisciplinar de satisfação dos servidores e gerenciar os dados para efetiva atuação das especificidades da área da saúde.
6 - Pessoas	Elaborar projetos específico da saúde do trabalhador com finalidade de carrear recursos financeiros para implementação de melhorias.
6 - Pessoas	Desenvolver projetos de integração dos integrantes do MP como retiros externos, passeios, que possam fortalecer relacionamentos interpessoais.
6 - Pessoas	Aplicar o projeto de integração dos integrantes do MP aos setores de: Comunicação, Cerimonial para que produzam Calendário único de Eventos do MP.
6 - Pessoas	Promover curso de Capacitação aos Oficiais de Diligências, específico da área de atuação para melhoria do desempenho das atividades.
6 - Pessoas	Aperfeiçoar os enunciados da Avaliação Periódica de Desempenho - APD e utilizar suas respostas para programação de necessidades de Cursos de capacitação.
6 - Pessoas	Elaborar Plano Educacional do Cesaf levando em conta as notas das APD e demandas levantadas nas reuniões do Comitê interno do Gespública.
6 - Pessoas	Aproveitar os profissionais do Quadro do MP na ministração de curso presenciais e incentivar a prática de multiplicadores aos participantes de cursos oferecidos pelo Cesaf (Ato de Instrutoria).
6 - Pessoas	Sistematizar aplicação de pesquisa para levantar os benefícios do curso e resultados Pós-cursos para a instituição.
6 - Pessoas	Construir Política de Renumeração que contemple a valorização por qualificação e que estimule a aprendizagem constante do servidor.

Dimensão do Modelo de Excelência/Critérios	Oportunidades de Melhorias do Último Ciclo de Autoavaliação
6 - Pessoas	Regulamentar licença renumerada que possibilite afastamento do trabalho aos servidores para cursar especialização “mestrado” e/ou “doutorado”.
6 - Pessoas	Ampliar Bolsa de Estudo para alcançar servidores do MP matriculados em cursos de Pós-graduação.
6 - Pessoas	Alterar a estrutura organizacional dos Órgãos e Serviços Auxiliares de Apoio Administrativo do MP (organograma) para tornar a área de manutenção um Departamento institucional.
	Critério 7 - Processos
7 - Processos	Simplificar o processo de manutenção de veículos quanto ao fluxo e abreviar tempo quanto a solicitação ao pagamento.
7 - Processos	Adoção do uso de cartão corporativo na área de manutenção predial com a finalidade de socorrer urgências em manutenção.
7 - Processos	Modernizar eletronicamente a área de patrimônio do MP para que seus processos sejam plenamente informatizados.
7 - Processos	Formar uma comissão de estudo para reavaliar o ATO nº 28 que trata da movimentação e lotação de bens móvel.
7 - Processos	Modernizar o guia de movimentação de bens patrimoniais para possibilitar a baixa no sistema no ato da movimentação do bem.
7 - Processos	Aperfeiçoar o sistema informático de tombamento de bens patrimoniais para evitar a geração de mobiliários com duas plaquetas de identificação de patrimônio.
7 - Processos	Desenvolver sistema informático próprio para controle de estoque e validade de produtos do almoxarifado do MP e que corrija diferença quantitativa entre o virtual e o físico.
7 - Processos	Desenvolver sistemas informáticos que permita a eliminação das 187 planilhas manuais usadas pelo Departamento de RH.
7 - Processos	Eliminar o desperdício com a impressão física de pareceres e pautas de julgamento.
7 - Processos	Padronizar e unificar as informações do controle interno com disponibilização de acesso à consulta a todos os departamentos do MP para evitar as devoluções dos processos por falta de correção com as normas.
7 - Processos	Disponibilizar dois monitores para facilitar o trabalho com processos virtuais.
7 - Processos	Adquirir escâner para virtualizar documentos facilitando o envio de documentos ao CNMP e outros.
7 - Processos	Desenvolver através do Departamento de TI um sistema para monitorar o tempo de permanência dos processos com seus respectivos assessores, para indicar a eficiência de forma a ampliar os resultados, semelhante ao existente na Justiça Federal.
7 - Processos	Realizar avaliação periódica dos fornecedores de produtos e serviços da área de comunicação, de modo que tenha posterior reflexo na melhoria das especificações dos editais de licitações.

Dimensão do Modelo de Excelência/Critérios	Oportunidades de Melhorias do Último Ciclo de Autoavaliação
7 - Processos	Criar uma comissão composta pela Diretoria-geral, DRH, Diretoria de Planejamento, Assessoria Jurídica e Expediente para elaborarem o plano de Fluxograma do MP.
7 - Processos	Criar e manter banco de dados de parcerias do MP para repasse de feedback a estas parcerias.
7 - Processos	Buscar novas parcerias com órgãos e instituições que darão maior visibilidade as ações do MP, como instituições federais / MJ e outros através dos CAOP's.
7 - Processos	Desenvolver sistema informático para facilitar a APD.
7 - Processos	Definir e distribuir responsabilidade em várias áreas do MP para buscar novas parcerias.
7 - Processos	Criar mecanismo para que a atividade fim cumpra o desiderato de prestar informação para alimentar dados da execução.
7 - Processos	Desenvolver sistema gerencial orçamentário.
7 - Processos	Criar mecanismos facilitadores para alimentar dados dos indicadores com vistas ao monitoramento e avaliação.
7 - Processos	Melhorar (refinar) os indicadores finalísticos com o fito de reduzir sua variabilidade, aumentar sua confiabilidade e ampliar sua capacidade de gerar resultados.
7 - Processos	Criar sistema de processo “extrajudicial eletrônico”.
7 - Processos	Estimular os Membros do MP a incorporar práticas que facilite a alimentação dos sistemas de tecnologia já existentes com dados dos processos.
7 - Processos	Estimular a incorporação e desenvolvimento de Boas Práticas já identificadas (Banco de boas práticas), relacionadas aos processos finalísticos.
7 - Processos	Denúncias realizadas através da web, sejam direcionadas online a Promotoria de Justiça de sua Jurisdição.
7 - Processos	Transferir o acesso as denúncias web para abertura e controle pela ouvidoria do MP.
7 - Processos	Linkar telefone das Promotorias de Justiça da jurisdição no momento da denúncia web.
7 - Processos	Implementar política de comprometimento de alimentação dos dados do “RAF” para suprir as informações necessárias ao acompanhamento das metas institucionais.
7 - Processos	Designar uma comissão para revisão da Resolução 03/2013 com a finalidade de sugerir melhorias para assegurar acesso e qualidade no atendimento aos seus públicos-alvos.
7 - Processos	Construir o Banco de Dados do setor de Atendimento para evitar o resserviço.
7 - Processos	Normatizar e divulgar o horário de atendimento das promotorias de justiça do interior e da capital, em banner, site MP e outros.

Dimensão do Modelo de Excelência/Critérios	Oportunidades de Melhorias do Último Ciclo de Autoavaliação
7 - Processos	Criar na sede das Promotorias de Justiça a estrutura do atendimento (Sala do cidadão) no interior.
7 - Processos	Instruir ao cidadão que busca atendimento do MP a usar o sistema de denúncia disponível no site MP.
7 - Processos	Lotar um Analista Ministerial Área Jurídica, no setor de atendimento ao cidadão do MP para realizar triagem técnica.
7 - Processos	Aplicar Análise crítica do desempenho nos processos de atendimento ao público no MP.
7 - Processos	Construir indicadores para acompanhar e avaliar o desempenho da parceria dentro da celebração de convênios com entidades.
7 - Processos	Criar cargo/função de Gerência para realizar acompanhamento da execução das ações do PPA.
7 - Processos	Criar e formalizar acordos de Gestão, visando a gestão por competência.
7 - Processos	Construir “Projeto Conhecendo as Práticas Exitosas do MP” para apresentação a outras instituições públicas, marketing institucional.
7 - Processos	Criar Projeto de atuação efetiva do MP junto ao executivo para aprimorar o controle da Gestão Fiscal, maximizar a arrecadação dos impostos e combater a sonegação fiscal estadual.
7 - Processos	Aumentar o orçamento do MP e aumentar salário dos servidores do quadro auxiliar do MP.
7 - Processos	Alocar em espaço físico único o estoque do Almoxarifado Central do MP.
7 - Processos	Realizar Inventário Anual, melhorar espaço físico, ver demanda x estoque mínimo do Almoxarifado central.
7 - Processos	Fazer Inventário Anual e Transferência de Responsabilidades, com Controle de Estoque por área com Controle de Consumo.
7 - Processos	Informar média de consumo dos departamentos e mandar pela rede para evitar impressões.
7 - Processos	Construir Banco de Dados formal para lançar avaliação dos fornecedores após Execução, quanto ao prazo, qualidade, preço, desempenho, ações corretivas e repassar aos fiscais de contrato.
7 - Processos	Criar cadastro formal dos fornecedores.
7 - Processos	Criar mecanismos de controle visando melhor qualidade no desenvolvimento dos processos, maximizando os recursos, evitando desperdícios, observando os princípios orçamentários da eficiência, eficácia e economicidade e efetividade.
7 - Processos	Criar Banco de Dados interno com valores de referência e celebrar termo de colaboração técnica que permita acessar Banco de Preços do Governo Federal para melhorar os custos.
7 - Processos	Criar um Escritório de Projetos permanente no MP para agilizar elaboração e detalhamento de Projetos na captação de recursos.
7 - Processos	Solicitar Laudo de Vistoria dos prédios do MP pelo Corpo de Bombeiros.
7 - Processos	Organizar e criar Calendário de Rotinas de Vistorias preventiva do MP Bienal.

Dimensão do Modelo de Excelência/Critérios	Oportunidades de Melhorias do Último Ciclo de Autoavaliação
7 - Processos	Adequar e Associar a Nova Lei da Contabilidade Pública de 2013 a Equipe de Engenharia do MPE e criar métodos e instrumentos gerenciais para realização periódica da avaliação da conservação e do valor de mercado dos imóveis do MP.
7 - Processos	Abertura de processos dos registros dos lotes das promotorias antigas que foram doações para fazer avaliações de preço de mercado.
7 - Processos	Recuperar bens que estejam nos depósitos que estejam quebrados ou estragado para reutilização ou dar baixa como doações.
7 - Processos	Fortalecer a equipe de segurança em todos os prédios do MP, para garantir a integridade física de pessoas e processos.
7 - Processos	Efetuar a troca dos registro e válvulas de descargas dos banheiros do MP, por modelos favoreça a economia de água e seja ambientalmente recomendado.
7 - Processos	Criar Campanha de consumo consciente de Energia no MP no intervalo de Almoço, desligando equipamentos, ares-condicionados e lâmpadas das salas.
7 - Processos	Configurar as impressoras para imprimir frente e verso.

Fonte: Comitê Interno do Gespública

8 Destaques na Atuação Finalística do MPTO em 2015

Corroborando o conteúdo do Relatório de Gestão de 2015, foram selecionadas as principais notícias relacionadas à atuação do Ministério Público do Tocantins no decorrer do ano, organizadas por mês de publicação. Mais detalhes sobre cada uma delas poderão ser obtidos no sítio eletrônico da Instituição (www.mpto.mp.br).

JANEIRO

Ministério Público Estadual (MPE) instaura 33 inquéritos civis para levantar informações sobre os serviços de proteção à criança e ao adolescente em Porto Nacional e região;

Ministério Público Estadual (MPE) expede recomendação ao Estado do Tocantins para que sejam tomadas medidas visando garantir a segurança das pessoas que trafegam sobre a ponte do rio Tocantins em Porto Nacional. Isso porque há mais de quatro anos não há análise técnica dos riscos estruturais da obra;

O Ministério Público Estadual (MPE) ingressa com ação civil pública contra o Estado do Tocantins em que requer a concessão de liminar suspendendo as promoções de policiais militares realizadas em dezembro pelo ex-governador Sandoval Lobo Cardoso;

Termo de Ajuste de Conduta (TAC) proposto pelo Ministério Público Estadual (MPE) e assinado pela Secretária Estadual de Educação no fim do ano de 2014 evitará que alunos da rede Estadual de Araguaína fiquem prejudicados pela falta de acesso ao transporte escolar neste novo ano letivo.

FEVEREIRO

Atendendo a pedido formulado pelo Ministério Público Estadual (MPE) em ação civil pública, a Justiça obriga o Estado do Tocantins e o Departamento de Estradas e Rodagens do Estado do Tocantins (Dertins) a promoverem a recuperação da rodovia TO-336, no trecho localizado entre os municípios de Guaraí, Fortaleza do Tabocão, Tupirama do Tocantins e Pedro Afonso;

Ministério Público Estadual, por meio da Promotoria de Justiça de Natividade, oficiou a Prefeitura de Natividade para que preste esclarecimentos acerca do descarte inadequado de pneus na cidade;

Ministério Público Estadual, por meio do Grupo Especial de Controle Externo da Atividade Policial (Gecep), obteve liminar da Justiça garantindo que o Estado do Tocantins os sindicatos dos Delegados (Sindepol) e dos Policiais Civis (Sinpol), mantenham delegados de plantão em todas as Comarcas do Estado durante o carnaval;

Atendendo a pedido do Ministério Público Estadual (MPE), a Justiça expediu liminar determinando a interdição total da Unidade de Regime Semiaberto de Araguaína (Ursa) até que seja realizada uma completa reforma de sua estrutura;

Ministério Público Estadual (MPE) ingressa com ação civil pública contra o Estado e o município de Araguaína, na qual requer a normalização do serviço de transporte escolar dos alunos da rede estadual residentes na zona rural daquela cidade;

Ministério Público Estadual (MPE) acompanha teste de queima de resíduos sólidos em Paraíso do Tocantins, realizado por uma empresa especializada em tratamento e disposição de materiais perigosos;

Ministério Público Estadual (MPE) decide ajuizar Ação Civil Pública após vitória no Hospital Geral Público de Palmas (HGPP).

Ministério Público Estadual (MPE), Defensoria Pública Estadual (DPE) retificam acordo com o Estado do Tocantins para garantir assistência aos pacientes com câncer;

Ministério Público Estadual (MPE) participou na Câmara Municipal de Palmas, da abertura da audiência pública para apresentação do Relatório de Prestação de Contas do Terceiro Quadrimestre de 2014, da Secretaria Municipal de Saúde;

Ministério Público Estadual (MPE) pede à Justiça que greve de Polícia Civil seja declarada ilegal por falta de escoltas de presos na Comarca de Araguaína;

Ministério Público Estadual (MPE) pede condenação de servidora pública por farsa de candidatura em eleição de 2012;

Ministério Público Estadual (MPE) pede interdição da Unidade de Regime Semiaberto de Araguaína (Ursa) devido à precariedade do local em termos de estrutura e material, que ocasiona graves problemas de segurança e higiene, comprometendo o funcionamento da unidade;

Ministério Público Estadual (MPE) expediu recomendação às instituições de ensino público da região de Araguaína orientando que, sendo de interesse do estudante, devem ser realizadas matrículas de adolescentes no ensino noturno, desde que estes sejam trabalhadores e seu contrato de trabalho esteja de acordo com as determinações do Estatuto da Criança e Adolescente (ECA);

Ministério Público Estadual (MPE) recomenda que a Secretaria Estadual da Educação (Seduc) regularize a prestação do serviço de transporte escolar em toda a zona rural do município de Araguaína, no Norte do Estado;

Ministério Público Estadual (MPE) ingressou com uma ação civil pública contra o Estado do Tocantins e o Departamento de Estradas e Rodagens do Estado do Tocantins (Dertins), em que requer a recuperação urgente da rodovia TO-336, no trecho compreendido entre os municípios de Guaraí, Fortaleza do Tabocão, Tupirama do Tocantins e Pedro Afonso;

A exigência de pagamento antecipado do licenciamento como condição para transferência de veículo, por parte do Detran, levou o Ministério Público Estadual (MPE) a ingressar com Ação Civil Pública (ACP) contra o Governo do Estado. A medida foi tomada após diversas denúncias de cobrança abusiva, praticadas pela Ciretran de Araguaína, que chegaram à 6ª Promotoria de Justiça da cidade;

Tribunal do Júri acata pedido do Ministério Público Estadual (MPE) e condena acusado de homicídio em Porto Nacional.

MARÇO

Ação Civil Pública ajuizada pelo Ministério Público Estadual (MPE) e Defensoria Pública Estadual (DPE) garantiu a internação de quatro recém-nascidos que aguardavam vagas em Unidades de Terapia Intensiva (UTIs) no Hospital e Maternidade Dona Regina, em Palmas. A Secretaria de Saúde do Estado informou que os bebês foram atendidos e se encontram sob observação médica;

O Ministério Público Estadual (MPE) protocolou Ação Civil Pública (ACP) contra o município de Gurupi e a empresa Nova Fronteira Urbanização Ltda, responsável pelo parcelamento e loteamento do setor Nova Fronteira, localizado às margens de uma nascente de água, considerado, por esse motivo, como Área de Preservação Permanente (APP);

Ação do MPE visa garantir monitoramento eletrônico para presos do regime aberto domiciliar em Gurupi;

Durante audiência de conciliação, referente à Ação Civil Pública que pede a regularização da oferta de leitos Unidade de Terapia Intensiva (UTI) neonatal no Tocantins, o Estado assinou acordo no qual se compromete a normalizar esses serviços, mediante a adoção de várias medidas, que se sucederão até que o problema esteja sanado. O acordo teve como partes o Ministério Público Estadual (MPE) e Defensoria Pública, enquanto órgãos de controle;

A pedido do Ministério Público Estadual (MPE), o Município de Miracema do Tocantins deverá fiscalizar estabelecimentos de assistência farmacêutica a fim de garantir a prestação do serviço da forma ininterrupta aos cidadãos. A decisão liminar atende a uma Ação Civil Pública com Obrigação de Fazer, ajuizada pela 2ª Promotoria de Justiça do Município;

A pedido do Ministério Público Estadual (MPE), Justiça determina que Prefeitura de Araguaína mantenha Conselhos Tutelares em condições de trabalho;

Atendendo pedido do Ministério Público Estadual, justiça afasta auditor fiscal, preso em flagrante pela Polícia Civil, no município de Gurupi, quando tentava receber, de forma indevida, a quantia de R\$ 40 mil de um agropecuarista local;

Após ajuizamento de Ação Civil Pública, Justiça atende a pedido do Ministério Público Estadual (MPE), e determina que sejam realizados procedimentos cirúrgicos em recém-nascidos internados no Hospital Dona Regina, em Palmas, no prazo máximo de 48 horas;

A cobrança do Imposto Predial e Territorial Urbano (IPTU) de Araguaína com aumento, estabelecido na Planta Genérica de Valores Imobiliários de 2014, continua suspensa judicialmente. A ação que ocasionou a suspensão da cobrança é do Ministério Público Estadual (MPE). A justificativa é de que houve ausência de critérios técnicos na atualização da Planta Genérica de Valores Imobiliários em 2014, o que acarretou significativo aumento do IPTU, chegando a até 1.166%;

Atendendo a pedido do Ministério Público Estadual (MPE), proposto em ação civil pública, a Justiça determinou a remoção dos 157 presos provisórios da Unidade de Tratamento Penal Barra da Grota, de Araguaína, presídio que deve ser destinado exclusivamente a presos definitivos;

Atendendo a pedido do Ministério Público Estadual (MPE) e Defensoria Pública, a Justiça concedeu liminar determinando que sejam realizadas, no prazo de 20 dias, 103 cirurgias ortopédicas de pacientes que se encontram internados no Hospital Geral Público de Palmas (HGPP);

Atendendo a pedido do Ministério Público Estadual (MPE), a Justiça determinou, por meio de liminar, que o Governo do Estado normalize a prestação do serviço de transporte escolar em Araguaína no prazo de cinco dias, a serem contados a partir da notificação. Em caso de descumprimento, o poder público sujeita-se ao pagamento de multa diária no valor de R\$ 250 por cada aluno não transportado, limitada ao valor total de R\$ 678 mil;

O ex-prefeito João Airton Rezende, do município de Santa Rita do Tocantins, foi condenado em ação civil pública por ato de improbidade administrativa movida pelo Ministério Público Estadual (MPE), na qual foi acusado de burlar a exigência de licitação na compra de medicamentos, tendo adotado a prática de adquirir os produtos por meio de compras fracionadas;

Governo assina termo se comprometendo a organizar serviços de ortopedia em todo o Estado e coibir prescrições médicas de Órteses, Próteses e Materiais Especiais (OPMEs) não padronizadas pelo SUS;

A primeira temporada de júri na Comarca de Almas, no Sudeste do Estado com julgamento que levou à condenação de homicida a 13 anos e dois meses de reclusão por um crime de homicídio praticado em 21 de setembro de 2014;

O Ministério Público Estadual reiterou o pedido de responsabilização pessoal do Prefeito de Porto Nacional pelo descumprimento de liminar que interditou a Casa do Idoso Tia Angelina. O Juiz de Direito Adhemar Chufalo Filho atendeu ao pedido do MPE e estipulou multa diária de R\$ 5 mil ao gestor municipal, até o limite de R\$ 300 mil, em caso de descumprimento da liminar;

A visita de familiares de presos da Casa de Prisão Provisória de Dianópolis (CPPD) será restabelecida. O direito foi garantido por meio de decisão do Poder Judiciário, que atendeu pedido do Ministério Público Estadual (MPE);

Médico é condenado a 12 anos e nove meses de reclusão por estupro de vulnerável, fato ocorrido em 2013, dentro do Hospital Regional de Arraias, no Sudeste do Estado. A ação penal, movida pelo Ministério Público Estadual (MPE), está com trânsito em julgado, não cabendo mais recurso;

Ministério Público Estadual (MPE) e Defensoria Pública Estadual (DPE) ajuizaram Ação Civil Pública (ACP) contra o Estado do Tocantins na qual requerem a viabilização imediata dos procedimentos ortopédicos para 103 pacientes que se encontram internados no Hospital Geral Público de Palmas (HGPP);

Ministério Público Estadual (MPE) e a Defensoria Pública Estadual (DPE) ingressaram com uma Ação Civil Pública conjunta em que pedem que o Governo do Estado do Tocantins viabilize a realização dos procedimentos da neurocirurgia aos pacientes que se encontram internados no Hospital Geral Público do Palmas (HGPP) com risco de agravamento do quadro clínico e óbito;

Os Ministérios Públicos Estadual, Federal e a Defensoria Pública do Estado realizaram diligências no Hospital Infantil Público de Palmas (HIPP) com a finalidade de verificar o cumprimento do acordo homologado por sentença judicial acerca do abastecimento de medicamentos e suprimentos das Unidades Hospitalares da Rede Pública do Estado. O acordo é resultado de uma Ação Civil Pública promovida por essas instituições, perante a Justiça Federal;

Ministério Público Estadual e Defensoria vistoriam Hospital Geral Público de Palmas (HGPP) para diagnosticar problemas da área de ortopedia;

Com o objetivo de reparar os danos ambientais provocados no rio Crixás, o Ministério Público Estadual (MPE) ingressou com Ação Civil Pública em desfavor do Município de Crixás do Tocantins. Na ação, o Ministério Público Estadual (MPE) pede que o Poder Público Municipal apresente o Plano de Recuperação de Área Degradada e que interrompa imediatamente a extração de argila de um loteamento urbano;

Instalado há mais de 10 anos, o "Cemitério Novo" em Gurupi ainda não possui licença ambiental expedida pelo Naturatins, situação que tem ocasionado diversas irregularidades e que levou o Ministério Público Estadual (MPE), a ajuizar Ação Civil Pública (ACP) em desfavor do Município;

Ministério Público Estadual (MPE) ofereceu denúncia em desfavor de Alan Moreira Borges, marido da professora Heidy Aires Leite Moreira Borges, assassinada com golpes de faca no fim do ano passado;

Uma ação conjunta do Ministério Público Estadual (MPE) e Defensoria Pública Estadual (DPE) garantiu o direito à saúde dos pacientes que aguardam cirurgias neurológicas no Hospital Geral de Palmas (HGP). Conforme decisão proferida pelo Poder Judiciário, o Estado tem 10 dias para apresentar cronograma e 30 dias para realizar as neurocirurgias dos 24 pacientes citados na Ação Civil Pública proposta, que se encontram internados no Hospital Geral Público de Palmas (HGPP);

Ministério Público Estadual (MPE) encaminhou Recomendação ao Prefeito do Município de Araguaína para que tome providências no sentido de minimizar danos ambientais consistentes em erosão do solo e conseqüente assoreamento do córrego "São Benedito";

Ministério Público Estadual (MPE) exige providências da Sesau quanto ao comunicado de fechamento da Maternidade do Hospital e Maternidade Dona Regina (HMDR);

Ministério Público Estadual (MPE) ajuizou Ação Civil Pública contra a empresa Transhotel (Transbrasiliiana Hotéis Ltda.), em Gurupi, pela prática de poluição ambiental. Segundo laudos de órgãos ambientais, os efluentes produzidos pelo hotel, posto de combustível, oficina mecânica e lava-jato que integram o empreendimento são depositados diretamente em uma lagoa, sem receber qualquer tratamento;

Ministério Público Estadual (MPE) ingressou com Ação Civil Pública em desfavor do Estado do Tocantins em face das péssimas condições estruturais do Centro de Atenção Psicossocial para a Infância e Adolescência (CAPS Infantil) do município de Araguaína;

Ministério Público Estadual (MPE) iniciou, no município de Cariri, uma série de debates e mesas-redondas nos municípios que integram a Comarca Gurupi, com o objetivo de discutir a criação de Casas de Passagem em cidades da região Sul do Tocantins;

Ministério Público Estadual (MPE) instaurou Inquérito Civil para apurar as circunstâncias da aquisição de apostilas do Sistema Positivo para os alunos do ensino fundamental do município de Porto Nacional;

Foi realizado o 15º Encontro do Conselho de Secretários Municipais de Saúde do Tocantins (Cosems/TO), no auditório da Assembleia Legislativa, com o tema SUS: Acesso com Qualidade e Controle Social. O evento contou com a presença de representantes do Ministério Público Estadual (MPE), Ministério da Saúde, Secretaria de Estado da Saúde, Conselho Nacional de Secretários Municipais de Saúde, Conselho Estadual de Saúde e Associação Tocantinense dos Municípios;

Ministério Público Estadual (MPE) pediu o cumprimento das obrigações previstas no Termo de Ajustamento de Conduta (TAC) firmado entre Governo do Estado, Município de Araguaína e Clínica de Repouso São Francisco, em setembro de 2013, e homologado pela Juíza da 2ª Vara da Fazenda Pública de Araguaína. De acordo com o Ministério Público Estadual (MPE), o Governo do Estado não cumpriu o compromisso assumido judicialmente para a garantia do tratamento de pacientes com transtornos mentais;

Ministério Público Estadual (MPE) ingressou na Justiça, com pedido para que seja determinada à Polícia Militar a realização de vistoria e "pente fino" na Casa de Prisão Provisória de Dianópolis (CPPD). Também foi solicitado que se determine à PM a promoção da escolta carcerária, bem como que garanta a visita de familiares e o atendimento aos presos por parte dos promotores de justiça, defensores públicos e advogados;

Ministério Público Estadual (MPE) ingressou com ação civil pública contra o Estado do Tocantins requerendo a remoção dos presos provisórios que se encontram encarcerados na Unidade de Tratamento Penal Barra da Grota - presídio que deve ser destinado exclusivamente aos presos definitivos;

Ministério Público Estadual (MPE) reuniu com representantes, no Brasil, da Ong holandesa - Netherlands Hanseniasis Relief (NHR/Brasil) para discutir hanseníase no Tocantins;

Ministério Público Estadual (MPE) expediu recomendação ao Governo do Estado do Tocantins para que sejam criados órgãos de apoio na gestão do sistema prisional do Estado, entre eles, uma Ouvidoria com o objetivo de funcionar como canal de comunicação entre a sociedade e entidades estaduais responsáveis pela administração do sistema;

O Ministério Público Estadual (MPE) encaminhou recomendação aos secretários de Educação do Estado e do Município e à Diretora Regional de Ensino de Arraias indicando a adoção de medidas que garantam acesso efetivo ao direito à educação na cidade de Arraias;

O Ministério Público Estadual (MPE) ingressou com ação civil pública contra a Cooperativa dos Produtores de Carnes e Derivados de Gurupi (Cooperfrigu) pela prática de crime ambiental, referente à poluição do córrego Jandira. Na ação, o MPE pede que a empresa seja obrigada a reparar os danos ambientais e pague indenização, a ser revertida ao Fundo Municipal de Meio Ambiente;

O Ministério Público Estadual (MPE), por meio da Promotoria de Justiça de Axixá do Tocantins, ingressou com uma Ação Civil Pública contra a Energisa (antiga Celtins), em que requer que a empresa seja obrigada a instalar energia elétrica no projeto de assentamento Grotão, localizado naquele município;

O Ministério Público Estadual (MPE), por meio da Promotoria de Justiça do Consumidor da Capital, expediu recomendação ao Sindicato dos Revendedores de Combustíveis do Estado do Tocantins (SINDIPOSTO), para que a entidade fiscalize seus filiados proprietários de Postos de Combustíveis em Palmas e para que, no prazo máximo de 48 horas, os estabelecimentos adequem os valores cobrados, se limitando a aplicar apenas o reajuste devido dos produtos;

Uma audiência judicial de conciliação foi realizada no Fórum de Palmas, com representantes do Ministério Público Estadual, Defensoria Pública, Poder Judiciário e movimento grevista da Polícia Civil. Na ocasião, foi apresentada uma proposta para que os policiais colaborassem com o restabelecimento do direito às visitas nas unidades prisionais da capital;

Atendendo a pedido do Ministério Público Estadual (MPE), a Justiça determinou que a Polícia Militar intervenha nas unidades prisionais de Araguaína, realizando operações de revista e "pente fino", promovendo a escolta carcerária e viabilizando o retorno das visitas de familiares e do acesso de promotores de justiça, defensores públicos, advogados e oficiais de justiça aos detentos;

Onze Ações Civil Públicas com Obrigação de Fazer, em desfavor do Município de Goiatins, foram ajuizadas só este ano pelo Ministério Público Estadual (MPE), após constatar falta de infraestrutura em todas as escolas da rede municipal de ensino. As ações foram baseadas no laudo de Vistoria Técnica do Centro de Apoio Operacional às Promotorias de Justiça da Infância e Juventude do MPE, após solicitação da Promotoria de Justiça local;

O Ministério Público Estadual (MPE) participou da audiência pública realizada na Câmara Municipal de Palmas. A solenidade teve como objetivo a apresentação do Relatório de Prestação de Contas do terceiro quadrimestre de 2014, da Secretaria Municipal de Saúde;

Representantes dos Ministérios Públicos Estadual e Federal, Poder Judiciário e Defensoria Pública, enquanto órgãos de controle, e da Secretaria Estadual da Saúde, Sindicato dos Médicos (Simed) e Conselho Regional de Medicina (CRM) se reuniram com a finalidade de encontrar soluções para a falta de cobertura dos plantões médicos nos hospitais da rede estadual.

ABRIL

Foi ajuizada Ação Civil Pública (ACP) em desfavor do Prefeito de Araguaína e da Secretária Municipal de Trabalho e Ação Social. No documento, o Ministério Público Estadual (MPE) pede o afastamento liminar dos dois agentes públicos em função do enriquecimento ilícito, decorrente da acumulação indevida de cargos públicos, de caráter remunerado, por parte da Secretária Municipal;

Resultado de operação policial autorizada pela Justiça em decorrência de pedido do Ministério Público Estadual (MPE), a Polícia Militar do Tocantins apreendeu drogas na cidade de Nova Olinda;

O Ministério Público Estadual (MPE) obteve êxito em Ação Civil Pública que pedia proibição da concessão de novas linhas de transporte coletivo intermunicipal, até que seja realizada nova licitação por parte do Governo do Estado. A liminar concedida, atende aos pedidos propostos pelo MPE e determina que a Agência Tocantinense de Regulação, Controle e Fiscalização de Serviços Públicos (ATR) não autorize novos itinerários;

A Justiça recusou os agravos de instrumento interpostos pelos Banco do Brasil e Bradesco e manteve as decisões liminares proferidas em primeiro grau e que atendiam os pedidos de Ação Civil Pública (ACP) ajuizada pelo Ministério Público Estadual (MPE). Na Ação, o MPE requereu que as instituições financeiras fossem obrigadas a garantir o abastecimento dos caixas eletrônicos dos municípios de Araguaína, principalmente nos feriados, finais de semana e datas de pagamento do funcionalismo público;

O Ministério Público Estadual (MPE) obteve 100% de aproveitamento nos julgamentos da Temporada do Tribunal do Júri em Araguaína realizados entre os dias 03 e 23 de abril. Manifestando-se contra a impunidade, o Conselho de sentença, formado por cidadãos araguainenses, acataram todas as teses apresentadas pelos Promotores de Justiça nas quatro sessões de julgamentos e consideraram os réus culpados;

Uma solicitação da Promotoria de Justiça de Cristalândia resultou na interdição de um frigorífico no município. Servidores do Centro de Apoio Operacional das Promotorias de Justiça do Consumidor (Caop do Consumidor) e fiscais da Agência de Defesa Agropecuária (Adepec) estiveram no local e constataram diversas irregularidades, como maquinário enferrujado e falta de documentos;

Foi firmado Acordo homologado por sentença, em audiência realizada na 3ª Vara da Fazenda Pública de Palmas com o objetivo de regularizar os procedimentos de neurocirurgia de pacientes internados nos hospitais da rede pública do Tocantins e de pacientes que venham, futuramente, a necessitar desse serviço. O Acordo também contempla o levantamento dos pacientes não hospitalizados que aguardam agendamento desses procedimentos;

Homem que dirigia embriagado e matou idoso atropelado em Araguaína vai a julgamento;

Acatando os argumentos de acusação sustentados pelo Ministério Público Estadual (MPE), o Tribunal de Juri condenou o acusado Adolfo da Costa Rosa Júnior por homicídio triplamente qualificado e pelo crime de ocultação de cadáver, referente ao assassinato do professor Raimundo Coelho Pimentel, ocorrido em 25 de dezembro de 2012, na cidade de Colinas do Tocantins;

Jovem é condenado por latrocínio e estupro seguido de morte de Kelle Silva; caso teve grande repercussão;

O Ministério Público Estadual (MPE) obteve êxito nos Embargos de Declaração que pediam reforma de decisão judicial que obriga Estado a instalar UTI's pediátricas em Araguaína. Os embargos foram necessários, uma vez que a sentença judicial determinava a instalação de seis leitos de UTI pediátrica, no entanto, deixou de estabelecer o prazo para o cumprimento da obrigação, assim como de determinar a periodicidade da multa fixada;

Ministério Público e Defensoria identificam que falta de procedimentos básicos de higiene facilita proliferação de bactérias no Hospital Geral Público de Palmas (HGPP);

O Ministério Público Estadual (MPE) instaurou dois procedimentos preparatórios para investigar possíveis irregularidades na execução das obras de reforma do Ginásio Poliesportivo de Taquaruçu, Distrito de Palmas, e no repasse de recursos a 22 entidades esportivas;

O ex-prefeito de Santa Rita do Tocantins João Pereira da Costa foi condenado em decorrência de uma Ação Civil Pública (ACP) ajuizada pelo Ministério Público Estadual (MPE), por meio da Promotoria de Justiça da Cidadania de Porto Nacional, ainda no ano de 2008. A ação por ato de improbidade administrativa apontou a emissão de cheques sem fundos e a sustação dos mesmos durante sua gestão, entre os anos de 2001 e 2004;

Ministério Público Estadual, Defensoria Pública Estadual, Tribunal de Justiça, Prefeitura de Porto Nacional e entidades relacionadas à defesa da criança e do adolescente estiveram reunidos na casa de acolhimento "Lar Batista", em Luzimangues, distrito de Porto Nacional. A 2ª Audiência Concentrada da Comarca de Porto Nacional teve o objetivo de analisar a situação das 18 crianças abrigadas na instituição;

O Ministério Público Estadual (MPE) participou da 2ª reunião do Comitê para Monitoramento das Ações da Saúde do Tocantins (CEMAS). O encontro aconteceu no Tribunal de Justiça e contou com a participação dos órgãos de execução do SUS e instituições responsáveis pela fiscalização e controle das ações e serviços de saúde;

O Ministério Público Estadual (MPE), por meio da 6ª Promotoria de Justiça de Gurupi, expediu Recomendação ao Secretário de Saúde do Estado do Tocantins a fim de que se garanta a continuidade de atendimento aos pacientes do Sistema Único de Saúde no Hospital Regional Público de Gurupi, garantindo a prestação integral e ininterrupta dos serviços de saúde de urgência e emergência.

Órgãos integrantes do sistema jurídico cobram efetivação das medidas socioeducativas em Porto Nacional;

Policial militar é condenado, em Araguaína, por ato de improbidade administrativa em ação movida pelo Ministério Público Estadual (MPE);

Prefeito de Ponte Alta desfaz casos de nepotismo após intervenção do Ministério Público do Tocantins (MPTO);

Problemas da educação em Nova Rosalândia são debatidos em audiência pública conduzida pelo Ministério Público do Tocantins (MPTO);

Servidor municipal que vendia imóveis públicos de forma ilícita é condenado em Ponte Alta do Tocantins.

MAIO

A Comarca de Cristalândia finalizou a 1ª Temporada de Júri de 2015. Foram seis júris realizados entre os dias 4 e 18 de maio, com a atuação do Ministério Público Estadual. Os julgamentos resultaram em cinco condenações e uma absolvição, esta a pedido do Ministério Público e com a concordância da Defesa;

O Ministério Público Estadual (MPE) obteve êxito em Ação Civil Pública ajuizada em desfavor do município de Arraias, que pede a interrupção imediata da cobrança indevida do Imposto sobre a Transmissão de Bens Imóveis (ITBI) das propriedades rurais do município. A sentença que confirmou decisão liminar foi proferida pelo Juiz Eduardo Barbosa Fernandes, cabendo ainda recurso pois não transitou em julgado;

Representantes do Ministério Público Estadual (MPE), Ministério Público Federal (MPF) e Defensoria Pública realizaram vistoria no Hospital Geral Público de Palmas (HGPP) para verificar as condições de funcionamento da unidade hospitalar, sobretudo quanto ao abastecimento de materiais e medicamentos (MATMEDs);

Em Ação Judicial, Ministério Público Estadual (MPE) requer a regularização de serviços bancários em Cristalândia;

O ex-prefeito de Bom Jesus do Tocantins Jairton Castro da Silva e seu então secretário de Finanças, Hudson Castro da Silva, foram condenados pela prática de improbidade administrativa em ação movida pelo Ministério Público Estadual (MPE), por meio da 2ª Promotoria de Justiça de Pedro Afonso;

Falhas de gestão no Hospital Regional de Dianópolis levam Ministério Público Estadual (MPE) a ingressar com ação judicial;

Guaraí: Ministério Público Estadual (MPE) assume investigação de tráfico de drogas em razão da falta de Delegados de Polícia;

Justiça atende pedido do Ministério Público Estadual (MPE) e suspende decreto que reajusta salários de secretários municipais de Piraquê;

O Ministério Público Estadual (MPE) obteve êxito em Ação Civil Pública ajuizada com o objetivo de garantir a continuidade do tratamento dos pacientes internados no Hospital Regional de Araguaína (HRA) que aguardam cirurgias neurológicas. O Poder Judiciário atendeu pedido do MPE e concedeu decisão liminar determinando que o Governo do Estado regularize a oferta dos serviços de neurocirurgia na Unidade;

O Ministério Público Estadual (MPE), por meio da 12ª Promotoria de Justiça de Araguaína, participará, neste sábado, 16, do projeto "Lago Mais Azul", coordenado pela Associação Comercial e Industrial de Araguaína (Aciara). A proposta é realizar, a partir das 7h30, um mutirão de limpeza do Lago Azul, um dos cartões-postais de Araguaína;

O Ministério Público Estadual (MPE), por meio da 9ª Promotoria de Justiça da Capital, instaurou procedimento preparatório para apuração da legalidade da licitação para a construção da ponte sobre o Rio Tocantins, entre Porto Nacional e Fátima;

MPE denuncia primeiro caso de feminicídio da Comarca de Cristalândia;

O Ministério Público Estadual (MPE) ofereceu denúncia contra quatro pelo crime de latrocínio (roubo seguido de morte) de Saturnino Borba de Miranda, ocorrido na zona rural de Colméia;

O Ministério Público Estadual (MPE) denuncia três acusados pelo assassinato de dentista no norte do Estado;

O cumprimento de um Termo de Ajustamento de Conduta (TAC) firmado entre o Ministério Público Estadual (MPE) e o Governo do Estado para implantação de reformas no Centro de Atendimento Socioeducativo de Palmas (CASE) motivou uma reunião de trabalho para a elaboração de um plano de ação por parte da Secretaria de Defesa e Proteção do Estado;

O Ministério Público Estadual (MPE) ajuizou Ação Civil Pública por ato de improbidade administrativa contra os nove secretários municipais de Piraquê, requerendo a devolução ao erário de valores referentes a aumento salarial eles vêm recebendo desde janeiro de 2013;

O Ministério Público Estadual (MPE) protocolou Ação Civil Pública por Ato de Improbidade Administrativa em desfavor do presidente da Câmara de Vereadores de Cristalândia. Na ação, o MPE solicita ao Poder Judiciário o afastamento liminar do vereador, com o objetivo de preservar a regularidade processual;

O Ministério Público Estadual (MPE) por meio da 6ª Promotoria de Justiça de Gurupi, expediu recomendação ao presidente do Sindicato Rural de Gurupi na qual requereu informações acerca da cobrança da meia- entrada durante a Expo Gurupi 2015;

O Ministério Público Estadual (MPE) expediu recomendação ao comandante-geral da Polícia Militar orientando que disponibilize oito viaturas e promova a lotação de 60 policiais no 4º Batalhão da Polícia Militar, que tem sede no município de Gurupi;

O Ministério Público Estadual (MPE), por meio da 6ª Promotoria de Justiça de Gurupi, expediu, recomendação administrativa ao Secretário Estadual da Saúde, Samuel Bonilha, para que promova, imediatamente, todas as providências necessárias a fim de garantir a continuidade da realização das cirurgias eletivas dos pacientes cadastrados no Hospital Regional Público de Gurupi (HRPG);

Atendendo a pedido do Ministério Público Estadual (MPE), Justiça determina que Governo do Estado forneça serviço adequado, contínuo e ininterrupto em saúde no Hospital Regional Público do Gurupi (HRPG). A decisão de mérito foi proferida na última quinta-feira, 30 de abril, e confirma decisão liminar de fevereiro de 2014. O Estado tem o prazo de 60 dias para cumprir a decisão, sob pena de aplicação de multa diária de R\$ 5 mil;

O Ministério Público Estadual (MPE), por meio da Promotoria de Justiça de Tocantinópolis, ingressou com Ação Civil Pública contra o Estado do Tocantins requerendo a retomada das obras de terraplanagem e pavimentação asfáltica da rodovia TO-126, num trecho de 7,8 quilômetros entre Tocantinópolis e Maurilândia;

Com o objetivo de checar a forma como os resíduos sólidos estão sendo descartados em Palmas, o Ministério Público Estadual (MPE) realizou uma vistoria em três locais diferentes da cidade. O Promotor de Justiça Pedro Geraldo Cunha de Aguiar esteve nos locais e constatou evidentes irregularidades tanto na separação de resíduos quanto na forma de armazenamento;

O Ministério Público Estadual (MPE) expediu recomendação à Prefeitura e à Câmara Municipal de Arraias, com vistas à implantação de um sistema de gestão orçamentária participativa, de modo que a população possa se envolver na discussão do Plano Plurianual (PPA), da Lei de Diretrizes Orçamentária (LDO) e da Lei Orçamentária (LO). As duas instituições responderam positivamente à recomendação, indicando que irão implementá-la a partir de 2015;

Motivado pelas reclamações de diversos compradores que não estão conseguindo escriturar os imóveis localizados no Loteamento Canavieiras, em Pedro Afonso, o Ministério Público Estadual (MPE) promoverá audiência pública para discutir o impasse na regularização dos terrenos;

Prefeitura de Crixás Tocantins é obrigada a reparar área degradada após intervenção do MPE;

Uma denúncia apresentada pelo Ministério Público Estadual (MPE) em dezembro de 2012, referente a fraudes em contratos firmados entre a Prefeitura de Palmas e a empresa Delta Construções, foi recebida pela 3ª Vara Criminal de Palmas no último dia 16. Como alguns dos acusados, entre eles o então prefeito Raul de Jesus Lustosa Filho, possuíam foro privilegiado, o processo tramitava na 2ª jurisdição, retornando agora para a 1ª instância;

O Tribunal de Justiça do Estado negou recurso interposto pela secretária de Trabalho e Ação Social de Araguaína, Cleomar Ribeiro de Oliveira, decidindo mantê-la afastada do cargo, sendo ressaltada a suspensão de seus vencimentos e que a mesma não deve assumir qualquer cargo em comissão até o final do processo judicial. O pedido de afastamento foi proposto Ministério Público Estadual (MPE).

JUNHO

A pedido do MPE, acusados de homicídio qualificado em Araguaína são condenados a 12 anos de prisão;

A pedido do MPE, Justiça mantém decisão e obriga prefeito de Porto Nacional a promover acolhimento de morador de rua;

Após ação do MPE, Polícia Civil cumpre mandados de condução coercitiva e de busca e apreensão em Esperantina e Imperatriz do Maranhão;

Após atuação do MPE, prefeito de Fátima assume compromisso de realizar concurso público;

O Ministério Público Estadual (MPE), por meio da 7ª Promotoria de Justiça de Gurupi, ajuizou Ação Civil Pública em que requer ao Poder Judiciário a recuperação de área degradada em decorrência da construção do loteamento Jardim Tocantins II, em Gurupi. Os danos foram causados pela remoção de buritizais e pela ocupação humana após o aterramento de nascentes;

Após ser requisitada pelo Ministério Público Estadual (MPE), a Prefeitura de Palmas realizou a retirada de entulho e lixo depositados na quadra 105 Norte. No mês passado, o MPE acompanhou uma vistoria na quadra e constatou evidentes irregularidades em três áreas, incluindo uma onde antes existia um campinho de futebol de terra batida, mas que estava cheia de restos de construção, metal, plástico e outros resíduos;

Ex-presidentes do Igeprev são réus em ações propostas pelo MPE que pedem bloqueio de bens no valor de R\$ 263 milhões;

Ex-vereador de Dianópolis é condenado por receber diárias sem que tivesse se ausentado do município;

Após instaurar inquérito para apurar as condições de funcionamento das Delegacias de Polícia Civil de sete cidades que abrangem a comarca de Araguaína, o MPE irá investigar também se há atuação efetiva da Polícia Militar nessas localidades;

A Secretaria Municipal de Produção, Vigilância Sanitária e Procon deverão adotar providências quanto à fiscalização da comercialização de pescado em Gurupi. Este é o teor da recomendação expedida pelo Ministério Público Estadual (MPE) após constatar, por meio da instauração de inquérito civil, que o produto vendido na cidade não obedece às normas sanitárias exigidas;

O Ministério Público Estadual (MPE) denunciou Evandro Silva Araújo, de 22 anos, pelo assassinato do taxista araguainense Elesbão Alves da Silva, caso que teve grande repercussão junto à comunidade;

Em virtude do número insuficiente de delegados, escrivães, agentes civis e outros servidores públicos, o Ministério Público do Estado (MPE), por meio da 3ª Promotoria de Justiça de Araguaína, instaurou inquérito civil para apurar irregularidades e deficiências no funcionamento de Delegacias de Polícia dos municípios de Araguaína, Muricilândia, Nova Olinda, Santa Fé do Araguaia, Aragominas, Carmolândia e Araganã, ou seja, todas que compõem a Comarca;

Foi realizada na sede do Ministério Público Estadual (MPE), em Palmas, uma reunião com representantes do Conselho Regional de Serviço Social (Cress) e Conselhos Estadual e Municipal de Assistência Social, que protocolaram documento relatando a preocupação com o fechamento de Centros de Referência da Assistência Social (Cras), localizados em territórios de vulnerabilidade;

O Conselho de Sentença acolheu todas as alegações do Ministério Público Estadual (MPE) e condenou nesta quinta-feira em Sessão do Tribunal do Júri na Comarca de Araguaína, Paulo Martins Reis, acusado de assassinar brutalmente, com golpes de facão e machado, Manoel André dos Santos. O crime aconteceu em novembro de 2013, no Assentamento Chaparral, zona rural do Município de Nova Olinda;

O Ministério Público Estadual (MPE), por meio da Promotoria de Justiça de Figueirópolis, denunciou criminalmente o vereador Delcivan Moreno Pinto e Dyanno Rayfran Pereira de Aguiar, tesoureiro da Câmara Municipal, acusados de fazerem uso do cargo público para o desvio de dinheiro particular, em proveito próprio, tipificado como peculato no artigo 312 do Código Penal;

MPE pede afastamento do prefeito de Esperantina por fraude e superfaturamento de obra inexistente;

O Ministério Público Estadual (MPE), por meio da Promotoria de Justiça de Cristalândia, ajuizou nova Ação Civil Pública (ACP) com pedido liminar em desfavor do tabelião titular do 1º Tabelionato e Registro de Imóveis do Município, Otocar Moreira Rosal. Na Ação, o MPE solicita novo afastamento do tabelião, com o objetivo de resguardar a instrução de todas as ações judiciais, assim como dos processos administrativos e sindicâncias instauradas em razão de atos ilícitos supostamente praticados por ele à frente da serventia;

O Ministério Público Estadual (MPE) ajuizou Ação Civil Pública contra o município de Gurupi, na qual requer que a administração pública seja obrigada a ampliar o sistema de drenagem das águas pluviais instalado na avenida Bahia, no setor Alto dos Buritis. Segundo foi apurado pela Promotora de Justiça Maria Juliana Naves, que assina a Ação, o município deu início à obra há mais de quatro anos, sem nunca tê-la concluído. Com isso, continuaram os alagamentos, que causam transtorno à população local e prejuízos aos produtores rurais dos arredores;

MPE pede que Emsa e Rivoli sejam impedidas de contatar com o Governo do TO; ação visa prevenir irregularidades na construção da ponte de Porto Nacional;

MPE promove audiência pública a fim de coibir a venda de bebidas alcoólicas a crianças e adolescentes em Pedro Afonso;

Com o objetivo de preservar o direito dos consumidores e garantir a regularização fundiária do Loteamento Canavieiras, localizado no município de Pedro Afonso, o Ministério Público Estadual (MPE) propôs um Termo de Ajustamento de Conduta (TAC) no qual a empresa Bitetto & Laure Empreendimentos Imobiliários Ltda. se compromete em atender a uma série de medida;

O Ministério Público Estadual (MPE), por meio da 12ª Promotoria de Justiça de Araguaína, expediu recomendação aos órgãos ambientais do Estado para que intensifiquem as fiscalizações no rio Araguaia, com o objetivo de evitar a extração de areia sem autorização ou licença ambiental;

O Ministério Público Estadual (MPE) encaminhou recomendação ao Presidente da Câmara Municipal e ao Prefeito da cidade de Colmeia, orientando quanto à retirada imediata de placas e outdoors nos quais constam referências a nomes e fotografia de agentes políticos do município;

MPE requer agravamento da pena de 1ª condenada no caso da "farra das diárias" da Câmara de Dianópolis;

O Ministério Público Estadual (MPE) ajuizou duas Ações Cíveis Públicas (ACP) em que solicita ao Poder Judiciário a responsabilização do atual prefeito de Gurupi, Laurez da Rocha Moreira, e do ex-gestor municipal, Alexandre Tadeu Salomão Abdalla, pelo não cumprimento das determinações do Plano Diretor municipal;

Órgãos de fiscalização cobram soluções para ineficiência na gestão hospitalar no Tocantins;

Prefeito e secretário de Finanças de Esperantina são alvos de Ação Civil Pública por desvio de verbas públicas.

JULHO

Estado é obrigado a fornecer transporte aos pais de adolescentes de Araguaína que cumprem medidas socioeducativas de internação;

Justiça acata ACP do Ministério Público propondo melhorias no sistema de fornecimento de água de Araguacema;

Justiça atende pedido do MPE e bloqueia R\$ 5 milhões do Estado para construção de novo Centro de Atendimento Socioeducativo (CASE) na cidade de Araguaína;

Justiça atende pedidos do MPE e determina que Estado mantenha funcionamento regular do Hospital Regional de Dianópolis (HRD);

MPE aciona Justiça e Estado é obrigado a regularizar merenda escolar em Araguaína;

O Ministério Público Estadual (MPE) instaurou Procedimento Preparatório para investigar eventual ilegalidade no Projeto de Lei nº 23, de autoria da prefeitura de Palmas, já aprovado pela Câmara de Vereadores, que prevê a contratação de 370 profissionais para a execução do programa Salas Integradas nos Centros Municipais de Educação Infantil (Cmeis) da Capital.

AGOSTO

Ação do MPE resulta em melhoria da energia elétrica em Ponte Alta do Tocantins, Pindorama e Mateiros;

Ação do MPE busca reparar danos ambientais causados por atividade irregular de empresa em Gurupi;

Autor de chacina em Araguaína é condenado a 76 anos de prisão;

Decisão inédita da justiça tocantinense reconhece papel do MPE em investigação criminal;

Denúncia de feminicídio de indígena grávida em Goiatins é proposta pelo MPE;

Dertins responde a questionamento do MPE sobre cratera na TO-222;

Empresa de comunicação e ex-gestores da Seplan são condenados por improbidade administrativa;

Estado é condenado a disponibilizar exame de tomografia a jovem de Ponte Alta do Tocantins;

Falhas no sistema de energia elétrica em Carmolândia são investigadas pelo MPE;

III Mutirão da Cidadania e Justiça atende população da região do Jalapão;

Má qualidade na prestação de serviços leva MPE a ajuizar ação contra operadora de telefonia;

MPE ajuíza ACP contra o Estado para que aumente o efetivo da Polícia Militar em Gurupi;

MPE ajuíza ACP requerendo a construção de Plano de Mobilidade Urbana em Porto Nacional;

MPE apura denúncias de irregularidades em contrato da Prefeitura de Palmas para prestação de serviços de radiologia;

MPE constata graves deficiências na PM de Araguaína e ingressa com ação judicial contra o Estado;

MPE denuncia dois homens por furto de gado em Arraias;

MPE expede recomendação para que municípios adotem medidas de prevenção e tratamento de cães contra a leishmaniose;

MPE inicia visita nas unidades de saúde do Tocantins;

Em sessão do Tribunal do Júri realizada cidade de Dianópolis, o Ministério Público Estadual (MPE) obteve êxito na condenação de José Júnio Vaz Monteiro, acusado ter assassinado a ex-companheira Regineide Ribeiro de Souza. Pelo crime, José Júnio foi sentenciado a cumprir 11 anos de reclusão. O crime ocorreu em outubro de 2014, na cidade de Dianópolis;

MPE obtém novas liminares em ações que apontam irregularidades na construção de pontes; mais de R\$ 12 milhões são bloqueados;

MPE pede a internação de adolescentes suspeitos de estuprar crianças em Formoso do Araguaia;

MPE quer responsabilização de Prefeitura de Gurupi e comerciante por apropriação indevida de espaço público;

MPE questiona arquivamento de inquéritos policiais junto ao Tribunal de Justiça;

MPE recomenda ações preventivas antes das chuvas e planejamento em obras de saneamento em Araguaína ;

MPE recomenda que Prefeitura de Porto Nacional suspenda concorrências para a venda de lotes públicos;

MPE requer que Estado conclua concurso, reestruture a Polícia Civil de Araguaína e determine retorno do efetivo cedido à Defesa Social;

Plano de reforma do CASE cumpre parte de TAC firmado com MPE;

Réus em ações relacionadas ao Igeprev responderão pela prática de improbidade administrativa;

MPE requisita informações sobre instituto de previdência municipal de Araguaína.

SETEMBRO

Acordo entre MPE e prefeitura de Colmeia visam evitar maus-tratos aos animais utilizados no transporte de cargas;

Após pedido do MPE, ex-vereador de Araguaia tem direitos políticos suspensos;

Em julgamento realizado os integrantes do Tribunal do Júri acolheram as teses de acusação do Ministério Público Estadual (MPE) e condenaram João Teodoro Silva a 14 anos de reclusão, pelo assassinato de Josué Barbosa Alves, ocorrido em 2006, na cidade de Pindorama do Tocantins. O crime foi tipificado como homicídio qualificado por motivo fútil, pois teve como pretexto a cobrança de uma dívida;

A violência doméstica e familiar foi tema de palestra proferida pela Coordenadora do Caop da Cidadania, Direitos Humanos e Mulher (Caocid) no Centro Universitário Luterano de Palmas (Ulbra);

I Conferência Regional da Mulher discute políticas para igualdade de gêneros em Colinas do Tocantins;

Justiça atende a representação do MPE e adolescentes são apreendidos em Formoso do Araguaia;

Com o objetivo de analisar a situação das crianças abrigadas no “Lar Batista”, Ministério Público Estadual, Defensoria Pública Estadual, Tribunal de Justiça, Prefeitura de Porto Nacional e entidades relacionadas à defesa da criança e do adolescente realizaram nova rodada de audiências na sede da Instituição, localizada no distrito Luzimangues, em Porto Nacional;

MPE cobra a instalação de taxímetros nos veículos que fazem o transporte de passageiros em Araguaia;

O Ministério Público Estadual (MPE) ajuizou Ação Civil Pública (ACP) em desfavor do Estado do Tocantins com o objetivo de dar continuidade ao Concurso Público da Polícia Civil. O texto pede a convocação dos aprovados para o curso de formação e posterior nomeação, visando ao preenchimento dos cargos vagos nas delegacias de polícia da comarca de Gurupi/TO;

MPE consegue o bloqueio de mais R\$ 44,6 milhões em ações que questionam aplicações do Igeprev;

MPE convida população para participar de audiência pública em Colmeia;

MPE denuncia dois homens por furto de gado em Arraias;

MPE intervém e justiça proíbe Prefeitura de Araguaia de firmar contratos com a Fundação Restaurar;

MPE investiga legalidade de licitações e contratos de empresas e institutos com o município de Araguaína;

MPE obtém liminar que bloqueia R\$ 64,7 milhões por aplicação irregular do Igeprev;

MPE participa de projeto na unidade prisional Barra da Grota;

MPE questiona desafetação de áreas públicas em Porto Nacional;

O Ministério Público Estadual (MPE) encaminhou Recomendação a Prefeitura de Araguaína, na qual orienta a gestão municipal a promover a atualização do Plano Diretor da cidade. O pedido visa assegurar o cumprimento de exigências legais, como a atualização dos mapas delimitadores das áreas com função social;

Reclamações e denúncias constantes de moradores de dois setores de Araguaína motivaram o Ministério Público Estadual (MPE) a enviar ofícios à prefeitura da Cidade e ao Governo Estadual, pedindo informações sobre contratos, projetos e os planejamentos de obras nos setores Itaipu e Vila Santiago;

Representantes do Ministério Público Estadual (MPE), Ministério Público Federal (MPF) e Defensoria Pública reuniram-se com o Secretário Estadual da Saúde, Samuel Bonilha, para finalizar apuração dos elementos responsáveis pela ineficiência da Gestão de todos os Hospitais da Rede Pública do Estado, ao longo dos anos;

Com o objetivo de orientar e capacitar policiais militares no exercício de suas funções, o Promotor de Justiça de Colmeia, Guilherme Cintra Deleuse, ministrou palestra para a corporação do batalhão de Guaraí. Na ocasião, o membro discorreu sobre “Excesso Punível e Excludente de Ilícitude”, ou seja, quando o agente policial atua em legítima defesa, estado de necessidade e estrito cumprimento do dever legal;

A perturbação do sossego público foi tema de palestra ministrada pelo Promotor de Justiça responsável pelo controle externo da atividade policial na Comarca de Dianópolis, Luiz Francisco de Oliveira, durante evento no auditório do Ministério Público da Comarca de Dianópolis durante uma reunião do Comando da 2ª Companhia Independente da Polícia Militar.

OUTUBRO

Autor de crime passional em Guaraí é condenado a 20 anos de prisão;

Declaração falsa de domicílio eleitoral leva MPE a pedir cassação do mandato de prefeita e vice-prefeito de Santa Fé do Araguaia;

O ex-prefeito de Silvanópolis Paschoal Baylon das Graças Pedreira foi condenado em ação civil pública por ato de improbidade administrativa movida pelo Ministério Público Estadual (MPE), que questiona irregularidades na execução de convênio para a construção de casas populares;

Fila dupla de cirurgias nos hospitais públicos é alvo de investigação dos Órgãos de Fiscalização;

Fórum Nacional da Saúde do CNMP define metas para 2016; integrante do MPE participa das decisões;

Em decisão colegiada, o Tribunal de Justiça (TJ) manteve três liminares concedidas a pedido do Ministério Público Estadual (MPE) que determinam o bloqueio de mais de R\$ 122 milhões em bens de ex-gestores e empresas envolvidas em aplicações irregulares dos recursos do Igeprev;

Foi a juri popular Ronaldo Espíndola Silva, um dos acusados de assassinar a professora Isabel Barbosa Pereira, em 2009, na cidade de Xambioá – crime que repercutiu em todo o Estado. O conselho de sentença acatou as teses de homicídio triplamente qualificado sustentadas pelo Ministério Público Estadual (MPE) e condenou Silva a 15 anos de reclusão;

MPE aciona justiça e Município de Porto Nacional é obrigado a suspender uso de área pública para fins comerciais;

Diante das tentativas empreendidas pelo Ministério Público Estadual (MPE) para viabilizar uma solução administrativa para as falhas no atendimento dos Centros de Referência da Assistência Social (Cras) de Palmas, sem êxito, ao longo de 2015, o MPE ajuizou Ação Civil Pública que busca obrigar o Poder Público Municipal a equipar e manter o funcionamento dos sete Cras na capital, bem como reabrir as três unidades desativadas pela municipalidade;

O Ministério Público Estadual (MPE) ajuizou Ação Civil Pública em desfavor do município de Araguaína, pela prática de danos ambientais que resultaram no assoreamento do Córrego São Benedito. Foi requisitado inquérito policial pela prática de crimes ambientais de causar poluição (art. 54 da Lei 9.605/98);

O Ministério Público Estadual (MPE) denunciou 19 pessoas pela prática de tráfico de drogas e associação para o tráfico em Pedro Afonso. O Promotor de Justiça Rafael Pinto Alamy relata que os acusados, desde 2014, vinham atuando no município e regiões próximas;

O Ministério Público Estadual (MPE), por meio da Promotoria de Justiça de Colméia, ofereceu denúncia contra José Tavares Fidélis, por tentativa de homicídio de sua ex-companheira. O crime ocorreu no dia 30 de agosto deste ano, na cidade de Colmeia;

O Ministério Público Estadual (MPE), por meio da 23ª Promotoria de Justiça da Capital, instaurou procedimento preparatório para apurar se o Município de Palmas está cumprindo com a Lei, ao dar início à revisão do Plano Diretor de Palmas;

O Ministério Público Estadual (MPE) obteve, na Justiça, uma liminar que impede a prefeitura de Porto Nacional de comercializar 180 mil metros quadrados de áreas públicas, desafetadas em abril deste ano por meio de cinco projetos de lei propostos pelo Poder Executivo e aprovados pela Câmara Municipal. Caso a liminar seja descumprida, recairá uma multa diária de R\$ 20 mil sobre o prefeito de Porto Nacional, até o limite de R\$ 2 milhões;

MPE participa de audiência pública sobre falhas no abastecimento de água em Presidente Kennedy;

MPE participa de mobilização de enfrentamento à violência contra idosos em Porto Nacional;

O reduzido efetivo policial no município de Gurupi levou o Ministério Público Estadual (MPE), por meio da 8ª Promotoria de Justiça de Gurupi, a ajuizar uma Ação Civil Pública (ACP) em desfavor do Estado do Tocantins. A ACP requer, em caráter liminar, que o Estado providencie a lotação de, pelo menos, 48 policiais militares empregados exclusivamente no serviço operacional (nas ruas) da cidade. O prazo é de 30 dias, sob pena de pagamento de multa diária de R\$ 10.000,00 (dez mil) reais;

O Ministério Público Estadual (MPE) ajuizou Ação Civil Pública de Obrigação de Fazer em face do município de Porto Nacional, para que seja concedida liminar determinando a imediata elaboração do Plano de Mobilidade Urbana do Município, no prazo de 60 dias. O MPE, ainda requereu, liminarmente a suspensão de repasse e/ou transferência de recursos orçamentários federais do Orçamento Geral da União destinados à mobilidade urbana para o Município até que a prefeitura elabore o Plano;

MPE apura denúncias de irregularidades em contrato da Prefeitura de Palmas para prestação de serviços de radiologia;

MPE participa de mobilização de enfrentamento à violência contra idosos em Porto Nacional;

MPE pede cumprimento de sentença que obriga município de Araguaína a ofertar vagas em creches;

MPE pede o afastamento de Prefeita de Santa Fé do Araguaia;

MPE pede regularização dos serviços de urologia no Hospital Regional de Araguaína;

MPE recomenda implantação de políticas de combate ao suicídio em Arraias;

MPE recomenda mudanças na prestação do serviço de estacionamento rotativo na capital;

MPE recomenda que município de Palmas reveja atos e viabilize a participação popular na revisão do Plano Diretor;

MPE requer à Justiça condenação de ex-prefeito e 11 ex-vereadores de Gurupi por improbidade administrativa;

MPE requer posse dos aprovados em concurso da prefeitura de Ponte Alta do Tocantins;

MPE requer reforma de postos de fiscalização estadual em Talismã e Aguiarnópolis;

A par das polêmicas envolvendo o estacionamento rotativo pago de Palmas, o Ministério Público Estadual (MPE) deverá, mais uma vez, tentar junto ao poder público municipal a flexibilização de alguns pontos da cobrança. A Promotora de Justiça Kátia Chaves Gallieta, titular da Promotoria de Justiça de Urbanismo, Habitação e Consumidor da Capital recebeu, em seu gabinete, representantes dos comerciantes e empresários, que entregaram uma cópia da lista de reivindicações encaminhada ao prefeito.

Regulação de leitos de UTI neonatal em Araguaína é foco de Ação ajuizada pelo MPE.

NOVEMBRO

Acordo obriga Estado a investir R\$ 1,2 milhão na compra de medicamentos até dezembro;

Após pedidos do MPE, liminar proíbe construção de posto de combustível na capital;

Comerciantes de Arapoema participaram de uma audiência pública sobre a comercialização de carne e alimentos na cidade. O evento foi promovido pela Vigilância Sanitária municipal e contou com a participação do MPE;

Foi publicada a decisão liminar que obriga o Estado a restabelecer, em 24 horas, o serviço de plantão no Pronto-Socorro Adulto do Hospital Regional de Gurupi. A liminar atende aos pedidos do Ministério Público Estadual (MPE), que ajuizou Ação Civil Pública (ACP) nesta quinta-feira, solicitando a contratação ou o remanejamento de médicos capacitados para a função de plantonistas, visando à normalização dos serviços na unidade de saúde;

Estabelecimentos de Gurupi continuam a descumprir normas sanitárias e MPE faz recomendação;

Atendendo a pedido do Ministério Público Estadual (MPE), a Justiça expediu liminar obrigando o Estado do Tocantins a regularizar a oferta de consultas médicas na área de urologia em Araguaína, cuja fila de espera inclui cerca de 700 nomes, de acordo com dados oficiais referentes ao mês de julho. Segundo a liminar, o Estado tem cinco dias, a contar da notificação, para prestar atendimento a todos os pacientes que aguardam consultas nessa especialidade – inclusive aos pacientes que aguardam consultas de retorno;

Falhas no transporte escolar de Marianópolis levam MPE a ajuizar ACP;

Falta de médicos no Pronto-Socorro do Hospital Regional de Gurupi é alvo de ação do MPE;

Hospital de Formoso do Araguaia recebe primeiras melhorias previstas em TAC assinado com MPE;

Por indicação do Ministério Público Estadual (MPE), recursos provenientes de multa na área trabalhista foram revertidos para a aquisição de um microscópio para cirurgias neurológicas, destinado ao Hospital Regional de Araguaína (HRA). O equipamento, que é importado da Alemanha, custou R\$ 165 mil e chegou ao município de Araguaína;

Jurados acatam tese do MPE e condenam acusado de crime bárbaro em Colmeia;

Liminar suspende gastos com festas da Prefeitura de Ponte Alta até regularização do transporte escolar;

MPE aciona Estado na Justiça por descumprimento de sentença que determina a instalação de UTI pediátrica em Araguaína;

MPE aciona Justiça visando a não interrupção dos serviços do IML de Guaraí;

MPE ingressa com ação judicial contra Município por ilegalidade na contratação de empresa de transporte coletivo em Araguaína;

MPE ingressa com ação judicial para forçar município de Praia Norte a pagar salários de servidores em atraso;

MPE instaura procedimento para regularizar transporte escolar na Comarca de Paraíso do Tocantins;

MPE investiga supostas irregularidades no pagamento de Conselheiros Tutelares em Divinópolis do Tocantins;

MPE obtém condenação de acusado de tentativa de homicídio e aborto contra ex-esposa;

MPE pede a condenação de 10 ex-vereadores de Gurupi;

O Ministério Público Estadual (MPE) ingressou com Ação Civil Pública (ACP) contra Altamiro da Costa Dias, morador de Gurupi, por construir o muro de sua residência em uma área de passeio público, ocupando irregularmente um espaço de uso comum. A ação pede que seja determinada a demolição do muro, de modo a promover a liberação da área pública;

Após apuração de denúncias que apontam que a empresa JNC teria sido agraciada com o indevido recebimento de R\$144 mil pelos serviços de recuperação de estradas do município de Caseara, os quais teriam sido prestados pelo Programa de Auxílio aos Municípios (PAM), do Estado do Tocantins, o Ministério Público Estadual (MPE) ingressou com Ação Civil Pública (ACP) pela prática de atos de improbidade administrativa contra Renato de Almeida, Prefeito do município de Caseara;

O Ministério Público Estadual (MPE) ingressou com Ação Civil Pública (ACP) contra o prefeito de Novo Acordo, José Coelho Neto, em que questiona o recebimento de uma série de gratificações por uma função que ele não exerce atualmente. Por mês, estão sendo pagos ao prefeito R\$ 7.880,85 de forma indevida, desde a sua posse, em 2013;

O Ministério Público Estadual (MPE) entrou com recurso contra a sentença da Justiça que condenou à medida socioeducativa de internação, pelo período máximo de 2 anos, os quatro adolescentes acusados de estuprar uma menina de 7 anos e abusar sexualmente de outra menina de 5 anos, no município de Formoso do Araguaia;

O Ministério Público Estadual (MPE) propôs Ação na Justiça a fim de que o Município de Gurupi seja responsabilizado por explorar ilegalmente área de jazida de cascalho utilizada na construção do Campus da Fundação Unirg. De acordo a Ação Civil Pública Ambiental, ajuizada, além de não possuir autorização da União para a exploração mineral, o Município deixou de seguir as orientações de recuperação ambiental da área degradada, estipuladas pelo Naturatins ao conceder o licenciamento;

MPE recomenda a prefeito de Guaraí que exonere contratados e realize concurso público;

O Ministério Público Estadual (MPE) ajuizou Ação Civil Pública por falhas no processo de licenciamento ambiental do cemitério municipal de Fortaleza do Tabocão. O MPE requer que a Gestão Municipal providencie, no prazo máximo de 60 dias, todo o licenciamento ambiental necessário para funcionamento do local;

Município de Ponte Alta do Tocantins é obrigado a empossar servidores aprovados em concurso;

O Ministério Público Estadual (MPE) reuniu na cidade de Colinas do Tocantins, conselheiros tutelares eleitos para atuar em nove municípios das comarcas de Colinas do Tocantins e Arapoema, ocasião em que foram discutidas as possibilidades e perspectivas para sua atuação;

O Ministério Público Estadual (MPE), por meio da 6ª Promotoria de Justiça de Gurupi, expediu recomendação administrativa ao prefeito e à Secretária Municipal de Saúde da referida comarca, a fim de que sejam implementadas medidas que visem melhorias na gestão das unidades de saúde da cidade, principalmente, quanto ao abastecimento de medicamentos;

Projeto na área da educação desenvolvido por Promotora de Justiça é destaque em Lagoa da Confusão;

O Ministério Público Estadual, por meio da 5ª Promotoria de Justiça de Araguaína, expediu recomendação ao Sindicato dos Revendedores de Combustíveis do Estado do Tocantins (SindiposTO) a fim de orientar os proprietários de postos nos municípios da região para que se abstenham de praticar aumento dos preços dos combustíveis sem as devidas justificativas, como o aumento de impostos ou elevação do valor do produto nas refinarias;

O Ministério Público Estadual (MPE) está questionando, em Ação Civil Pública (ACP) ajuizada o fato de o vice-prefeito de Santa Fé do Araguaia, Oídio Gonçalves de Oliveira, ter residido fora do município para o qual foi eleito durante os dois primeiros anos de seu mandato eletivo.

DEZEMBRO

Considerando as notícias de suposto surto de microcefalia no território nacional, que também atingiu a cidade de Araguaína, o Ministério Público Estadual (MPE), por meio da 5ª Promotoria de Justiça de Araguaína, expediu recomendação ao prefeito e ao secretário municipal de saúde da cidade para que executem um Plano de Contingência, adotando todas as medidas ali previstas para a redução das consequências da tríplice epidemia;

O ex-prefeito de Monte do Carmo, Lourival Gomes Parente, foi condenado pela Justiça a ter os direitos políticos suspensos pelo prazo de cinco anos. A decisão atende uma Ação Civil Pública (ACP) por ato de improbidade administrativa ajuizada pelo Ministério Público Estadual (MPE), por meio da 5ª Promotoria de Justiça de Porto Nacional, apontando emissão de cheques sem fundo, realização de despesas em desacordo com a lei e irregularidades em operações envolvendo a emissão de notas fiscais;

Homem é condenado a mais de 35 anos de prisão por matar casal em Paraíso do Tocantins;

Justiça acata Ação do MPE e condena Saneatins por utilizar cloro vencido em Araguaína;

Justiça acata ACP do MPE e determina que Hospital de Gurupi regularize atendimento;

MPE busca regularizar atendimento de pacientes de hemodiálise em Araguaína;

MPE oferece denúncia contra quatro acusados de matar cartorário em Porto Nacional;

MPE oferta denúncia contra servidores envolvidos em atos de corrupção do Dertins;

MPE pede o afastamento de secretários e servidores do Município de Palmas e a condenação de outras dez pessoas por ilicitudes na contratação de serviços públicos;

MPE quer anulação de doação de área pública em Porto Nacional;

Foi ajuizada Ação Civil Pública que questiona a cobrança da utilização do estacionamento rotativo na cidade de Palmas, requerendo, ao final, a rescisão do contrato entre o Município e a empresa concessionária Infosolo Informática Ltda;

MPE recomenda regularização do transporte escolar em Aragominas;

Município de Figueirópolis se compromete com MPE a realizar concurso público;

O Ministério Público Federal no Tocantins (MPF/TO) e o Ministério Público Estadual do Tocantins (MPE/TO) ingressaram com Ação Civil Pública (ACP) contra a Associação de Mediação à Adoção Internacional (AMAI) e seus representantes. A Organização Não Governamental (ONG) é sediada em Palmas e estaria atuando ilegalmente ao oferecer apoio para adoção internacional de crianças, oriundas de países que não possuem acordo de cooperação com o Brasil para esse fim;

O Tribunal do Júri acatou a tese de homicídio triplamente qualificado sustentada pelo Ministério Público Estadual (MPE) e condenou, Rosinaldo Rodrigues da Silva a uma pena de 14 anos de reclusão pelo assassinato de Tone Ramos Ferreira. O crime ocorreu em 2012, na cidade de Araguaína, a mando da ex-companheira da vítima;

Após recomendação do Ministério Público Estadual (MPE), a Prefeitura de Palmas atendeu os pedidos para permitir maior contribuição da população nos debates sobre a revisão do Plano Diretor da capital. O decreto 1.151, de 27 de novembro de 2015, institui uma comissão especial com a finalidade de coordenar o processo de participação popular;

Os novos conselheiros tutelares das cidades de Figueirópolis e Sucupira, região sul do estado, passaram por capacitação nesta quarta-feira, 09. Os conselheiros foram eleitos no mês de outubro, quando ocorreu a 1ª eleição unificada de Conselheiros Tutelares;

Promotor de Justiça fala aos estudantes de Paranã sobre a importância do voto.
